



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA MESTRADO EM
SOCIOLOGIA

DÉBORA FONSÊCA BARBOSA

**FEMINISMO E ANTIPROIBICIONISMO EM PERNAMBUCO:
uma análise da RENFA/PE**

Recife
2020

DÉBORA FONSÊCA BARBOSA

**FEMINISMO E ANTIPROIBICIONISMO EM PERNAMBUCO:
uma análise da RENFA/PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS-UFPE), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Sociologia.

Área de concentração: Cultura Política, Identidades Coletivas e Representações Sociais.

Orientador: Remo Mutzenberg

Recife
2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B238f Barbosa, Débora Fonsêca.
Feminismo e antiproibicionismo em Pernambuco : uma análise da
RENFA/PE / Débora Fonseca Barbosa. – 2020.
129 p. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Remo Mutzenberg.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2020.
Inclui referências.

1. Sociologia. 2. Feminismo. 3. Drogas. 4. Rede Nacional Feminista
Antiproibicionista. I. Mutzenberg, Remo (Orientador). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-194)

DÉBORA FONSÊCA BARBOSA

FEMINISMO E ANTIPROIBICIONISMO EM PERNAMBUCO:

uma análise da RENFA/PE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS-UFPE), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Sociologia.

Data de Aprovação: 22/06/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Remo Mutzenberg (Orientador)
(PPGS-UFPE)

Prof.^a Dr.^a Eliane Maria Monteiro da Fonte (Examinadora Interna)
(PPGS-UFPE)

Prof. Dr. Franciso Jatobá de Andrade (Examinador Interno)
(PPGS-UFPE)

Prof. Dr. Marcílio Dantas Brandão (Examinador Externo)
(PPGS-UECE)

Prof. Dr. Alexandre Simão de Freitas (Examinador Externo)
(PPGE-UFPE)

À liberdade das mulheres, à liberdade das formas de vida, à vida das mulheres, à Leilane Assunção.

Esse trabalho é dedicado especialmente às minhas voinhas, Nilzes Fonsêca Barbosa da Silva e Maria do Carmo Barbosa, e aos meus voinhos, Thompson Cavalcanti Barbosa da Silva e Otávio Ferreira da Silva. Que desde sempre, e agora todos juntos, são minhas balizas morais e forças sobrenaturais.

AGRADECIMENTOS

Os passos que me trazem até aqui vêm de longe, é um passo latino-americano, é um passo nordestino, é um passo feminista, é um passo das e dos oprimidos e, sobretudo, é um passo de cada uma das minhas famílias.

Continuar a caminhada da minha mãe, do meu pai, das minhas avós, dos meus avôs, das minhas tias e dos meus tios e ser a primeira da família a ter um título de mestrado, me enche de realização e responsabilidade. Carmem e Guga, meus amores, meus *Big Lovers*, não tenho palavras pra dizer o quanto me sinto especialmente sortuda por ter vocês como mãe e pai, obrigada por sempre terem me ensinado que eu podia chegar onde eu quisesse, que a educação seria essa força motriz e por serem o estímulo indispensável para a esperança que existe em mim. *Les quiero*. E o que dizer da minha hermana, minha amiga de caminhada de mais longa data, Júlia, meu poema particular, minha caçula que tanto tem me ensinado, capaz de me tirar da realidade dura das palavras para me lançar na experiência inigualável de estar viva. Obrigada, irmã, por ser sempre meu convite à ousadia.

Minha família é grande, chegando a ter uma extensão que não consigo enxergar o fim. Minha sogra, meu sogro e meu cunhado, Doda, Coca e Léo, que felizmente entraram no meu caminho para me ajudar a crescer, digo com felicidade: essa vitória também é de vocês. Obrigada pelo amor, à nossa maneira, trocado.

Minha família ainda são as minhas irmãs, que não me deixam tombar e estão atentas à minha caminhada. Clarissa e Clara, que têm me amado e me cuidado como poucas vezes eu pude fazê-lo. Das irmãs de jornada, Raísa, Giu, Saúva, Caio, Gabriel, Júlia, Maria Helena e Rayo. Das irmãs de acolhimento, escuta e farra do Encontro Praieiro, que bom que vocês existem. Das irmãs que fiz nas redes de fortalecimento e luta, do Grupo de Estudos Feministas Ponciá, da Teia Feminista e da Rede Jurídica pela Reforma da Política de Drogas. Sem vocês eu não seria metade do que sou. Muito obrigada, companheiras! Meu agradecimento super especial para todas as minhas parceiras da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas, que, muito além do meu objeto de estudo, representam a minha própria luta, a minha própria vida. Especialmente Dani, Tânia, Estrela, Pri, Ingrid e Fran, as contribuições de vocês nesse trabalho não chegam nem perto das que vocês têm feito na minha vida, muito, muito obrigada mesmo pela troca, pelas palavras compartilhadas, pelos ouvidos sempre atentos e braços sempre dispostos. Essa dissertação também é uma parte da nossa luta e é lindo ver vocês acreditarem e compartilharem isso comigo.

Como disse, minha família quase não acaba, além de estar constantemente em expansão, salvem as crianças que nos tem salvado, salve Aurora, Akin, Anahí, Davi, Gael, León, Nina, Morena e Cícero, salve os que estão por vir. Salve a luz que eles nos trazem. Salve Guma, salve meu filho, que mais do que nunca: te quero vivo, da forma mais plena que isso possa acontecer. Minha força imensurável, meu estimulante natural, minha referência de sabedoria e meu teste de paciência. Guma, quando tu puder ler isso aqui, saiba que todas as minhas escolhas foram em virtude da coragem que você me trouxe, contigo eu pude sonhar mais alto e alcançar até o que não via. Obrigada por tanto, te amo.

Davi, com quem eu divido os prazeres e as angústias cotidianas da vida, é muito do nosso sonho isso aqui, de poder criar nosso pequeno, de desconstruir e bagunçar a família tradicional brasileira, de ultrapassar as barreiras da cidade e do capital e de mergulhar no amor de querer estar junto. Tudo isso me traz tamanha segurança e firmeza nos passos que tenho dado, olhando para frente mas não esquecendo de onde viemos. Que a nossa sintonia não quebre, *“in high tide or in low tide, i’m gonna be your friend...”*.

Continuo esses agradecimentos enaltecendo as pessoas cruciais para o desenvolvimento dessa dissertação e para minha invenção de se tornar professora. Meu amado orientador, Remo Mutzenberg, tem um lugar mais do que especial na minha formação e na minha vida. Sem Remo esse resultado não seria possível, as deusas sabem o que fazem quando colocaram ele no meu caminho, gratidão e todo carinho por você, meu amigo!

Um grande obrigado também às minhas professoras e meus professores, especialmente do Colégio de Aplicação e do curso de Mestrado no PPGS, minha capacidade criativa foi imensuravelmente alargada graças à atuação e atenção de vocês, obrigada! Além de, claro, agradecer à toda minha turma do mestrado, companhias riquíssimas que represento nas pessoas de Maria e Clayton, que tanto me acolheram e ajudaram.

Por fim, agradeço ao investimento público da CAPES na minha formação acadêmica e no trabalho de pesquisa, sem a qual seria inviável o desenvolvimento deste trabalho.

Tantas irmãs perdidas para o machismo, mão direita do capitalismo, fez da América desgostosa, à beira do abismo. Eu sou isso. Apenas uma moça latino-americana, me agarro às lutas do passado pra ter força no presente, não defendo vidraça de banco, defendo gente. Ao injusto, desobediente! Me inspiro em Dandara, Aqualtune, Zeferina, Carolina, mas, principalmente, nas guerreiras de atualmente. (...) É tempo de primavera... (PUÃ, 2018).

RESUMO

A partir do genocídio sócio-étnico-racial e o cerceamento de direitos promovido pela guerra às drogas, que renega abordagens multidisciplinares e olhares biopsicosociais à parcela da população consumidora, comerciante e produtora das drogas consideradas ilícitas, passou-se a observar formas de resistência se estruturando na última década na Grande Recife. Algumas dessas propostas têm se materializado nas atuações de mulheres da região que, embasadas nas propostas da interseccionalidade, da Redução de Danos, do direito ao uso, à saúde e à integridade (física e mental), vêm promovendo estratégias por meio de ações coletivas para continuar a fazer seus usos, bem como para deslegitimar a lei posta, pois, embora figurem na ponta dessa cadeia, que consideram repressora, opressora e punitiva, a necessidade de se articular e se mobilizar no enfrentamento à proibição se faz latente. Assim, o presente trabalho tem por objeto localizar as lutas de mulheres integrantes da Rede Nacional de Feminista Antiproibicionistas (RENFA) no quadro discursivo dos movimentos antiproibicionistas. Mais especificamente, visa identificar o campo de disputa em que ocorre a atuação dessas mulheres a partir dos discursos hegemônicos e contra-hegemônicos que estão em confronto; apontar quais são as premissas ideológicas defendidas pelas interlocutoras; e, por fim, analisar o que representa as perspectivas das feministas antiproibicionistas para as discussões atuais sobre políticas de drogas no Brasil. À luz da pesquisa qualitativa feminista, empregou-se as técnicas da observação participante e a da coleta de depoimentos orais, a partir da aplicação de entrevistas semiestruturadas, e que foram interpretados através de uma abordagem analítica crítica do discurso. Os resultados encontrados permitem perceber que, embora com algumas referências diversas e em processo constante de reinvenção e redefinição, a perspectiva feminista antiproibicionista dispensa limitações e rigidez e traz a perspectiva de atuação em rede, onde se prioriza a colaboração horizontal com respeito aos “saberes localizados”, como propõe Donna Haraway, demonstrando, então, que dentre as múltiplas facetas assumidas pelos movimentos antiproibicionistas e seus distintos espaços de atuação social, política e científica, a ideologia feminista por elas empenhada, com notas do feminismo negro, popular e decolonial, representa uma transformação na proposta antiproibicionista como um novo paradigma para a sociedade.

Palavras-Chave: Antiproibicionismo. Feminismo. Drogas. Discurso. Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas.

ABSTRACT

From the socio-ethnic-racial genocide and the right's curtailment promoted by the war on drugs, which denies multidisciplinary approaches and biopsychosocial views of the population's portion of consumer, trader and producer of drugs considered illegal, forms of resistance began to be structured in the last decade in Recife's Metropolitan Region. Some of these proposals have been materialized by the action of women from the region, that, based on intersectional, Harm Reduction, right to use, to health and to integrity (physical and mental) proposals, are promoting strategies through collective actions to continue its uses, as well as to delegitimize the imposed law, since, although it figure at the point of this chain, which is considered to be repressive, oppressive and punitive, becomes latent the need of articulation and mobilization in facing the prohibition. Therefore, the present work has the aim to locate the struggle of women members of the National Network of Antiprohibitionists Feminists (RENFA) at the discursive picture of the antiprohibitionists movements. This work aims, specifically, to identify the dispute field where this women actions occur from the confronting hegemonic and counter-hegemonic speeches; to point which are the ideological premises defended by the interlocutors; and finally, to analyse what the feminist antiprohibitionists perspective represents to the current discussions on drugs policy in Brazil. In light of the qualitative feminist research, the participant observation and oral testimony collection techniques were used from the application of semi-structured interviews, which were interpreted through a critical analytical speech approach. The observed results allow to realize that, although with some diverse references and in constant reinvention and redefinition processes, the feminist antiprohibitionist perspective dismisses limitations and rigidity, and brings the network acting perspective, where it prioritizes the horizontal collaboration with respect to the "located knowledges", as proposed by Donna Haraway, showing, therefore, that among the multiple facets assumed by the antiprohibitionists movements and their distinct social, political and scientific acting spaces, the feminist ideology committed by these women, with black, popular and decolonial feminist notes, represents a transformation in the antiprohibitionist proposal as a new paradigm for the society.

Keywords: Antiprohibitionism. Feminism. Discourse. Drugs. Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas.

LISTA DE ABREVIATURAS

Aborda	Associação Brasileira de Redução de Danos
Abrace	Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança
Acolher	Associação Brasileira de Cannabis e Saúde
ACD	Análise Crítica do Discurso
AD	Análise do Discurso
ADF	Análise do Discurso Francesa
AFCD	Análise Feminista Crítica do Discurso
Apepi	Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal
Cannape	Associação Canábica Medicinal de Pernambuco
Cape	Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CBD	Canabidiol
CDA	Análise Crítica do Discurso
Cepad	Conselho Estadual de Política sobre Drogas
Cicad	Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas
Cis	Cisgênero/a
CNFE	Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
EFLAC	Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe
ENCAA	Encontro Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
Infopen	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
INNPd	Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas
Lanpud	Rede Latino-Americana de Pessoas que Usam Drogas

LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexos, Assexuados e demais orientações sexuais.
MM	Marcha da Maconha
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PPGS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
RE	Recurso Extraordinário
Relamurca	Rede Latino-Americana de Mulheres Antiproibicionistas da Cannabis
REMA	Red Estadual de Mujeres Antiproibicionistas
RENFA	Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas
RICD	Regime Internacional de Controle de Drogas
SISNAD	Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas
STF	Supremo Tribunal Federal
THC	Tetrahydrocannabinol
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
TMR	Teoria da Mobilização de Recursos
TPP	Teoria do Processo Político
Trans	Transgênero/a
UNGASS 2016	Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre drogas 2016
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Construindo o objeto.....	14
1.2	Desenhando a dissertação.....	17
2	PROIBIÇÕES E RESISTÊNCIAS.....	20
2.1	Proibição das drogas do século XX aos dias de hoje - um panorama global e o contexto local.....	20
2.2	Da contra proibição ao antiproibicionismo.....	28
2.3	Fogo na bomba e paz na quebrada - iniciativas antiproibicionistas locais.....	31
2.4	Marcha da Maconha, cola, cola mulherada! - mulheres contra a proibição das drogas.....	35
3	MULHERES FEMINISTAS EM MOVIMENTO.....	44
3.1	O que quer dizer movimento social? Discussões para compreender a ação coletiva de mulheres.....	44
3.2	Por uma análise feminista crítica do discurso para compreensão dos temas (identidade, relações e crenças).....	54
3.3	Mulheres lutam, organizadas e mobilizadas - considerações sobre a pesquisa.....	60
4	FEMINISTAS ANTIPROIBICIONISTAS.....	65
4.1	Estrela, Fran, Ingrid, Maria Daniela, Priscila e Tânia.....	66
4.1.1	Estrela.....	69
4.1.2	Fran.....	70
4.1.3	Ingrid.....	71
4.1.4	Maria Daniela.....	72
4.1.5	Priscila.....	73
4.1.6	Tânia.....	75

4.2	A emergência das identidades (o eu e o outro do movimento feminista antiproibicionista de mulheres).....	76
4.3	O desenvolvimento das relações (com a rede, com os opositores e com a audiência).....	89
4.3.1	Relações com a rede.....	96
4.3.2	Relações com opositores.....	102
4.4	A construção de crenças (bases ideológicas, projetos e perspectivas da rede).....	109
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS – NADA SOBRE NÓS SEM A NOSSA PARTICIPAÇÃO.....	116
	REFERÊNCIAS.....	123

1 INTRODUÇÃO

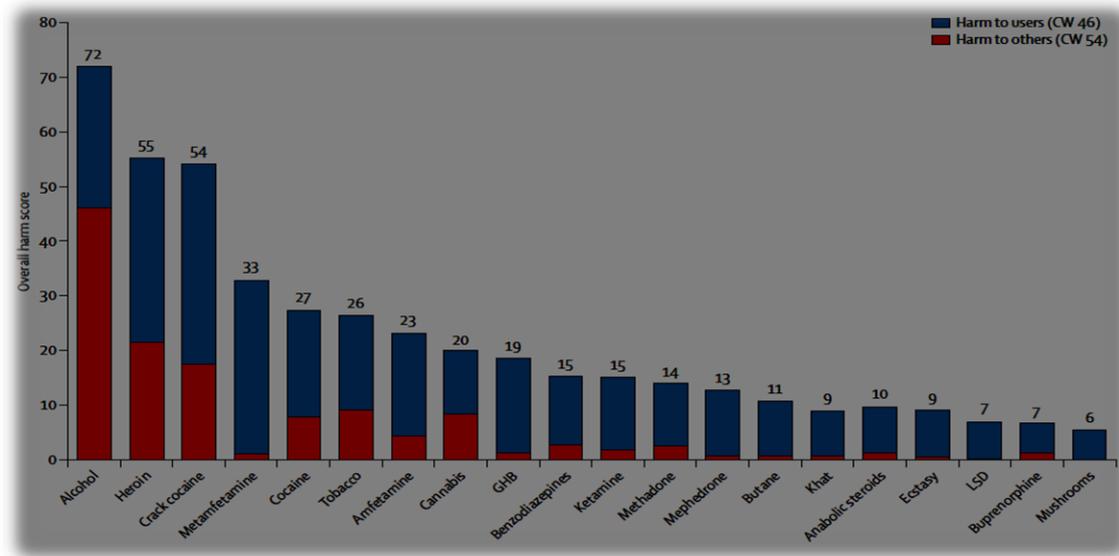
1.1 Construindo o objeto

Consigo localizar na minha vida vários momentos de interação com diferentes tipos de drogas¹. Imagino que, se todo mundo parar para pensar, facilmente encontrará também em suas trajetórias pessoais a influência de tais substâncias em alguns ou vários contextos em que estão inseridos. O álcool, enquanto droga legalizada, tem sido uma constante no meu processo de socialização, desde a primeira infância até os dias de hoje, em que almejo um título de pós-graduação. Mas o álcool dificilmente é encarado como um problema, ao menos não é assim que passa na TV nem, tampouco, nas iniciativas governamentais de políticas públicas. A propósito, seria o álcool uma droga?

Pela conotação amplamente empregada sobre o termo “droga”, associa-se às substâncias formalmente proibidas e que, supostamente, seriam mais danosas aos indivíduos e à sociedade. Porém, eram visíveis os prejuízos simbólicos e materiais atrelados ao uso do álcool na minha família, e, à medida que fui crescendo, não me conformava com as explicações levianas que me davam sobre a distinção entre drogas legais e ilegais. Logo nas minhas primeiras pesquisas sobre esse tema, ainda na graduação em direito, me deparei com um gráfico que, até hoje, gosto bastante de usar para ilustrar esse fenômeno. Ele apresenta os resultados de uma pesquisa do neurocientista David Nutt (2010), que, baseado em critérios múltiplos, investigou a lesividade de diferentes drogas frente aos indivíduos consumidores primários (em azul) e frente à sociedade (em vermelho).

¹Para o historiador Henrique Carneiro (2008), as drogas correspondem a uma das formas de conhecimento e controle de si (autônomas ou heterônomas), com sistemas próprios de utilização na forma de signos, ritos, estilos, bem como correspondem, também, às moléculas físicas produtos de laboratórios e instrumentos. A conotação contemporânea da palavra droga, contudo, está associada a palavras como mau, doença, morte, remetendo a formas de interrupção da vida, temporárias ou definitivas, sendo classificada, geralmente, de acordo com duas características principais: desarticuladora/doentia e/ou inebriante/festiva.

Gráfico 1 – Lesividade das substâncias psicoativas de acordo com David Nutt (2010)



Com o recurso visual lançado acima, fica difícil entender os critérios objetivos que embasam a separação normativa entre drogas lícitas e drogas ilícitas, já que, no gráfico, elas se misturam fortemente. Por um lado, o governo libera o mercado, regula produtos e impostos, em alguns casos permite a publicidade e, sobretudo, organiza a circulação. Por outro lado, nega-se estudos, pesquisas e investimentos, cerceia-se o direito ao tratamento adequado, aos programas de saúde, bem como relega a questão à área da segurança pública. Tudo isso nunca fez o menor sentido pra mim, sobretudo porque, na minha vida, a circulação de drogas proibidas também aconteceu desde a adolescência, sem quaisquer prejuízos evidentes e sem maiores sanções também.

Assim, conforme fui intensificando o contato com outros grupos sociais, para além dos círculos primários de socialização como a família e a escola, nesse processo reconhecido por “crescimento”, comecei a sentir mais de perto os danos reais da proibição daquelas substâncias que, até então, para mim eram permitidas. Era preciso se esconder para usar, era proibido conversar sobre o assunto. Se assumir enquanto usuária, então, nem pensar. Além disso, e as companheiras que estavam sendo internadas? E as companheiras que estavam sendo presas? Ou que estavam sendo estupradas? Ou, ainda, que estavam sendo machucadas? Tudo isso por precisar fazer uso em situações de vulnerabilidade, pois é para esse lugar que a política de drogas tem nos empurrado.

Hoje, provocada por uma das interlocutoras diretas desse texto, pude refletir como a guerra às drogas é dissimulada na sua propaganda. Afinal, uma guerra às drogas nunca houve, temos vários tipos de drogas que fazem parte da vida da população mundial, em todas as idades,

pelos mais diferentes motivos, regularmente vendidas em lugares, ironicamente, chamados de drogaria. Então, que guerra é essa que nunca foi contra as drogas?

Atualmente, existem inúmeros dados relacionados aos danos (sociais, culturais e econômicos) da proibição das drogas², que são muito mais extensos do que eventuais danos oriundos do uso direto das substâncias em si. Dessa forma, a resistência à essa política da proibição tem ficado cada vez mais ampla e combativa. Lembro da primeira Marcha da Maconha que participei, de mãos dadas com meu pai, acho que era 2009 ou 2010, na qual, inclusive, um dos organizadores, Gojoba, era amigo do meu pai. Essa era a referência que eu tinha. Algo que me chamou bastante atenção nesse ato foi o fato dos próprios organizadores proibirem o uso de maconha durante a manifestação. Mas, como assim? Estão lutando para “desproibir” nos proibindo de usar? Realmente, eu não me sentia nem capaz de entender a proposta, me parecia uma discussão que não cabia a mim.

Esse processo foi simultâneo à minha descoberta como mulher, branca e “classe média” no mundo, momento em que uma chave virou na minha vida e eu entendi que não podia viver mais sem me apropriar dos feminismos e suas lutas. É, então, quando descubro que as minhas questões, relacionadas às drogas, eram também questões de outras mulheres, em muito iguais e diferentes de mim, o que me ajudou a entender um dos lugares que me cabe na teia das relações provocadas pelas estruturas sociais, qual seja, no movimento feminista antiproibicionista.

O antiproibicionismo, fenômeno principal sobre o qual se desenvolve o presente trabalho, não tem uma definição formal (ou seja, o termo em referência não é encontrado nos dicionários disponíveis da língua brasileira), tampouco é fechada ou estática. Sua construção simbólica é objeto de disputas e grandes debates. Neste trabalho, o que eu entendo por antiproibicionismo, e essa é uma escolha axiológica necessária à produção da pesquisa, diz respeito à resistência inerente à proibição de vidas, historicamente tuteladas pelo Estado na sociedade ocidental, negras, empobrecidas, femininas, transgressoras e desviantes, mas, também, representa a construção de novos paradigmas para a vida em sociedade.

Além disso, outro elemento que me estimula a desenvolver essa pesquisa, gira em torno da desproporcionalidade de aplicação das políticas proibicionistas. A princípio, a luta pela descriminalização da maconha não vai falar em reparação social, dessa forma, ela abre margem para que as violações perpetradas pelo proibicionismo se atualizem e continuem sendo empregadas em uma eventual nova realidade social, na qual as drogas venham a ser

²Conforme ficará demonstrado no capítulo um desta dissertação.

regulamentadas. As mulheres, que passam a debater essa pauta, vão mostrar que o debate pela descriminalização das drogas precisa passar pela discussão da proibição *per se*, ou seja, de todas as políticas que estão sob a lógica proibicionista e que vão além das questões das drogas.

Por isso, o problema a ser trabalhado deve refletir para além da proibição das drogas, apesar de partir dessa temática, não podendo desassociá-la do genocídio da população jovem negra, da criminalização da pobreza, da corrupção, do encarceramento em massa e da ingerência do estado na vida privada. Ao longo dos séculos, foram diversas as facetas do Estado e do mercado com as quais se manipulou e cerceou direitos de populações específicas, minoritariamente representadas na política institucional. Vera Baroni³, da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, não nos deixa esquecer que a população negra nunca deixou de ser perseguida e exterminada pelo Estado em nosso país. Assim, eu indago, até quando vamos permitir a perpetuação do racismo institucionalizado? Até quando vamos permitir que o autoritarismo estatal se reinvente em seus termos e inverta discursos para direcionar políticas públicas a interesses privados?

Diante destas questões, o fenômeno crescente do antiproibicionismo e suas eventuais disputas internas se apresenta como o campo de investigação desta pesquisa. Mais precisamente, o que as mulheres da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas em Pernambuco, único grupo feminista no Brasil feito por mulheres para debater e questionar a política proibicionista de forma mais ampla, propõem, acreditam e realizam nesse cenário e o que tais posições significam para novas propostas de políticas sobre drogas e, eventualmente, para formulação de novos paradigmas para a organização da sociedade.

1.2 Desenhando a Dissertação

No percurso percorrido até a definição do problema de investigação, é importante salientar a falta de atenção das mídias tradicionais sobre o tema do antiproibicionismo. O tema tem um pouco mais de espaço nas mídias alternativas, ainda assim, de forma discreta. Quando aparece é, geralmente, na oportunidade de algum evento ou especificamente sobre algum movimento ou iniciativa⁴. Esse fator, somado à escassez de trabalhos científicos na área, me

³Em um seminário sobre relações raciais promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, em 2018, ao qual eu estava presente.

⁴Destaco que neste ponto não foram trazidos números ou dados empíricos que demonstrem essa realidade por não terem sido encontradas pesquisas quantitativas nesse sentido, porém as pesquisas que foram feitas em sítios de busca virtuais, colocando exatamente a palavra-chave “antiproibicionismo”, mostrou precisamente a afirmação feita acima, que quando mencionado, é na ocasião de algum evento.

levam a perceber como é imprescindível demarcar a construção do tema a partir dos atores e atrizes sociais diretamente envolvidos na construção dessa proposta, que apresenta uma nova forma de lidar com a realidade das diferentes sociedades que coexistem no Brasil.

Neste sentido, como ensina Collins (2016), a perspectiva que as mulheres agregam no mundo é de uma riqueza inestimável, pois esse grupo, apesar de historicamente silenciado na sociedade ocidental, têm transitado em todos os espaços sociais, percorre os diferentes grupos e ainda se juntam em ambientes que se propõem livres de opressões, que as ajuda a exercitar o discurso sobre o que se queira falar, encorajando-as a se posicionar nos espaços mistos que censuravam suas palavras (objetiva ou subjetivamente). Destacando, desta forma, que é “impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras” (COLLINS, 2016, p. 101).

Desta forma, o ativismo, a militância e o movimento de mulheres em expansão são de grande relevância para entender a complexidade do problema de pesquisa, o antiproibicionismo, e que pode indicar ligações mais diretas entre a política antidrogas, o proibicionismo e seus reflexos na população feminina, extremamente afetada pela guerra às drogas. Assim, as militantes antiproibicionistas carregam em suas histórias pessoais os motivos que as levam a se posicionar como tal em sociedade.

Neste sentido, objetivou-se no presente trabalho (a) identificar os campos de disputas em que ocorrem as atuações dessas mulheres; (b) compreender, a partir das entrevistas, os discursos hegemônicos e contra-hegemônicos que estão em confronto; (c) investigar quais as propostas dos movimentos antiproibicionistas, na perspectiva das mulheres entrevistadas, para as discussões sobre políticas de drogas no Brasil; e (d) analisar a leitura que as entrevistadas fazem da contribuição dos movimentos feministas e de mulheres para o movimento antiproibicionista.

Visando responder aos objetivos propostos, esta dissertação estrutura-se nas partes a seguir.

No primeiro capítulo, é trazido um panorama histórico para embasar a problematização e a contextualização da questão central. O caminho percorrido passa pelos debates morais e científicos que envolvem o paradigma proibicionista (1.1), pela formação e consolidação das resistências à política proibicionista promovidas no nível da sociedade (1.2), chega a identificar algumas iniciativas antiproibicionistas nacionais (1.3) e alcança a luta feminista de mulheres contra a proibição das drogas (1.4).

No segundo capítulo, é o momento em que desenha-se o arcabouço teórico e metodológico que orientam a presente pesquisa. A partir de uma epistemologia feminista, debruça-se sobre as

possibilidades de construção de movimento social para compreender a ação coletiva de mulheres e a localização social das entrevistadas, com destaque para as teorias do feminismo negro e de suas concepções sobre movimento feminista (2.1). Em seguida, discute-se o método de investigação utilizado, qual seja, o emprego de entrevistas semiestruturadas e a análise dos discursos emergentes a partir da perspectiva de uma Análise Crítica do Discurso em diálogo com a Análise Feminista Crítica do Discurso (2.2). E, ao final deste capítulo, são trazidas considerações gerais sobre a concepção e o desenvolvimento da pesquisa em si (2.3).

Por fim, no terceiro e último capítulo, apresento a análise que coroa o presente estudo, ao trazer a representação dessas mulheres sobre o mundo e sobre elas mesmas, fruto da aplicação da metodologia escolhida, com base nas teorias ilustradas, para a investigação do problema proposto. Para tanto, começo este capítulo identificando as interlocutoras que contribuíram ativamente para a realização desta pesquisa, mulheres, usuárias de drogas, *outsiders* e ativas politicamente (3.1). Em seguida, apresento as identidades que emergem dos seus discursos, feministas e antirracistas (3.2), e interpreto as relações com a rede e com os opositores por elas representadas (3.3). Ao fim, apresento uma análise das suas das crenças, ideologias, projetos e perspectivas, cujos discursos revelam uma ordem antiproibicionista, antipunitivista, antirracista, anticapitalista e abolicionista penal (3.4), como veremos a seguir.

2 PROIBIÇÕES E RESISTÊNCIAS

“A melhor muralha da autoridade é a uniformidade”.
Emma Goldman

As drogas não são um fenômeno recente na história da humanidade. Na verdade, a proibição que o é, apesar de também não ser nova. Por ser um processo complexo, a cultura proibicionista não nos tem parecido deixar alternativas ao seu modelo, tendo sido muito bem sucedida em termos de propaganda, tanto que a ideia de que as drogas fazem mal é tão difundida quanto à ideia de que a Terra é redonda. Até que se entenda que o problema nunca foi as drogas e que a sua proibição foi fundada em questões morais, o caminho é longo, tortuoso, desesperançoso e perigoso. Mas nos pontos contemplados por esse capítulo, espera-se proporcionar elementos e informações suficientes para que, quem esteja disposto, se muna e faça o debate.

Neste momento, o objetivo é apresentar as questões sensivelmente relacionadas ao debate que toca o presente objeto de pesquisa e que não serão aprofundadas no momento da análise, iluminando pontos fundamentais para compreender o pano de fundo deste trabalho.

2.1 Proibição das drogas do século XX aos dias de hoje - um panorama global e o contexto local

Por *proibicionismo* entende-se a pretensa intenção por parte de autoridades políticas, médicas, jurídicas e policiais de censurar integralmente a apropriação sobre algumas drogas e, juntamente, os hábitos associados a elas. Esse pensamento se estruturou na forma de políticas de Estado repressivas, que combatem as drogas ilegais e tudo que estiver a elas relacionado com o intuito de estabelecer a abstinência total entre os indivíduos (RODRIGUES, 2010).

A gênese do proibicionismo em relação às drogas, no Brasil, repousa nas teorias médicas de Rodrigues Dória, também político e jurista, precursor dos debates sobre o assunto e defensor veemente da proibição. Seu primeiro texto sobre o tema, datado de 1915, atestava que a maconha teria sido trazida pelos escravos africanos e seria um instrumento de vingança contra quem os tinham tirado da terra natal (DÓRIA, 1986). Dória afirmava que a maconha estava diretamente associada à loucura, argumento sob o qual se estruturou os discursos que buscavam a criminalização e repressão do cultivo e uso da planta. Com grande influência de Dória, e respaldado pelo conservadorismo e o pânico moral difundidos na sociedade da época,

publicou-se o Decreto 20.930, em 1932, que determinou a proibição da maconha e sua inclusão na lista de substâncias proscritas (BRASIL, 1932). No entanto, pondera Saad (2019), a repressão ao consumo não se deu de forma imediata, mas foi sendo construída ao longo do tempo, principalmente a partir dos anos de 1940.

Neste sentido, havia uma articulação internacional que fomentava esse cenário nacional, quando, na 2ª Conferência Internacional sobre o Ópio (em 1924), os representantes brasileiros triunfaram em sua proposta de proibir a venda de maconha, o que desencadeou a classificação da planta como entorpecente pela Liga das Nações em 1925, reafirmando sua proibição (BRANDÃO, 2017). No entanto, a partir dos documentos trazidos por Saad (2019), observa-se que a proibição se deu com base em argumentos pouco sólidos e respaldado no racismo científico e nas teorias eugenistas ainda em voga no início do século XX, cujo contexto propiciou o surgimento desse projeto que buscava criminalizar não só a planta, mas, sobretudo, os seus usuários.

Os anos seguintes à proibição serviram para que as próprias estratégias de repressão fossem sendo desenvolvidas e adaptadas como um fim em si mesmo, efetivando o que haviam proposto. Neste contexto, em 1938 promulga-se um novo Decreto-Lei sobre o tema, de nº 891, com o escopo de aprovar a Lei de Fiscalização de Entorpecentes e indicar os caminhos para a regulação das substâncias em cheque (BRASIL, 1938). Mais de dezessete drogas proibidas, dentre as quais o cânhamo, as folhas de coca, o ópio, a morfina e a cocaína (para mencionar as mais conhecidas) estavam sujeitas à destruição de suas plantações e denúncia de seus responsáveis por autoridades policiais, autorizadas por este último Decreto. É interessante pontuar que, já nessa época, se previa a possibilidade, “se tornado necessário para fins terapêuticos”, do cultivo de determinadas plantas, condicionado a parecer favorável emitido pela Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes⁵. Portanto, estabelecimentos “farmacêuticos, hospitalares, de pesquisa, ensino e congêneres, assim como os serviços médicos” estariam aptos a comprar, receitar e vender as substâncias em observância às normas impostas pelo Departamento Nacional de Saúde, fator chave para compreender o movimento que deixava nas mãos da medicina o monopólio do saber, da manipulação e da gestão dessas substâncias (BRASIL, 1938).

Aqui no Brasil, em sintonia com os discursos das autoridades médicas, que definiam a lesividade de determinadas drogas, propagou-se uma “ideologia do combate à maconha” que associava diretamente a criminalização à perseguição da população afrodescendente, bem como

⁵ CNFE, criada em 1936 que, embora tenha concentrado esforços na repressão à maconha, de forma mais ampla propagava um “higienismo social” e uma ideologia baseada na segurança nacional (BRANDÃO, 2017).

de seus costumes tradicionais. As justificativas de cunho médico defendiam a importância de um controle sobre a tradição da população negra e miscigenada, “contra a propagação de práticas específicas de classe e/ou raça que, de alguma maneira, eram vistas como perigosas” (SAAD, 2019, p. 127). O discurso, portanto, colocava o desenvolvimento e um futuro promissor que aguardava o Brasil de um lado, obstaculizados por um vício degradante como o fumo da diamba⁶, que, portanto, deveria ser penalizado, galgando-se um caminho no qual a proibição parecesse, então, algo inevitável.

O cenário de modernização impunha a “limpeza” de qualquer prática que não estivesse de acordo com o progresso. Como vimos, os discursos conservadores e autoritários criavam uma atmosfera de pânico em torno de costumes vistos como atrasados, incivilizados. Nesse cenário, o que representasse uma herança africana ou a resistência ao embranquecimento deveria ser extinto. O uso da maconha era associado à prática do candomblé e vice-versa. Ambos – práticas africanas – tinham o poder de levar o organismo negro – geneticamente já inferior – à loucura e à prática de crimes. Ambos iam na contramão do progresso tão sonhado pelas elites. Curandeiros, feiticeiros e maconheiros ameaçavam o projeto de um futuro brilhante para o país (SAAD, 2019, p. 128).

Ainda quando no Brasil não se debatia esse assunto publicamente, nos Estados Unidos já se podia observar, desde o século XIX, a mentalidade proibicionista sendo disseminada de forma organizada⁷, onde já se observava sua difusão apoiada por argumentos de cunho moral e médico. Ao investigar o período anterior à emergência da perspectiva proibicionista, verificamos que no século XIX a relação entre pessoas e drogas, como ópio e cocaína, por exemplo, era admitida socialmente. Com fins tanto científicos quanto recreativos, as substâncias psicoativas raramente eram concebidas como ameaçadoras à ordem social e serviam a diferentes camadas sociais das mais diversas formas (medicamento, alimento, lazer) (ESCOHOTADO, 1994). Contudo, frente a uma abolição inacabada (cujos efeitos perduram até hoje) e uma República inaugurada, ambas recém-decretadas, tinha-se um panorama de que eram necessários instrumentos para tutelar e gerir essas novas classes e grupos sociais em formação, momento que se ampliou a visão de que os hábitos e práticas dos negros seriam empecilhos para concretizar os anseios por uma nação civilizada. Desta forma, sob a escusa de amenizar questões de ordem clínica e psicológica, mas direcionada para o controle de determinada parte da população, surge um movimento que propunha a proibição do consumo

⁶ Mais um dos diversos nomes da maconha, cânhamo, cannabis, liamba, erva etc.

⁷ Em 1868 foi fundada a Sociedade Nova-Iorquina para Supressão do Vício; Em 1873 foi fundada a Liga das Senhoras Cristãs pela Sobriedade; e Em 1879 (em universidades) foi criada a Federação Científica pela Sobriedade (RIBEIRO; RIBEIRO, 2005.)

de determinadas substâncias como um meio eficaz para a solução dos problemas de ordem social.

À medida que o uso recreativo de algumas drogas foi colocado na ilegalidade, o profissional de medicina passava a ser o responsável pela autorização do consumo das substâncias ilícitas, isto é, os mesmos que já detinham autoridade sobre o assunto das drogas regulamentadas. Ao longo de todo o século XX, a produção de drogas medicamentosas aumentou de maneira praticamente ininterrupta, desde o vasto uso terapêutico do ópio para a produção de morfina, utilizado em larga escala por soldados desmobilizados após o término das Grandes Guerras, até a difusão, a partir da segunda metade do século, de drogas para tratamentos “estabilizantes” de humor, que progressivamente deixaram de ser um instrumento de intervenção terapêutica e transformaram-se em um elemento complexo e simbólico da sociedade ocidental (ALBALADEJO, DIEZ *apud* LEITE; VIEIRA; VEBER, 2008). Assim, de forma progressiva, a dose que se comprava livremente nas farmácias mudou de qualidade e tornou-se remédio e a dose excedente passou a ser consumida pelo mercado ilegal (RIBEIRO; RIBEIRO, 2005). Este mercado que, por sua vez, mostrou significativo crescimento, com aumento da circulação das drogas em nível nacional e internacional e, conseqüentemente, do aumento do lucro. Este crescimento ocorre nos períodos de maior repressão, que de forma nenhuma deve estar associado à qualidade das drogas vendidas, sendo, na verdade, inversamente proporcional, pois quanto mais acentuada é a repressão, pior é a qualidade e a pureza da droga⁸.

A organização da política de controle das drogas era fundamentada no discurso da autoridade médica. Essa classe, que gozava de apoio dos grupos militares, estava comumente também ocupando cargos institucionais de poder (eram professores das poucas universidades que existiam, secretários de governo, senadores etc.). Assim, de forma gradativa o Estado – tomado de ideais e valores difundidos pela política proibicionista – foi eleito o agente regulador da política de drogas. Como consequência, formaram-se grandes aparelhos públicos para repressão ao comércio e ao consumo de entorpecentes em nível global. Ao tornar ilícitas algumas substâncias – como maconha, ópio e cocaína - e deixar outras lícitas, o Estado propicia o surgimento dos mercados ilegais, fazendo com que, de um lado, produtores, comerciantes e usuários se transformem em inimigos da lei e da própria população, enquanto do outro lado,

⁸ “Por exemplo, em 1984, dois anos após a declaração de guerra às drogas pelo presidente Reagan, o preço da maconha teve alta máxima de 35%. E, dada a necessidade de substituição da importação (fronteiras extremamente controladas e apreensão de 4 mil toneladas de maconha), por meio da engenharia genética a maconha produzida internamente passou a apresentar teor de THC em média 20% superior” (MORAIS, 2005, p. 3).

personagens do mercado de drogas lícitas – como álcool e tabaco – sigam como cidadãos comuns que pagam seus impostos (KARAM, 2013). Essa diferença de oportunidades é fundamental para perpetuar desigualdades sociais, pois parte da população continua invisibilizada, distante das políticas públicas e da atenção do governo, enquanto outros grupos têm acesso a drogas com procedência regulamentada, bem como contam com um sistema de saúde disponível para eventuais necessidades.

A guerra contemporânea contra as drogas foi oficialmente declarada pelo ex-presidente dos Estados Unidos da América, Richard Nixon, que defendia “*uma guerra total contra o inimigo número um nos Estados Unidos: as drogas perigosas*”. Foi assim que, em 1972, a expressão **War on Drugs** (guerra às drogas) ficou consagrada como a política proibicionista de combate às drogas ilícitas, sendo rapidamente espalhada pelo mundo, assim como a tecnologia necessária para sua execução (RODRIGUES, 2010).

Neste contexto, em nome da Guerra às Drogas e do combate ao crime, as instituições nacionais têm ignorado suas responsabilidades frente a violações sistemáticas e não raramente massivas de Direitos Humanos, e os discursos de organizações transnacionais sobre o tema tampouco têm significado avanços reais. É nesse cenário, por exemplo, que desde de 1961 diretrizes internacionais contemporâneas começam a ser articuladas e estabelecidas, como o Regime Internacional de Controle de Drogas (RICD), que carrega os princípios da política proibicionista atual e que nasce e se desenvolve junto a três Convenções da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o tema, a Convenção Única sobre Entorpecentes, de 1961, a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971 e a Convenção de Viena Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 1988. Essas Convenções, das quais o Brasil é signatário, surgiram como forma de articulação internacional para atuar por meio de ações coordenadas de colaboração entre os Estados no combate ao uso, à troca, à distribuição, à importação, à exportação, à manufatura e à produção de drogas psicoativas. Além disso, a versão mais recente trata da extradição, do transporte e dos procedimentos de transferência dos traficantes de drogas (UNODC, 1961, 1971 e 1988).

Os documentos aprovados, nas mencionadas Convenções, consagram diretrizes de cunho proibicionista, visando limitar o acesso às substâncias consideradas ilícitas ao uso médico e científico, por meio de políticas que reafirmam a repressão em detrimento da liberdade, conformando a intervenção do sistema penal em todos os níveis do mercado de entorpecentes, com uma postura que oculta fatos, demoniza substâncias e pessoas. Assim, os danos, inclusive os iminentes, são consequência direta do proibicionismo muito mais do que do consumo de drogas em si. O perigo não está na circulação e consumo dessas substâncias, mas

sim na proibição delas, que ao expandir o poder punitivo, superlota as prisões, nega direitos fundamentais aos indivíduos e vai conduzindo o estado democrático a um estado totalitário (LIMA; OLIVEIRA, 2018). Esse cenário também influencia e é influenciado pelo que se chama “mundo do crime”, onde a violência tem caráter disciplinar (ADORNO, *et al.*, 2018) e o que opera é um “estado paralelo”, que conta com a participação informal das polícias, da Justiça e da Política (enquanto instituições formais).

Contraditório é perceber que a saúde pública, enquanto bem juridicamente protegido, que fundamenta a censura a determinadas drogas e embasa a proibição normativa das mesmas, teoricamente beneficiada pela implementação da lei de drogas, é diretamente lesionada com a criminalização das drogas. Ao se impedir um controle de qualidade das substâncias, obstar o uso terapêutico, dificultar a informação, a pesquisa e a assistência, permite-se que as substâncias ilícitas sejam utilizadas na forma que o usuário tiver condições de usá-las, facilitando a proliferação de doenças⁹. O argumento da tutela da saúde coletiva, portanto, não condiz com qualquer realidade, tendo em vista que a saúde coletiva é um direito difuso, impessoal, difícil de ser literalmente tutelado, devendo existir em função da saúde real dos indivíduos, admitindo-se que bens jurídicos de caráter coletivo devem sempre vir referenciados em direitos individuais concretos, estes que, na realidade, vêm sendo profundamente atacados e renegados perante a aplicação da Guerra às Drogas.

A intervenção do sistema penal sobre produtores e distribuidores cria e fomenta a violência, devendo ficar claro que não são as drogas que produzem a violência, a violência só acompanha as atividades econômicas de produção e distribuição das drogas porque o mercado é ilegal. A guerra às drogas, assim, já revela a incorporação ao controle social exercido, através do sistema penal, sobre a figura do inimigo – aquela pessoa que tem quaisquer comportamentos diferentes ou desviantes -, que é comumente confundida com a do criminoso, do terrorista, do dissidente. Essa transnacionalidade criminosa dá lugar a uma sistemática produção de legislações autoritárias. Neste sentido,

Proibicionismo é uma forma simplificada de classificar o paradigma que rege a atuação dos Estados em relação a determinado conjunto de substâncias. Seus desdobramentos, entretanto, vão muito além das convenções e legislações nacionais. O proibicionismo modulou o entendimento contemporâneo de substâncias psicoativas quando estabeleceu os limites arbitrários para usos de drogas legais/positivas e ilegais/negativas. Entre outras consequências, a própria produção científica terminou entrincheirada, na maior parte das vezes do lado "certo" da batalha, ou seja, na luta

⁹ A título de exemplo prático, por exemplo, até 40% dos novos casos de HIV e Hepatite C são decorrentes da prática insegura de injeção intravenosa de drogas, sem as devidas precauções. Isto pode ser traduzido em quase 2 milhões de anos de vida perdidos por mortes prematuras como consequência de infecções pelo HIV (GROVER, 2015).

contra as drogas. O proibicionismo não esgota o fenômeno contemporâneo das drogas, mas o marca decisivamente (FIORE, 2012, p. 1)

No que se refere à abordagem midiática, frente aos fenômenos relacionados ao uso de drogas, constata-se uma avalanche de notícias que abarcam múltiplas vertentes dessa temática, perpassando desde aspectos de ordem biológica aos de caráter moral, do individual ao coletivo, e tratando de questões que vão além da saúde, incluindo questões sobre tráfico, violência, delinquência, aspectos morais, entre outros. Um evidente descompasso diz respeito ao conjunto de informações sobre “drogas ilícitas” (maconha, cocaína etc.) em comparação às “lícitas” (álcool e tabaco, por exemplo). De um lado, a população recebe uma série de informações sobre a violência relacionada ao tráfico e sobre os “perigos das drogas” e, de outro, é alvo de sofisticadas propagandas para estímulo da venda de bebidas alcoólicas (NOTO *et al.*, 2003).

Neste contexto, dados do relatório *Violência na Mídia*, publicado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), uma das agências da ONU, em 2006, indicam a recorrente associação entre uso de drogas e violência nas matérias veiculadas pela grande mídia brasileira. Tal associação, por sua vez, geralmente retrata o usuário de psicoativos como um violador de direitos alheios (raramente mencionando o fato de que ele próprio também tem os seus direitos violados). O documento aponta, ainda, que ao ser apresentado cotidianamente um cenário violento do uso de drogas veiculada pela mídia, provoca-se sentimentos como o medo e a ansiedade, contribuindo diretamente para a marginalização e o afastamento do usuário de todos os serviços de saúde, gerando outros problemas de saúde pública (NJAINÉ; VIVARTA, 2006).

A criação e o desenvolvimento do Regime Internacional de Controle de Drogas (RICD), por sua vez, têm relação com vários abusos e impactos negativos. Em 2008, no Relatório Mundial sobre Drogas elaborado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), identificou-se uma série de “consequências negativas não-intencionais” oriundas das ações de controle de drogas. Nesse mesmo ano, em um guia para os seus funcionários, o UNODC admitiu que “há um risco, menor mas presente, de que as atividades do UNODC tenham um impacto negativo sobre os direitos humanos”. Em apertada análise, na prática o RICD resultou em um sistema de riscos, em que os danos colaterais terminaram se tornando a regra (GARZÓN; POL, 2015).

Apesar de discreto aceno global sobre os danos do proibicionismo e a perspectiva da construção de novos paradigmas, o Estado brasileiro, que já conta com uma vasta lista de violações históricas de direitos promovidas no âmbito dos três poderes em observância à lei antidrogas, por meio da gestão atual do Ministério da Cidadania escancara o descaso aos

direitos humanos e acentua o caráter intervencionista, repressivo e proibicionista para tratar das drogas ao promulgar a Lei nº 13.840 em 05 de junho de 2019 (BRASIL, 2019). Tal mudança passou discreta na mídia nacional diante de um contexto com manifestações em todo o país contra os cortes na educação pública e contra a privatização da previdência, o que não significa que a nova lei não terá grandes impactos na vida da população, muito pelo contrário, ela afeta significativamente os campos da segurança pública, da saúde e da assistência social.

O texto aprovado tramitava há quase nove anos e foi resgatado às pressas para endurecer a legislação antes do Supremo Tribunal Federal julgar a possível descriminalização do usuário de drogas no Brasil, como será explicado no tópico seguinte. A nova lei tem como ponto cardeal o modelo de abstinência no tratamento dos usuários de drogas, ou seja, se descarta a possibilidade de consumo de drogas (inclusive consideradas mais leves) e as pessoas são retiradas do convívio social para o tratamento. Já a política de redução de danos (que admite o consumo de drogas durante a recuperação e dispensa um olhar biopsicossocial para os usuários) não foi sequer mencionada e deixou de ser adotada como política pública do Governo Federal. Com isso, saem ganhando as comunidades terapêuticas e clínicas de internação, que passam a fazer parte do Sistema Nacional de Políticas Públicas de Drogas (SISNAD) e passam a ser consideradas pessoas jurídicas sem fins lucrativos, a fim de que possam receber mais doações, conforme justificou o relator do projeto. Essa lei também prevê um novo aumento da pena para traficantes, funcionando como elemento catalisador de um processo em que o Brasil já ocupa a terceira maior população carcerária do mundo, onde um terço das pessoas privadas de liberdade respondem por tráfico de drogas, das quais 70% têm como única testemunha o agente policial envolvido na ocorrência.

Frente a essas questões, o modelo proibicionista não é capaz de prosperar, além da violação de direitos já mencionada, os números de mortos e encarcerados desde a promoção efetiva da guerra às drogas chamam atenção para que parcela da população tem morrido e sido privada de liberdade, mostrando que a guerra às drogas é uma guerra legitimada contra a pobreza, contra as populações historicamente marginalizadas, vulnerabilizadas e silenciadas¹⁰.

¹⁰ Sobre essa perseguição, pode-se conferir o depoimento marcante de Hélio Luz, ex-Chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, para o documentário “Notícias de Uma Guerra Particular”, 1999. Além disso, dados do INFOPEN (2017) apontam que mais de 2/3 da população carcerária é negra, existindo estados que esse percentual atinge 95%; ainda segundo o INFOPEN mais de 75% dos encarcerados tem até o ensino fundamental completo. O Mapa do Encarceramento (2015) vem reforçar apontando que negros são, proporcionalmente, mais condenados que réus brancos e permanecem, em média, mais tempo presos durante o processo judicial (BRASÍL, 2015).

2.2 Da contra proibição ao antiproibicionismo

Ao estudar o universo das drogas ilícitas, encontramos uma gama de relações e mundos que estão invisibilizados pelo discurso moralista da Guerra às Drogas e pelo foco na proibição, o que vela debates e impede o desenvolvimento científico de tais problemas. Entre as diversas consequências atreladas ao proibicionismo está, sem dúvida, a resistência por parte de pessoas e grupos que se organizam para mobilizar a sociedade civil e o Estado quanto aos danos da proibição. Essas atuações provocam, gradativamente, fissuras nas políticas antidrogas e impulsionam discussões sobre um caminho plural para novas abordagens sobre a questão das drogas.

Julio Delmanto (2013) sugere que o nascimento do que veio a se conformar como movimento antiproibicionista eram posturas que defendiam a descriminalização da maconha, a partir de uma perspectiva exclusivamente do direito individual ao uso, cujos pleitos pareciam não compreender o projeto proibicionista de sociedade, no qual a maconha é apenas uma das questões. *“Não vamos falar sobre cocaína, e outro problema era o tráfico, se você descriminaliza o uso, e o traficante? Vai continuar criminalizando? Isso era um tema que a gente não entrava.”* (trecho da transcrição do debate assinado pela Comissão cultural da filosofia de discentes da Universidade de São Paulo, agosto de 1980) (DELMANTO, 2013, p. 177). Outros, como Brandão (2017), discordam dessa periodização, remontando a mais longe o nascimento de um antiproibicionismo restrito à maconha e postulando que um antiproibicionismo mais amplo só viria a surgir mais tarde no país, considerando que “com raras exceções, o único antiproibicionismo de que se pode falar no Brasil antes das Marchas da Maconha [a partir dos anos 2000] é exclusivamente relativo à maconha” (BRANDÃO, 2017, p. 310). De toda forma, parece um fato incontestável que as posturas relatadas por Delmanto (2013) abriram precedentes para os debates no campo das drogas pela sociedade civil, apesar de, por um lado, reafirmar tabus e classificações morais sobre as drogas ilícitas, por outro, colocava em pauta o elemento simbolicamente odiado (sob o qual pesava muito mais um estigma social do que um aspecto formal).

Nos Estados Unidos, observatório mundial da política proibicionista,

Em 1972 a National Commission on Marihuana and Drug Abuse, comissão norte-americana composta por físicos, advogados, parlamentares e outros profissionais, concluiu que os perigos da maconha tinham sido grosseiramente exagerados nas décadas anteriores. Revisando todos os estudos desde a década de 1920, a Comissão Shafer – como era chamada, por ser chefiada pelo ex-governador da Pensilvânia, Raymond Shafer – não encontrou qualquer prova de que a maconha gerasse criminalidade, insanidade, promiscuidade sexual,

síndrome amotivacional, ou fosse “porta de entrada” para o consumo de outras drogas. Pesquisas com tecnologias de última geração não encontraram danos cerebrais em usuários abusivos de maconha. Nos estudos conduzidos em laboratório nunca houve qualquer relato de mudança dramática de comportamento após o uso de maconha. Embora seja comum afirmar que a planta funcionaria como um agente desencadeador da esquizofrenia – ou “loucura” – os estudos apontaram que o consumo tem muito mais probabilidade de ser posterior ao aparecimento dos sintomas psiquiátricos, ou seja, não é fator causal. Também o índice de criminalidade é totalmente alheio ao uso da erva, uma vez que depende totalmente de outros fatores preexistentes no ambiente social, na história de vida e na personalidade do sujeito. O relatório da Comissão concluiu que a maconha “não constitui grande ameaça à saúde pública”, bem diferente da história que o leitor acabou de conhecer e que levou o “fumo de negro” a ser visto como uma das grandes ameaças ao desenvolvimento do país (SAAD, 2019, p 128-129).

Ainda neste sentido, e diante dos incontáveis prejuízos econômicos, culturais e sociais¹¹, um movimento internacional importante foi feito para uma nova abordagem das políticas sobre drogas, mudando significativamente o panorama a partir de 2016, quando três Chefes de Estado latino-americanos, do México, da Guatemala e da Colômbia, apoiados por mais 95 países membros, solicitaram à ONU a antecipação da Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre drogas (UNGASS 2016¹²), que estava prevista para 2019 (GROVER, 2015; GARZÓN; POL, 2015). Essa reunião demarcou uma nova postura para lidar com a questão, calcada na Redução de Danos e em observância aos danos do proibicionismo. A Comissão Global de Políticas sobre Drogas¹³ solicitou aos países presentes que repensassem as políticas repressivas sobre drogas e tratassem o tema a partir de novos horizontes, são eles: i) priorizar a saúde e a segurança das pessoas e comunidades; ii) garantir o acesso igualitário a remédios controlados¹⁴; iii) acabar com a criminalização de pessoas que usam ou possuem drogas¹⁵; iv) promover alternativas ao encarceramento para réus primários em mercados de

¹¹ Nos últimos quarenta anos, estima-se que 1,5 trilhão de dólares americanos foram gastos ao redor do mundo em políticas repressivas contra as drogas. No entanto, entre 2003 e 2012, as autoridades de aplicação da lei ao redor do mundo relataram um aumento no consumo pessoal e no tráfico de drogas. Entre 1994 e 2014, a rede de cultivo de produção da papoula do ópio no Afeganistão mais do que triplicou. Somente no México, estima-se que, desde 2006, 100 mil pessoas tenham sido mortas em casos relacionados com a “guerra contra as drogas” (GROVER, 2015).

¹² UNODC. Disponível em: <https://www.unodc.org/ungass2016/>, acessado em agosto de 2019.

¹³ Global Commission on Drugs, disponível em: <https://www.globalcommissionondrugs.org/>. Acessado em agosto/2019.

¹⁴ A Organização Mundial de Saúde estima que 5,5 bilhões de pessoas não têm acesso a medicamentos à base de opióides, incluindo 5,5 milhões de pacientes em fase terminal (GROVER, 2015).

¹⁵ A criminalização do uso de drogas não apenas estigmatiza as pessoas que usam drogas como párias sociais, bem como desencoraja os usuários a procurarem ajuda e acesso a tratamentos (GROVER, 2015).

drogas ilícitas, inclusive os cultivadores¹⁶; e v) encorajar experimentos diversos em mercados legalmente regulados.

Ao final da UNGASS, em 2016, lançou-se o documento intitulado “*Nuestro compromiso conjunto para abordar y contrarrestar eficazmente el problema mundial de las drogas*”¹⁷, que gerou 103 recomendações operacionais em sete eixos temáticos e que enriquecem sem precedentes a estratégia internacional sobre drogas, indo além do esquema focado apenas na redução da oferta e da demanda, dando o devido valor e atenção a elementos substantivos para o desenvolvimento de uma política de drogas baseada no respeito aos indivíduos e aos direitos fundamentais, são eles, a saúde pública, a prevenção integral, os direitos humanos, de gênero e o desencarceramento.

Neste contexto, a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), organismo antidrogas da OEA, que foi criada no início da década de 1980, instaurou um grupo de trabalho em 2018 com vistas à implementação das recomendações operativas da UNGASS 2016¹⁸, representando o compromisso integral da organização com a geração de respostas mais efetivas e coerentes com a evolução constante do desafio global sobre drogas. Significa, assim, uma oportunidade para atualizar programas, políticas e estratégias nacionais em matéria de drogas, deixando de lado posições dogmáticas e impulsionando uma análise aprofundada sobre causas, consequências e medidas alternativas em torno do controle internacional das drogas.

No Brasil, além das iniciativas da sociedade civil, que serão abordadas no ponto seguinte, há sinais normativos mais recentes que significam algumas possibilidades de avanço na questão, tais como a posição do Supremo Tribunal Federal (STF), que tem em mãos o Recurso Extraordinário RE 635659, cujo objeto discute a descriminalização da posse de drogas para uso pessoal. Três dos onze juízes da Corte já votaram a favor da causa, um deles limitou-se a fazer um juízo moral sobre os tipos de drogas e defendeu a descriminalização apenas para o usuário de maconha. Após nove anos parado o processo foi colocado novamente em pauta em 2018, e agora aguarda ser colocado em na pauta para julgamento em 2020, sem data prevista,

¹⁶ Atualmente, as políticas punitivas focadas, por exemplo, nos cultivadores de drogas e nas “mulas”, afetam desproporcionalmente os mais pobres e mais vulneráveis. Isto resulta na superlotação das prisões, estimula a corrupção das autoridades locais e ameaça a unidade da família e comunidade, sem ter qualquer efeito real na disponibilidade de drogas ilegais (GROVER, 2015).

¹⁷ UNODC, disponível em: <https://www.unodc.org/documents/postungass2016/outcome/V1603304-S.pdf>. Acessado em agosto/2019.

¹⁸ Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas, disponível em: http://www.cicad.oas.org/main/ungass/Nota_Conceptual_Primer_Reunion_Grupo_Trabajo_SPA.pdf. Acessado em agosto de 2019.

embora exista uma forte pressão para que esse caso se prolongue ainda mais no tempo, haja vista a conjuntura conservadora que assola o país.

Desta forma, o atual cenário internacional permite identificar que um primeiro passo foi dado para o futuro das legislações sobre drogas, no sentido de reconhecer os problemas da política proibicionista após quase meio século de sua intensificação e que seu emprego é responsável direto pelas violações generalizadas de direitos humanos, sobretudo aos grupos vulnerabilizados, e não o consumo de drogas em si como tal política tenta fazer acreditar. Contudo, não se pode ignorar a ascensão dos grupos de direita no ocidente nos últimos anos, representando, ainda, entraves ao desenvolvimento do debate em questão. O governo brasileiro, neste cenário, parece caminhar de forma muito discreta e desarticulada (para não dizer que apenas caminha no sentido contrário aos avanços acima mencionados), considerando, inclusive, o atual quadro nacional do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, de ordem majoritariamente conservadora, cuja influência direta no desenvolvimento das políticas sobre drogas tem significado verdadeiros óbices ao amplo debate e a evolução acadêmica e científica das mesmas, frequentemente atacando, conjuntamente, as áreas da saúde, da ciência e da educação.

2.3 Fogo na bomba e paz na quebrada¹⁹ - iniciativas antiproibicionistas locais

Latente a ineficácia da política proibicionista, a ideia de supressão total das drogas hoje consideradas ilícitas, que sempre fizeram parte da vida do indivíduo e em sociedade, não tem condições de se sustentar com fundamentos de cunho moral, além do fator dos danos ocorridos e deletérios, diretos e indiretos, conforme acima mencionados²⁰. Neste sentido, tem crescido o número de ações e práticas pela população que quer ou precisa continuar a fazer os seus usos, inspiradas nos princípios dos direitos humanos de liberdade e atenção ao usuário, preocupadas com a prevenção e a redução dos danos (FIORE, 2006). Isto leva a se praticar, em alguns casos, atos de desobediência civil²¹.

Na multiplicidade de movimentos sociais que se formaram no Brasil nas últimas

¹⁹ “Fogo na bomba e paz na quebrada, Marcha da Maconha, cola cola mulherada!”, lema que confere o título desta e da próxima seção, é uma referência expressa ao grito de (des)ordem puxado pelo Bloco Feminista da Marcha da Maconha, que pode ser conferido em <<<https://www.youtube.com/watch?v=6oft4VK06OI>>>. Acessado em agosto/2019.

²⁰ Para melhor compreender esse argumento, cf. Moraes (2005), que traz dados de 20 anos de guerra às drogas comprovando a sua ineficácia em acabar com o consumo e a venda de drogas ilícitas.

²¹ Desobediência civil enquanto uma forma de resistência não-violenta, de dimensão coletiva, pública e que é compreendida não apenas como um direito subjetivo, mas também como um dever dos cidadãos (POGREBINSCHI, 2004).

décadas, aproximadamente nos últimos vinte anos, pôde-se identificar um número significativo de grupos que atuam no campo das políticas de drogas²². Dentre as diferentes propostas, atreladas ao fato de ser um objeto historicamente multitutelado, destacam-se algumas iniciativas que atuam pelo direito de uso e pela descriminalização das drogas em diferentes níveis. A título de exemplo, cite-se a Rede Latino-Americana de Pessoas que Usam Drogas (LANPUD), a Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas (INNPD - RJ), o Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal (APEPI - DF), a Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança (ABRACE - PB), assim como encontram-se movimentos similares no mundo, a exemplo da Rede Latino-Americana de Mulheres Antiproibicionistas da Cannabis (RELAMURCA) e a Red Estadual de Mujeres Antiproibicionistas (REMA - Espanha). O surgimento desses grupos aparece como uma reação sistemática à proibição, percebendo-se que no momento em que uma parte significativa da população (que faz uso de drogas ilícitas, alguns por vontade e outros por necessidade) é posta na marginalidade do ilegal, faz-se latente a postura de se organizar para continuar a fazer o seu uso e garantir seu direito.

Neste cenário, o estado de Pernambuco²³ se destaca pelo volume de movimentos sociais com o mesmo escopo, que visam enfrentar a proibição e os danos a ela agregados. Hoje, atuam na região metropolitana e no interior grupos heterogêneos, interdisciplinares e interseccionais que atendem pelos nomes de Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco (CAPE), Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA - PE), Associação Brasileira de Cannabis e Saúde (ACOLHER), Associação Canábica Medicinal de Pernambuco (CANNAPE), THCine, Movimento Marcha da Maconha, entre outros, que têm se articulado em nível nacional e internacional e realizado atuações ao longo do estado. Neste sentido, a Universidade Federal de Pernambuco, na sua sede em Recife, recebeu o I Encontro de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas, o ENCAA, em 2016, reunindo coletivos, ativistas, movimentos sociais, profissionais liberais, pesquisadores, cientistas e usuários de drogas, com o propósito de realizar formação na área e construir junto à sociedade brasileira uma alternativa para a reforma da política de drogas com o viés antiproibicionista²⁴.

²²A maior expressão nesse sentido foi a realização do I Encontro Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas – ENCAA na UFPE em Recife, 2016.

²³ Estado que conta com a principal área de produção de maconha do país, o Polígono da Maconha (FRAGA, 2006) e onde surgiu em 2008 a Marcha da Maconha como primeira expressão de um movimento social pautando a descriminalização da maconha.

²⁴ Mais informações sobre o I Encontro Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas – ENCAA 2016 disponível em: <http://pbpd.org.br/i-encontro-nacional-de-coletivos-e-ativistas-antiproibicionistas-encaa/>. Acessado em mar/2020.

Na contramão do ofuscamento das questões levantadas pelos movimentos acima, um ponto que tem ganhado notoriedade no campo das drogas ilícitas, no qual mulheres mães são a grande expressão dessa luta, diz respeito ao uso de medicamentos à base de *cannabis* para tratamento terapêutico e medicinal em pacientes²⁵. Ainda que esse caso represente apenas uma das faces do proibicionismo, pode-se pensar que a vedação da pesquisa e da aplicação de remédios oriundos de substâncias psicoativas, há algumas décadas fortemente criminalizadas, gera um dano permanente à sociedade que tem sido cerceada durante gerações do direito à saúde e à pesquisa para o meio de tratamento adequado, comprometendo a vida de um número ilimitado de pessoas. Assim, sensibilizando a sociedade e ocupando espaços institucionais de decisão, também agindo muitas vezes por meio da desobediência civil pacífica, a atuação dessas mulheres tem garantido o direito à saúde e qualidade de vida de seus filhos e de pequenas comunidades (CARVALHO; BRITO; GANDRA, 2017).

A partir da ebulição contemporânea do tema do antiproibicionismo nas discussões sobre drogas no Brasil, cujos estudos que tive conhecimento são datados dos anos mais recentes (CAMPOS, 2013; LEAL, 2017; RIBEIRO JR., 2017; BRANDÃO, 2017; MALHEIRO, 2018), já pode-se perceber algumas características desses novos movimentos sociais que, por enquanto, não são capazes de dizer o quanto representa a pluralidade de movimentos sociais de forma mais geral, mas nasce fortemente ligado às lutas feministas.

A partir dos estudos mencionados, pode-se comparar os projetos que se auto intitulam antiproibicionistas de Natal, de Salvador e de Recife. Em apertada síntese, o projeto potiguar, cujo registro disponível é de 2013 (CAMPOS, 2013), à época parecia se limitar a pensar a proibição apenas dispensada à maconha²⁶. O projeto soteropolitano, por sua vez, cujos registros são mais recentes (RIBEIRO JR., 2017; MALHEIRO, 2018), já discute outras pautas, desde a crítica à proibição de todas as drogas até a intersecção dos danos atrelados à proibição com atenção às populações específicas, no entanto parece conformar as lutas identitárias em lugares especificamente reservados para elas, tendo ramificado no INNPD (Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas) e na Renfa/BA (Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas). Já o movimento antiproibicionista em Recife, documentado em 2017 por Brandão, reforçado

²⁵ A associação mais conhecida e atuante no Brasil que luta pela pesquisa com *cannabis* medicinal, a APEPI (Associação à Pesquisa e à Pacientes de Cannabis Medicinal - <http://apepi.org/>) tem como sua principal representante Margarete Brito, que fez da vida militância, cuja história vem brevemente documentada no filme “Illegal, a vida não espera” (ARAÚJO, 2014).

²⁶ Deve-se salientar que esses movimentos têm uma construção e dinâmica de negociação bastante intensas, levando esta pesquisadora a acreditar que os projetos ora descritos já tenham se atualizado, tanto o de Natal quanto o de Salvador, embora não tenha havido oportunidade de fazer esse diálogo de forma mais aprofundada neste trabalho.

pelo vídeo documental “Antiproibicionismo Jah” (TREVAS; SEVERIEN, 2017), toma outra conotação e percorre um trajeto diferente, vindo a abraçar progressivamente todas as pautas que eclodiram internamente, dentro dos movimentos, e externamente, em seu campo de atuação.

Essa virada de chave no movimento antiproibicionista recifense, que começa a tomar corpo com a fundação do Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco (CAPE) em 2015, conta com expressão significativa da atuação de uma mulher em especial, Ingrid Farias, referenciada, inclusive nos escritos dos outros estados mencionados, como uma importante agente antiproibicionista nacional, contribuindo para uma intensa transformação do grupo mais antigo que pauta a temática das drogas aqui na cidade, qual seja, a Marcha da Maconha. Esse espaço passou a ser ocupado por vários coletivos e pessoas de diferentes segmentos sociais, oriundos de diferentes territórios, fazendo com que, em um processo diferente do de Salvador²⁷, o antiproibicionismo interseccional fosse fundamental na nova proposta do projeto que se difundia em Recife.

As pautas, agora, passaram a ser visíveis e progressivamente interseccionadas, buscando uma maior representatividade dos atores e atrizes sociais historicamente silenciados(as) e invisibilizados(as), que, no entanto, sempre fora a principal população afetada pela política antidrogas, bem como parece ter encontrado na figura da mulher uma possibilidade mais concreta dessa almejada representação. Isso se justifica pelo simples fato de estarmos sob a égide de uma estrutura genuinamente patriarcal, na qual as mulheres são inexoravelmente sujeitas contra hegemônicas e, em especial as mulheres em confronto com a lei demandam um pensamento subversivo capaz de reinterpretar a si e ao mundo (SILVA, 2016). Neste sentido, Brandão constata que não é a população negra que assume a frente deste movimento, o que poderia se esperar uma vez que é esta a população mais atingida pela guerra às drogas, mas são mulheres feministas que o fazem (BRANDÃO, 2017, p. 319).

A partir das pesquisas de Brandão (2017) conseguimos visualizar a estruturação do antiproibicionismo em Recife. Segundo ele, “o marco de difusão [do antiproibicionismo] que vale para o país, é igualmente observado no caso específico de Recife, de modo que a Marcha da Maconha nesta cidade está diretamente ligada à consolidação de um movimento local que se afirma antiproibicionista” (BRANDÃO, 2017, p. 310). Reconhecendo, ainda, que “a aurora deste movimento antiproibicionista é, portanto, marcada pelo protagonismo de mulheres

²⁷ No processo da formação do núcleo antiproibicionista de Salvador o que houve foi o desmembramento do grupo principal que organizava a Marcha da Maconha em outros grupos, e não a inclusão das pautas dessas pessoas que precisaram fundar outros espaços de militância (a Rede Nacional de Feminista Antiproibicionistas e a Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas) para reivindicar atenção às demandas específicas daquelas populações (RIBEIRO JR, 2017).

feministas e, qualquer que seja o resultado da reinvenção da Marcha da Maconha em Recife, o efeito desta onda feminista tende a ser inegável” (BRANDÃO, 2017, p 320).

Ainda configurando o contexto deste estudo, pode-se agregar o fato de que os processos aqui observados, no debate pela reforma da política de drogas, vêm acompanhados de impactos nas áreas científica, social, cultural e política, e, de forma mais objetiva, têm conseguido de maneira multifocal avançar na discussão de diferentes formas de cuidado com respeito à liberdade, promovendo a pauta da redução de danos.

As pesquisas relacionadas à redução de danos só ganham destaque nas discussões a partir de 1980, quando se forma um conceito que remete às práticas de autocuidado e construção de regras e rituais sociais de consumo desenvolvidos dentro das culturas de uso de uma determinada planta ou substância, com o intuito de entender melhor as necessidades e experiências dos usuários para pensar e empregar o que foi observado em forma de política pública (FIORE, 2006). Assim, considerando que aparentemente percebe-se um elo ligando o movimento feminista e de redução de danos, como lutas pelo direito ao corpo, à saúde e à cidadania, a mobilização e organização de mulheres têm representado um ponto fundamental para o futuro das discussões sobre política de drogas.

2.4 Marcha da Maconha, cola, cola, mulherada! – mulheres contra a proibição das drogas

A política de drogas, como tem sido apontada por muitos analistas²⁸, ataca populações específicas e persegue os desviantes, aqueles indivíduos vistos como ameaças à ordem social posta (fundada no patriarcalismo, na heteronormatividade e no cristianismo), o que coloca as mulheres na condição de outro (BEAUVOIR, 1970). Equiparo esses grupos contra-hegemônicos levando em consideração que jovens, negros e mulheres constituem os grupos focalizados pela atual política de encarceramento no país, segundo o Mapa do Encarceramento (BRASIL, 2015). Assim como a população negra e indígena, as religiões de matriz africana, as pessoas LGBTQIA+²⁹, entre outros grupos específicos e politicamente minoritários. O proibicionismo tem atuado para censurar e cercear essas vidas, agindo historicamente na forma de legislações que preveem a limitação desses corpos. No caso das mulheres, por muito tempo

²⁸ Para reforçar todos os dados até agora trazidos, cf. HENMAN (1986) “*A guerra às drogas é uma guerra etnocida*”, sobre a violência legítima que a legislação brasileira antidrogas permitia contra grupos étnicos específicos, a exemplo da perseguição pela Polícia Federal ao povo Tenetehara, distribuídos em cinco reservas indígenas no estado do Maranhão.

²⁹ Sigla para “lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexos e assexuados”.

se reservou os hospitais psiquiátricos e, hoje, com o desmoronamento destes, é empurrado para instituições prisionais.

Estatísticas prisionais e pesquisas acadêmicas evidenciam a trajetória ascendente do encarceramento de mulheres (*sobretudo por tráfico*), ressaltando-se a inserção delas nos mercados ilícitos de drogas (Brasil, 2015); [...] e, em geral, acontece através da ocupação de posições subalternas ou coadjuvantes no crime (Soares e Ilgenfritz, 2002; Frinhani, 2004; Moki, 2005; Guedes, 2006; Braunstein, 2007). [...] Outros estudos apontam a aplicação de penas mais duras às mulheres envolvidas com o tráfico de drogas pela justiça (Boiteux, 2015; Silva, 2015). A polícia também passou a perseguir mais contundentemente pessoas do sexo feminino, principalmente em ações rotineiras em áreas urbanas de grandes e médias cidades (Silva, 2015; Fraga, 2015). Em relação ao plantio, a maior participação feminina está atrelada ao aumento da produção no modo de agricultura familiar em virtude de sua reorganização por conta da repressão policial (FRAGA; SILVA, 2017, p. 137).

No contexto de Guerra às Drogas, a invisibilidade que os corpos femininos representam chama bastante atenção³⁰. Neste sentido, observa-se que mesmo diante de dados estarrecedores sobre a população de mulheres encarceradas, que registram um aumento de 567% nos últimos 15 anos³¹ (INFOPEN, 2017). Contudo, as notícias jornalísticas destacam, diariamente, o corpo masculino, que, de fato, representa uma parte significativa nessa guerra, apesar de não ser o único grupo atingido por ela. Esse tipo de abordagem ajuda a conformar a falta de atenção e cuidado que deveria se dar por meio de políticas públicas às populações específicas³².

Essa relação de falta de atenção e atuação governamental e aumento da vulnerabilidade social dessas mulheres, faz parte de um contexto de violência mais abrangente, no qual

A violência que irrompe sobre o feminino se manifesta tanto nas formas de destruição corporal sem precedentes como nas formas de tráfico e de comercialização do que estes corpos podem oferecer até o último limite. Apesar de todas as vitórias no campo do Estado e da multiplicação de leis e de políticas públicas de proteção às mulheres, sua vulnerabilidade frente à violência aumentou, especialmente a ocupação depredadora dos corpos femininos ou feminizados no contexto das novas guerras (SEGATO, 2014, 342).

De fato, pode-se afirmar que a participação feminina no “submundo”³³ das drogas intensificou-se nos últimos anos, especialmente na última década, momento em que um fenômeno social

³⁰ Esse processo de invisibilização tem grande colaboração da mídia, como parte de um "procedimento tradicional da mídia corporativa de ocultamento dos processos sociais de luta e resistência das mulheres", que tem "espetado" o patriarcado provocando fissuras e deslocamentos nas relações de poder (SILVA, 2016, p.10).

³¹ Em que 27% desse volume corresponde a mulheres que respondem por delitos enquadrados na lei antidrogas 11.343/2006 (INFOPEN, 2017).

³² Para mais informações sobre esse processo, cf. SESTÓKAS e OLIVEIRA, 2018.

³³ “Submundo” que significa uma cultura empurrada para marginalidade, que sofre um processo de distanciamento das preocupações educativas, de atenção e de cuidado.

fundamental para as novas perspectivas sobre políticas de drogas emerge enquanto movimento social, a rede antiproibicionista.

Com o passar dos anos e a diversificação dos movimentos, novos discursos foram sendo agregados à maior e mais tradicional expressão do campo em Recife, a Marcha da Maconha, tais como a pauta pelo uso medicinal da maconha, contra o genocídio do povo negro, contra a internação compulsória e contra a proibição de todas as drogas. Porém, é relevante ressaltar que essa emergência não se deu de forma pacífica no interior da Marcha da Maconha. Ela insurge tanto a partir de uma insatisfação e falta de representatividade dentro do próprio coletivo, quanto para fazer uma disputa no campo discursivo e, evidentemente, ideológico (BRANDÃO, 2017).

Essa insurgência, então, sofreu também grande resistência pelos membros fundadores da Marcha da Maconha, sobretudo porque estes defendiam uma Marcha legalista, em acordo com as autoridades oficiais e a manutenção dos postos de poder e liderança. Essa conjuntura perpetuava a estigmatização sobre os usuários, além de reforçar opressões em vários níveis, sexistas, machistas, classistas e racistas. Neste sentido, a partir do tensionamento cada vez mais forte dos membros internos do grupo, principalmente de mulheres feministas, pôde-se observar mudanças estruturais na Marcha da Maconha, que passa a ser organizada pelo recém-fundado Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco – Cape, onde as atrizes sociais assumem o protagonismo no combate à proibição das drogas com diversas perspectivas, refletidas em novas práticas (BRANDÃO, 2017).

No entanto, a multiplicidade no discurso é o mais novo momento no histórico dos movimentos sociais contra a proibição das drogas, um cenário que, como um todo, era comumente protagonizado por homens ao redor de um discurso legalista da maconha, excluindo o debate sobre outras drogas ilícitas e sem um recorte de classe, de raça e de gênero. Esse espaço, passou a ser ocupado por mulheres, que se tornam gradativamente, nos últimos dez anos, referências nas lutas por uma nova política de drogas no Recife (associadas às pautas anticarcerárias, antimanicomiais, antiproibicionistas, antirracistas, anticlassistas e feministas). Com esse processo,

O quadro de conhecimentos sobre maconha se tornou mais complexo e reativou interesses econômicos e terapêuticos, mas também seus portadores se diversificaram, passando a incluir fortemente mulheres ativistas e promovendo uma identificação do movimento antiproibicionista com o ideário feminista de busca pela superação de opressões constitutivas do patriarcado que marca profundamente a sociedade brasileira. (...)A atenção focalizada em Recife nos levou a perceber que foram mulheres feministas que passaram a ocupar lugar de destaque na organização, realização e defesa dos

atos do Movimento Marcha da Maconha e, principalmente, do Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco (BRANDÃO, 2017, p. 319).

Os dados de Marcílio Brandão (2017) são os mais recentes e robustos quanto ao surgimento do movimento antiproibicionista em Pernambuco. Ao detectar a comunicação sequencial entre uma proposta antiproibicionista, as pautas feministas e as práticas de desobediência civil, indica-se um caminho provável pelo qual a atuação dessas mulheres tenha se estruturado nos últimos anos. Fato é que o contexto de ebulição do movimento antiproibicionista é atravessado e fortemente impulsionado pela “Primavera Feminista”, que ocorre em 2015, quando mulheres de diferentes classes, raças, territórios e religiões vão às ruas protestar em volumes altíssimos, se posicionando frente à crise político-institucional que assola o país (que teve como expressão máxima o *impeachment* da primeira Presidente mulher do Brasil, Dilma Rousseff, em dezembro de 2015), junto com a Marcha das Margaridas (composta em sua maioria por trabalhadoras rurais) e com a Marcha das Mulheres Negras (SILVA, 2016).

Neste sentido, encarada como uma questão também de mulheres, a identidade antiproibicionista nasce e cresce a partir de uma posição objetiva e crítica de enfrentamento ao modelo proibicionista, sendo literalmente sua oposição, e se colocando pela reforma da política de drogas em vigor no país. Há quem defenda que o antiproibicionismo é uma ideologia centrada na superação das ideias e políticas proibicionistas fracassadas (CRUZ; MACHADO, 2013). Para além disso, buscando situar melhor o debate, agrego o depoimento de mulheres de referência, impulsionadoras do movimento antiproibicionista em Recife e interlocutoras da presente pesquisa, quando entrevistadas para o documentário “Antiproibicionismo JAH!”:

Ingrid Farias³⁴: *A luta antiproibicionista é uma luta estruturalmente antirracista, antipatriarcal e anticapitalista. É bem fundamental trazer que essa luta antiproibicionista ela nasce de uma demanda de organização políticas das pessoas que usam drogas, isso porque na sociedade tem uma perspectiva muito construída a partir do imaginário popular que é de que as pessoas que usam drogas elas são pessoas que não têm capacidades, são pessoas que têm dificuldades de relacionamento, dificuldades de processos contínuos e coletivos, é importante demarcar que isso é mentira, é uma inverdade, porque a gente sabe que na sociedade que a gente vive quase todas as pessoas fazem uso de drogas (TREVAS; SEVERIEN, 2018, 1’).*

Priscila Gadelha³⁵: *A gente (o movimento) nasce para bater de frente com o modelo de proibição das drogas, só que aí quando a gente vai ampliando isso a gente vai vendo que o modelo de proibição é muito maior, ele é um modelo*

³⁴Coordenadora da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas - RENFA, Secretária Executiva da Associação Brasileira de Redução de Danos - ABORDA e sócia da Rede Latino Americana de Pessoas que usam drogas – LANPUD.

³⁵Coordenadora técnica do Programa Atitude, Presidente do Conselho Estadual de Política sobre Drogas - CEPAD e membro da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas – RENFA.

de proibição na vida dos corpos negros, é um modelo de proibição na vida dos corpos das mulheres, um modelo de proibição da vida (inaudível) de um lugar que a gente não pode ter direito, e aí a gente entende que é muito maior do que ‘droga’, mas como é que a gente vai falar isso? Então a gente precisa construir e ampliar esse conceito de ‘antiproibicionismo’ com outras frentes, eu acho que é isso que a gente enquanto movimento vem tentando pautar e construir (TREVAS; SEVERIEN, 2018, 3’).

As palavras acima, embora proponham um projeto genuinamente antiproibicionista, atualmente seguem inviabilizadas por direcionamentos governamentais contrários, que mantêm uma política repressiva e defendem a internação compulsória. Apesar das resistências formais, pôde-se observar que se formaram nos últimos anos no estado de Pernambuco, com uma mobilização principalmente na capital, Recife, alguns grupos impulsionados por mulheres, bem como a transformação de outros já existentes que tiveram suas lideranças dissipadas em virtude da atuação horizontal de mulheres, preocupadas com a problematização das drogas. Pode-se destacar um coletivo que representa a complexidade da questão, bem como vem chamando atenção nas ações sociais, políticas e legais que tratam do tema. Cumpre destacar, então, o papel fundamental que a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (Renfa) ocupa neste quadro, que, desde 2016 enquanto organização nacional de usuárias de drogas, vem criando raízes e colhendo frutos em mais de 13 estados brasileiros, cujos membros realizam ações fundamentais junto à sociedade e às instituições, além de, principalmente, se articularem e atuarem em outras redes, não só no campo das políticas de drogas, mas relacionados aos direitos humanos. A Renfa é um movimento que se afirma feminista e antiproibicionista e cujas pautas vão para além das drogas, perpassando questões sobre autonomia dos corpos e das vidas das mulheres, bem como pelas pautas das minorias políticas, como o direito à vida com dignidade das pessoas negras e empobrecidas do país.

Assim, admitindo a multiplicidade de figuras femininas na linha de frente do combate à proibição das drogas na Grande Recife que se encontram na construção da Renfa, a questão que se desenha é “a partir de quando, por que e como essas mulheres passaram a ocupar os lugares de destaque na luta contra o proibicionismo”. Considerando a escassa produção na área, isto porque os estudos que cruzam as categorias mulheres e drogas concentram-se principalmente nas perspectivas dos mercados de drogas (principalmente sobre o tráfico) e do sistema prisional, esquecendo-se de um tema tão importante quanto movimento de mulheres e política de drogas, considerando que

Apesar de conhecerem dados sobre o crescimento do número de mulheres privadas de liberdade em decorrência do tráfico de drogas, estas feministas parecem destacar que a pena sofrida por mulheres é ainda mais socialmente

definida do que administrativa e legalmente determinada (BRANDÃO, 2017, p. 319).

Assim, acredita-se que

Segue sendo necessário um movimento de mulheres, formado por mulheres com consciência feminista de sua opressão e exploração e, mais importante, tendo bem identificados os inimigos comuns que sustentam o sistema de dominação. Ou seja, compartilhando uma visão comum sobre a explicação de sua própria condição e compartilhando formas de lutas e articulação (CAMURÇA, 2007, p. 3).

O ativismo, a militância e o movimento de mulheres em expansão representam um tema chave para entender a complexidade do problema, pouquíssimo explorado, e que pode indicar ligações mais diretas entre a política antidrogas, proibicionismo e seus reflexos na população feminina, extremamente afetada pela guerra às drogas e que leva nas histórias de suas participantes a justificativa para a forma que estão atuando em sociedade e se colocando politicamente.

Após reunir elementos para tentar compreender a complexidade do contexto em que aflora e se insere esta pesquisa, faz-se necessário esboçar algumas considerações sobre uma das categorias problematizadas nesta pesquisa, a categoria mulher. É evidente que uma quantidade imensurável de mulheres é atingida, direta e indiretamente, pela guerra às drogas e os fatos e números apresentados acima apontam a dimensão disso, no entanto quem são essas mulheres que se envolvem ativamente na causa antiproibicionista e como chegar até elas é o que vamos discutir neste momento.

Um primeiro aspecto inerente ao desenvolvimento da presente pesquisa, como suscitado na introdução, é o lugar que ocupa essa pesquisadora, ou seja, de quem está dentro da militância antiproibicionista. Neste sentido, esse trabalho pretende proporcionar uma visão ampliada sobre a atuação das mulheres contra a proibição das drogas, o que inclui também minha vivência como parte da análise, justamente por estar construindo de dentro esse campo em ascensão e tendo estabelecido relações anteriores com as mulheres que serão entrevistadas e que vão para além deste trabalho.

Assim, temos observado uma reinvenção e uma ressignificação constante do ser mulher, identidade progressivamente alargada, cuja disputa ganha força a partir do momento em que as desigualdades entre as mulheres dão lugar a projetos e prioridades políticas que não contemplam a diversidade das suas experiências³⁶. Neste momento, a auto-organização de mulheres surge e atua como vetor fundamental de transformação social (LIMA, 2018).

³⁶ Por exemplo, Djamilia Ribeiro (2017, p. 42) relata que “na década de 1980, mulheres negras eram esterilizadas forçadamente. Segundo pesquisa de Jurema Werneck o movimento de mulheres negras é protagonista no combate

Neste sentido, na luta das mulheres para serem reconhecidas nas suas singularidades e similaridades, os movimentos feministas³⁷ se desenvolvem e se redescobrem constantemente, respondendo com o uso da categoria “mulheres” ao discutir internamente e em sociedade as contingências que os movem (SILVA, 2016). Desta forma, ao questionar o “sujeito do movimento feminista”, Butler discorre:

É a unidade necessária para a ação política efetiva? [...] Certas formas aceitas de fragmentação podem facilitar a ação, e isso exatamente porque a unidade da categoria das mulheres não é nem pressuposta nem desejada. Não implica a unidade uma norma excludente de solidariedade no âmbito da identidade, excluindo a possibilidade de um conjunto de identidades, ou que busquem precisamente efetuar essa ruptura como um objetivo político específico? Sem a pressuposição ou o objetivo da unidade, sempre instituído no nível conceitual, unidades provisórias podem emergir no contexto de ações concretas que tenham outras propostas que não a articulação da identidade (BUTLER, 2010, p. 36).

Assim, como uma questão que vem antes da problematização das identidades, Collins defende que “[...] é a localização social comum nas relações hierárquicas de poder que cria grupos e não o resultado de decisões coletivas tomadas por indivíduos desses grupos” (COLLINS, 1997, p. 376).

Daí a importância da formação de mulheres capazes de transformar o conhecimento existente sobre elas mesmas e sobre a realidade, mas também capazes de ações coletivas impulsionadoras de mudanças na situação social das mulheres e na sociedade como um todo (SILVA, 2010, p. 1).

Nesta perspectiva, os feminismos são tomados como projetos de vida, em que as pessoas que se reconheçam enquanto feministas devem preocupar-se com a situação em que todas as mulheres estão inseridas, preocupar-se com a própria autonomia e lutar coletivamente para que todas as mulheres sejam autônomas e livres, implicando, também, em coerência entre o nosso pensar, sentir e agir, e estar aberta ao eterno desafio de ser feminista (SILVA, 2010).

Desta forma, algumas perspectivas comuns foram sendo construídas, como a prática do cuidado entre os pares, a autocrítica e a horizontalidade, que aparecem enquanto padrão no sentido de se manifestar de uma forma ou de outra nos movimentos feministas preocupados em lidar com suas diferenças (LIMA, 2018). Os movimentos feministas, na análise de Carmen Silva (2016), fazem parte dos movimentos de mulheres, diferenciando-se, a princípio, por reivindicarem a identidade feminista, empunhando uma proposta mais radical de enfrentamento

ao genocídio da população negra e à usurpação da liberdade das mulheres, iniciando a luta sob forma de denúncia. Essa luta resulta na CPI da esterilização, 1991 [...]. Se as mulheres negras não tivessem denunciado essa realidade e lutado para que o debate sobre essa violência viesse à tona, provavelmente essa questão seria ainda mais grave”.

³⁷ Ao investigar a trajetória do movimento feminista no Brasil e no mundo, a primeira constatação que pode-se fazer é a de que não existe um só movimento feminista, conseqüentemente seria um erro grosseiro falar de *feminismo*, quando o que existe são *feminismos*.

ao patriarcado, e têm contado com a presença mais ampla de mulheres populares e negras nos últimos anos, desenhando um processo de reconfiguração destes movimentos. No entanto, essa “identidade feminista”, aqui citada, é um aspecto falacioso para pensar a atuação social destes movimentos, afinal “ter ou não atitudes feministas, diante dos problemas da vida, não está dado *a priori* por você se declarar feminista, mas também não se estabelece pela sua situação de classe. [...] Quem está autorizada a dizer o que é ser feminista?” (SILVA, 2016, p. 20). Isto me leva a refletir que não é hastear a bandeira do feminismo que vai fazer com que algumas mulheres conquistem a emancipação de fato, de si e das outras, como tampouco que movimentos que não debatem os feminismos não tenham possibilidades de conquistar autonomia coletiva e amortizar os efeitos da dominação patriarcal sobre um grupo específico ou para a vida de algumas mulheres especialmente.

Importante crítica que se faz pertinente sobre a configuração do cenário dos movimentos que compunham o campo da esquerda política, quando

Diante do avanço da direita, alguns antagonismos internos do campo da esquerda eram obscurecidos e o pertencimento a um campo mais amplo foi se fortalecendo, ainda que fosse difícil entender em torno do quê estávamos nos articulando. O “anti” era um ponto nodal a partir do qual conseguimos nos identificar com mais facilidade. Anti fascismo, anti conservadorismo, anti capitalismo, anti racismo, anti sexismo. Mas o anti estabelecia um pertencimento ainda muito frágil, se encaixa no que Laclau (2005, p. 121) considera um vago sentimento de solidariedade e não um sistema estável de significação. Isso dificultava a construção de ações coletivas contínuas que conseguissem agregar o campo alargado da esquerda (LIMA, 2018, p. 11).

Em face das reflexões teóricas esboçadas acima, algumas questões aparecem para tentar pensar mais especificamente a luta das mulheres contra a proibição das drogas na Grande Recife, que à primeira vista se configuram enquanto antiproibicionistas, mas que também agrega indícios de outras frentes contra a proibição. Assim, indaga-se “quem são essas mulheres?”, “será que quem está na linha de frente e sofre com grande impacto as consequências do proibicionismo é o mesmo grupo que está na articulação das resistências?”; “qual o lugar das discussões sobre drogas e proibicionismo³⁸, dentro dos debates e pautas dos movimentos feministas?”; “quais são as culturas, crenças e teorias subjacentes ao tensionamento do proibicionismo que permitem que determinadas mulheres questionem-no?”.

Esse levantamento de questões acompanhou a imersão no campo da pesquisa, sem, no entanto, cercear a agregação de novas questões que surgiram durante a investigação, especialmente pelo caráter dialógico desta pesquisa que resultou no roteiro elaborado para

³⁸ Que embora sejam coisas distintas, como já ficou claro, compartilham um caminho comum na história da sociedade ocidental.

entrevista, que será nos próximos capítulos apresentado. No entanto, a partir do que foi colocado, alguns pontos chamam atenção, como o fato de grupos de mulheres mais antigos não pautarem a guerra às drogas como uma guerra contra as mulheres, sobretudo as mulheres populares³⁹. Ao passo que a crítica também é feita do outro lado, quando os movimentos tradicionais apontam que as mulheres que lutam contra a criminalização das drogas não estão discutindo aborto, por exemplo, ao que, na verdade, os dados vão responder em outro sentido. Esse trabalho também teve o escopo de investigar porque esses desencontros e possíveis identificações acontecem.

Frente aos dados e argumentos acima lançados, faz-se latente localizar as lutas feministas no quadro discursivo dos movimentos antiproibicionistas, identificando o campo de disputa em que ocorre a atuação dessas mulheres, verificar quais são as premissas ideológicas defendidas por seus movimentos; e, por fim, analisar o que representa os ideais dos movimentos antiproibicionistas para as discussões atuais sobre políticas de drogas no Brasil.

³⁹ Falo populares como uma provocação e também por achar importante esse diálogo com o trabalho de Carmen Silva (2016, p. 46), levando em consideração a expressão “mulheres de classes populares” para me referir àquelas que “se encontram em situações de trabalho precário e/ou com níveis de rendimento irrisórios e residindo em bairros periféricos nas grandes e médias cidades e/ou em localidades rurais, e cujos *habitus* de classe estão mais distantes das classes médias”. Esses grupos facilmente se afastam da questão das drogas por, também, já invocarem estigmas sociais depreciativos, o que só se acentua quando associados ao debate sobre drogas.

3 MULHERES FEMINISTAS EM MOVIMENTO

Após as considerações feitas no capítulo anterior, quanto ao contexto em que surge e se localiza o presente estudo, o próximo passo é buscar compreender como um sujeito coletivo é formado e encontrar elementos que auxiliem a explicar as relações e os processos que levam os indivíduos a se engajarem na ação política pelo antiproibicionismo. Embora a unidade de informação proposta seja o discurso que emergirá das falas das mulheres investigadas, cujas referências são os movimentos sociais em que estão inseridas, esse capítulo percorre um caminho que começa com uma delimitação teórica sobre movimento social e segue com a apresentação metodológica a partir das contribuições da Análise Crítica do Discurso (ACD), para balizar a análise a ser desenvolvida no terceiro capítulo. Ao final, na última parte, apresenta-se a pesquisa como foi planejada, articulada e realizada. O que se pretende aqui, portanto, é lançar luz sobre algumas discussões que existem nas áreas consideradas correlatas ao tema, sem aprofundar críticas neste momento, mas fazendo emergir conceitos que iluminem as descobertas a serem feitas neste trabalho.

É importante observar, brevemente, que a ACD tem sido empregada, principalmente, para a leitura e interpretação de textos publicizados em meios de comunicação de massa, comumente preocupada com a ideologia por trás de dado discurso, como será melhor descrito (2.2). Contudo, esta pesquisadora não conseguiu encontrar precedente da aplicação da ACD em entrevistas pessoais, tendo sido um grande desafio transpor essa barreira e desenvolver a abordagem analítica escolhida em uma pesquisa que não tem por objetivo encontrar regras, mas sim mergulhar no depoimento particular oferecido a ser personalizadamente lido e tratado.

3.1 O que quer dizer *movimento social*? Discussões para compreender a ação coletiva de mulheres

O ser humano é um animal político, tem ressignificado e atualizado as formas de se colocar politicamente ao longo dos anos no âmbito privado e no âmbito público, de acordo com seus interesses, necessidades e dos grupos nos quais estão envolvidos. Considerando que esse constante exercício político está sensivelmente associado a uma ideologia⁴⁰, que também dele

⁴⁰A ideologia aparece, então, como o significado mais alto de uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva (GRAMSCI *apud* OLIVEIRA, 2013); Ideologia como a totalidade das formas de consciência social, que abrange o sistema de ideias que legitima o poder, sempre direcionada às relações de dominação (de manutenção ou de resistência). Para um estudo mais aprofundado, cf. THOMPSON, 1995.

depende, com a definição da categoria analítica “gênero”, a dualidade entre esfera pública e esfera privada não é mais suficiente, contexto em que o privado passa a ser público e o público invade as discussões privadas também, ao considerar que são as mesmas estruturas políticas que sustentam as opressões e mantêm as relações de poder.

A política é, portanto, simultaneamente, uma dimensão constitutiva e subversiva da construção identitária. [...] Desta forma, as relações sociais são formadas através dos e nos conflitos políticos. Há, portanto, uma primazia do político sobre o social, mas isto não quer dizer que tudo seja política (MUTZENBERG, 2002, p. 102).

Mas, se o objeto desta investigação é o *discurso*, por que estamos falando de prática política? Isso se explica porque, na perspectiva adotada, o discurso é ação, ou seja, para os sociolinguistas o uso da linguagem é socialmente moldado e não resultado de uma atividade puramente individual, implicando em pensar na relação dialética existente entre discurso e estrutura social. Assim, “o discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos)” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94). Esta dinâmica não é responsável, por si só, pelo *animus* da mobilização, mas é o que permite a elaboração e emissão de discursos, com orientações distintas e identificados com diferentes lideranças, condição necessária para a sua audiência (MUTZENBERG, 2002, p. 105).

Assim como Mutzenberg (2002) afirma que os conflitos políticos são um dos substratos da constituição das relações, para Becker (2008) a função de um grupo também é decidida por meio de conflito político, momento em que se decidem as regras que serão aplicadas naquele meio, delimitando, portanto, quais comportamentos serão aceitos e quais comportamentos serão enquadrados como desviantes (os *outsiders*, nas palavras de Becker). Os atores sociais que se envolvem nesses grupos, por sua vez, podem ser organizados em três conjuntos de identidades socialmente construídas chamados de “campos de identidade”. Nestes campos estão incluídos (a) os protagonistas (que além de promover os valores, metas e práticas de um movimento social, também se beneficia das ações do movimento), (b) os antagonistas (unidos para se opor aos pleitos do movimento) e (c) audiências (pessoas não comprometidas ou meros observadores) (HUNT; BENFORD; SNOW, 1994).

A perspectiva é que as identidades atribuídas aos antagonistas e às audiências dos movimentos são tão fundamentais para sua ação quanto as identidades que definem seus protagonistas (HUNT; BENFORD; SNOW, 1994).

Em um contexto de criminalização dos Movimentos Sociais, sobretudo os que evidenciam pautas como o uso da maconha e a descriminalização das drogas, o grau em que

um ato será tratado como desviante depende também de quem o comete e de quem se sente prejudicado por ele. Becker (2008) entende que as regras tendem a ser aplicadas de forma mais incisiva sobre algumas pessoas ou grupos do que a outros. O desvio seria, portanto, produto de um processo que envolve as reações das outras pessoas, pois o mesmo comportamento pode ser uma infração em determinado momento e em outro não. Neste sentido, percebe-se que a guerra às drogas atinge toda a população, de diferentes maneiras, mas compele a certos grupos resistirem e enfrentarem dita guerra mais do que outros.

A sociedade moderna, por sua vez, devido ao intenso choque entre diferentes classes sociais, grupos étnicos, categorias ocupacionais e culturais, propicia uma tensão constante entre as regras que estão impostas e que, portanto, representam um instrumento em disputa. Sendo assim, o que se tem observado é que o grupo cujo *status* lhe dá armas e poder tem sido mais eficaz em impor suas regras sobre aos demais. Assim, Becker (2008, p. 183) assume que o estudo da sociedade é, sobretudo, uma investigação em “termos de ação coletiva”, que significa algo mais amplo do que apenas um acordo coletivo consciente, em que cada pessoa age baseada em uma ou várias ações de outras pessoas do passado ou do presente, onde as posturas são tomadas com base em decisões especialmente contextuais. Neste sentido, se podemos compreender qualquer tipo de atividade humana como coletiva, também podemos fazê-lo com o desvio, olhando-o por meio de uma perspectiva interacionista do social.

“Tratar uma pessoa como se ela fosse em geral e não em particular desviante, produz uma profecia auto realizadora. Ela põe em movimento vários mecanismos que conspiram para moldar a pessoa segundo a imagem que os outros têm dela” (BECKER, 2008, p. 44), e é justamente contra isso que são fundados os movimentos antiproibicionistas, como veremos no próximo capítulo, pois quando se encara o desvio enquanto ação coletiva proporciona-se que as pessoas ajam atentas às reações dos outros envolvidos em cada ação. Neste ensaio, a ação coletiva tateada se apresenta sob a alcunha de movimento social, representação um tanto difusa e plural que, contudo, tem atraído parte dos estudos sociológicos ao longo da história. Aqui não iremos nos debruçar sobre tais teorias, sobre o que é e o que não é movimento social, mas, no entanto, é necessário compreender as discussões preexistentes para localizar o objeto deste estudo em termos de situação histórica de forma contextualizada e conectada ao que vem sendo revelado neste campo.

No século XX pode-se localizar dois momentos em que emergiu um corpo de teorias visando explicar como se desenhava e o que levava ao acontecimento de um movimento social. Entre os anos de 1930 e 1960 ocorreu o que Angela Alonso (2009) identifica como a Era Clássica das Teorias dos Movimentos Sociais. Neste momento, se insurgiu contra as teorias da

revolução e se criou a teoria da desmobilização política, onde a cultura funcionava como elemento catalizador do processo em que se observava um individualismo exacerbado (característico da sociedade moderna) responsável pela produção de personalidades narcisísticas, preocupadas com demandas pessoais e ignorando questões da Política⁴¹ e coletivas. A teoria da desmobilização fazia uma leitura de que a mobilização coletiva acontecia apenas como irracionalidade reativa, ou seja, cuja preocupação se dava a partir das frustrações individuais.

A partir da década de 1960 a teoria da desmobilização foi posta à prova frente a um cenário de “sociedade de massas”, no qual eclodiram novos e diferentes tipos de mobilizações, que traziam elementos até então não pautados pelos históricos movimentos operários. A classe não seria mais o elemento de conexão entre os atores, mas sim a etnia, o gênero, o estilo de vida⁴², que abria caminho para o reconhecimento dos *movimentos sociais*, cujas ações coordenadas aconteciam fora das instituições políticas. Observavam-se

Jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, sobretudo de classe média, empunhando bandeiras em princípio também novas: não mais voltadas para as condições de vida, ou para a redistribuição de recursos, mas para a qualidade de vida, demandas “pós-materiais”; formas diretas de ação política e pela demanda por mudanças paulatinas na sociabilidade e na cultura (ALONSO, 2009, p. 51).

Neste sentido, buscaram a ampliação das pautas sociais, garantindo patamares de direitos antes não vistos e tampouco discutidos, representando marcos de cidadania, hoje formalmente consolidados em nível internacional⁴³.

A partir da emergência desses novos fenômenos, as demandas pela sua compreensão foram surgindo. Nesse contexto, a partir dos anos de 1970, irrompem três correntes teóricas voltadas para a explicação das mobilizações sociais que se desenhavam no ocidente. A primeira delas é a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR). A TMR acreditava na perspectiva racional como energia impulsionadora à mobilização social, afastando questões emotivas ou subjetivas e defendendo que se considerava o custo/benefício agregado a cada decisão na área. Para essa corrente teórica, a preocupação não estava no *por que* da mobilização e sim no *processo* de mobilização, valorizando a necessidade de recursos materiais e humanos para a realização e manutenção dos movimentos sociais; acreditando que associações ou estruturas comunitárias

⁴¹ Enquanto instituição.

⁴² Essa discussão sobre *estilos de vida*, ou *mundos de vida*, é feita por Hunt, Benford e Snow (1994) onde ressaltam que os movimentos sociais parecem orientar-se desde a transformação da sociedade civil e dos mundos de vida de cada um.

⁴³ Embora formalmente consolidados, esses direitos não vêm sendo respeitados por alguns Estados, dentre os quais situa-se o Estado brasileiro como um proeminente violador de direitos humanos.

preexistentes proporcionariam uma base organizacional capaz de alavancar os movimentos sociais; defendendo a burocratização para efetivação desse tipo de organização, onde a longevidade do movimento está atrelada à sua capacidade de vencer a concorrência (e quanto mais duradouro um movimento, mais burocratizado ele se tornaria). Assim, apesar de suas contribuições, a TMR renega uma abordagem conjuntural e ignora a influência das macroestruturas e dos processos históricos de longo alcance (ALONSO, 2009).

Por sua vez, as duas outras teorias que emergem, também nesse contexto, nascem preocupadas com uma explicação que considere o cenário macro-histórico para os fenômenos então observados. Para a Teoria do Processo Político (TPP) o Estado nacional é uma forma de ação coletiva, assim como os movimentos sociais, considerando que a mobilização baseia-se num conflito entre partes, onde uma delas ocupa momentaneamente o Estado, enquanto a outra fala em nome da sociedade. “Um movimento social é definido, então, como uma ‘interação contenciosa’, que ‘envolve demandas mútuas entre desafiantes e detentores do poder’, em nome de uma população sob litígio” (ALONSO, 2009), por isso essa teoria desafia os conceitos de Estado e Sociedade como coisas separadas e monolíticas, entendendo que na verdade os grupos e indivíduos transitam entre as duas, respondendo com as categorias “detentores de poder” de um lado e “desafiantes” de outro.

Esses grupos coexistem em uma estrutura de incentivos e constrangimentos políticos que demarcam as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação, a esse processo denomina-se “repertórios de contenção”, ou seja, “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha” (ALONSO, 2009, p. 58), que se observa em um longo período de tempo e com um conjunto relativamente amplo de atores envolvidos. Assim, o *repertório* abre espaço para uma partilha entre atores opostos, isto é, o repertório para a ação coletiva não é peculiar a um grupo, mas a uma estrutura de conflito. Assim, com o conceito de repertório, a TPP visa descrever características culturais de longa duração, mas não é capaz de tratar das diferenças e variações no interior de uma mesma conjuntura, abrindo caminho para o aprofundamento de uma perspectiva cultural que passa a ser desenvolvida pela última corrente teórica, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

Essa terceira teoria será um pouco mais desenvolvida do que as anteriores por trazer conceituações teóricas mais próximas da realidade encontrada na presente pesquisa, além de permitir um diálogo mais próximo com as demais considerações teóricas e metodológicas que se desdobrarão ao longo do capítulo.

Diferente das outras duas escolas mencionadas, a TNMS não traz uma coesão fechada, tanto pelo maior número de teóricos que sobre ela se debruçaram, quanto pela proposta mais aberta e contextualizada que carrega em si, mas uma coisa seus pensadores têm em comum, a associação entre formas de conflito e mudança social e a proposta de uma interpretação marcadamente cultural para os Movimentos Sociais. Observando a emergência de uma “sociedade pós-industrial”, na qual a indústria e o trabalho teriam saído do centro da discussão,

Os conflitos do trabalho teriam se diluído, processados pelas instituições democráticas, como expansão de direitos, e pelas instituições capitalistas, como aumento de salários. A dominação teria se tornado eminentemente cultural, feita por meio do controle da informação por uma tecnocracia. Técnica e cultura passariam a interpenetrar-se, as distinções entre mundo público e privado teriam se nublado, fazendo com que os conflitos, antes restritos ao plano econômico, avançassem para a vida privada (família, educação, sexo) e ganhassem dimensões simbólicas (ALONSO, 2009, p. 60).⁴⁴

Os movimentos sociais aparecem, então, como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural, em que seus integrantes não se definiriam mais por uma atividade, mas se identificariam a partir de formas de vida. As novas mobilizações não teriam uma base social demarcada, mas estavam preocupadas em construir uma mudança cultural de longo prazo voltada *para e a partir da* sociedade civil.

A tese de que organizações preexistentes facilitam o engajamento desses grupos também é estimulada pela TNMS, assim como nas teorias anteriores, mas aqui recebem o nome de “redes de relacionamento”, sob as quais nasceriam as motivações e interações para a realização da ação coletiva. Nessas “redes de interações informais” coexistem uma diversidade de indivíduos e coletivos que, em um nível ou noutro, estão engajados em conflitos culturais ou políticos, a partir das identidades coletivas compartilhadas (ALONSO, 2009).

De forma genérica, pode-se dizer que

Os novos movimentos sociais se configurariam como formas de resistência à colonização do mundo da vida, reações à padronização e à racionalização das interações sociais e em favor da manutenção ou expansão de estruturas comunicativas, demandando qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação, direitos humanos (HABERMAS, 1981 *apud* ALONSO, 2009, p. 62).

No entanto, é evidente o abismo entre as propostas teóricas e normativas para proteção e promoção de tais direitos e a aplicabilidade dessas normas na prática, já que é impossível se

⁴⁴ Isso explica a 'dissolução' ou o não reconhecimento da classe trabalhadora (enquanto classe trabalhadora). No Brasil houve um movimento parecido mas que, na leitura de Sueli Carneiro, não foi um processo espontâneo, na verdade foi o resultado da luta das classes trabalhadoras e, aprofundado, com a luta das mulheres, inclusive especialmente das mulheres negras nas últimas décadas.

pensar a universalidade⁴⁵ de tais normas (pois deve-se respeitar as especificidades regionais de cada país), verificando-se a constante violações dos direitos defendidos na Organização das Nações Unidas e ratificados nas Constituições Federais. É exatamente a partir disso, desse fosso, que os movimentos sociais atuais crescem e se consolidam para que o que já foi conseguido em sede de acordos formais seja de fato empregado e priorizado pelos estados nacionais para efetivação na prática e, além disso, para garantir a inclusão de novos direitos antes não reconhecidos, para isso, promovem diferentes tipos de ação.

Outra característica marcante dos “novos movimentos sociais”, identificados por Angela Alonso (2009), é que agora esse tipo de organização não mais visa combater o Estado, e sim passa a se empenhar na persuasão da sociedade civil, recorrendo a formas de ação direta, “no nível dos próprios problemas sociais”, atuando como agentes de pressão social, sob a perspectiva de uma mudança cultural de longa duração. Assim, reconhecendo os Movimentos Sociais como fruto de mobilizações e ações coletivas, Melucci (1988) sugere três dimensões na busca para situar as motivações individuais que desembocam na ação coletiva. Neste sentido, a *identidade coletiva* seria produzida a partir da definição de um “framework cognitivo”⁴⁶ acerca dos fins, meios e campo da ação; bem como da ativação prática de *relações entre atores* (interação, comunicação, influência, negociação, tomada de decisão); e, ainda, do *investimento emocional* que os leva a se reconhecerem como membros de um grupo⁴⁷.

A identidade coletiva seria, portanto, uma definição interativa e compartilhada produzida por diversos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece, assumindo um caráter relacional, resultante de processos contínuos de “formação de fronteiras” entre grupos sociais e de ativação seletiva de pertencimentos sociais anteriores. Assim, encarando a identidade coletiva como um processo, se percebe as decisões conscientes quanto aos fins, meios e o campo de ação para o qual é indeclinável uma rede de relações entre os atores que depende de um certo grau de investimento emocional, criando entre os indivíduos um sentimento de unidade (MUTZENBERG, 2002, p.

⁴⁵A Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) nasceram dos debates sobre a revolução, ou melhor, da exaustão dos debates marxistas sobre as possibilidades da revolução. Ambas se insurgiram contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito histórico universal e combinam política e cultura para entender os movimentos sociais. (ALONSO, 2009, p. 53)

⁴⁶ Expressão de Alonso para designar uma “estrutura cognitiva” acerca dos fins. “Nessa linha, Snow e Benford (1986, 1992, 2000) redefiniram o conceito de frame de Erving Goffman como quadros interpretativos que simplificam e condensam o ‘mundo exterior’, destacando, codificando e selecionando objetos, situações, acontecimentos, experiências e sequências de ações.” (ALONSO, 2009, p. 78)

⁴⁷ “Temos aqui uma genuína teoria cultural para a formação dos movimentos sociais, que explica a conversão de cidadãos comuns em ativistas por meio de um processo que envolve simultaneamente racionalidade e emoção”. (ALONSO, 2009, p. 67)

71).

Contudo, a discussão tem se atualizado frente a um novo contexto, pois as explicações teóricas debatidas na academia não dão verdadeiramente conta dos movimentos em ebulição neste século XXI. Os protestos contemporâneos envolvem personagens, organizações e temas que atravessam fronteiras e se dirigem, muitas vezes, a instituições multilaterais ou a uma opinião pública transnacional. Neste cenário, não se pode perder de vista o objetivo de localizar as atrizes sociais envolvidas no campo desta pesquisa para procurar explicações coerentes e responsáveis para o problema proposto. Assim, as teorias até então lançadas sobre os movimentos sociais na América Latina e, sobretudo, no Brasil, identificam a origem popular dos movimentos sociais que até então vêm se organizando, passando por um processo de distanciamento de propostas político-partidárias e se aproximando do sentimento de solidariedade coletiva (GOHN, 1997). O que acontece de outra forma e por meio de outros processos no caso dos movimentos de mulheres e movimentos feministas, que ganharam expressão neste contexto, sendo necessário demarcar neste momento algumas de suas particularidades.

Segundo Sueli Carneiro, “um dos orgulhos do movimento feminista brasileiro é o fato de, desde o seu início, estar identificado com as lutas populares e com as lutas pela democratização do país” (CARNEIRO, 2003, p. 118). A autora afirma que o movimento de mulheres que irrompe no Brasil é um dos mais respeitados internacionalmente, destacando-se, sobretudo, pelas decisivas contribuições no processo de democratização do Estado agregadas a inovações no campo das políticas públicas. São exemplos dessa expressão o protagonismo que os movimentos feministas desempenharam nas lutas pela anistia, por creche, pela descriminalização do aborto, gerando efeitos diretos nos índices de mortalidade materna existentes no país, entre outras pautas que representam demandas sensivelmente atreladas às mulheres negras e pobres. Destaca-se, como símbolo da conquista das mulheres, em nível de política pública, a criação dos Conselhos da Condição Feminina – voltados para a promoção da igualdade de gênero e para o combate à discriminação contra as mulheres (CARNEIRO, 2003). Nesse ínterim, a luta contra a violência doméstica e sexual estabeleceu uma mudança de paradigma em relação às questões concernentes ao público e ao privado.

Porém, em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram

no silêncio e na invisibilidade. Essa situação vem exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas dos feminismos, e o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil (CARNEIRO, 2003, p.118).

Com a insurgência do feminismo negro, a perspectiva de “enegrecer o feminismo” vem localizando a trajetória das mulheres negras no interior dos movimentos feministas brasileiros e vem revolucionando o feminismo local. Tais contribuições foram fundamentais tanto para assinalar a branquitude e o eurocentrismo da formulação clássica feminista, chamando atenção para demandas comumente excluídas das pautas feministas e revelando a insuficiência da teoria e da prática política tradicional para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais, como é o caso do Brasil. “Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero” (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Assim, o que o movimento de mulheres negras precisava dizer é que o combate ao racismo precisa ser uma prioridade política para as mulheres negras, considerando que a “variável” racial produziu gêneros subalternizados (“tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada, como a masculinidades subalternizadas”), com prestígio inferior ao do grupo racialmente dominante. Tendo em vista essa dupla subvalorização, Carneiro é contundente ao dizer que “é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o status dos gêneros” e, ao fazê-lo, “institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero” (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Portanto, a diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduzem no feminismo são cruciais por disporem de uma observação privilegiada, o lugar da *outsider within* – nas palavras de Collins (2016) –, como resultado de um processo dialético que ao passo que promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, também reivindica o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres. Tal processo vem resultando, desde meados da década de 1980, na criação de diversas organizações de mulheres negras que hoje se espalham nacionalmente, que debatem os temas fundamentais da agenda feminista sob a lente das mulheres negras, enquadrada à luz dos efeitos do racismo e da intersecção das opressões (CARNEIRO, 2003).

Para a teoria feminista, a criação e o aperfeiçoamento de um conceito amplo de gênero, que incorpore a diversidade de femininos e feminismos sócio-historicamente construídos, deve corresponder “um conceito de justiça tão abrangente quanto, e que seja capaz de englobar igualmente a distribuição e o reconhecimento” (FRASER, 2002, p.63). Assim,

Reafirmamos que os movimentos de mulheres e feministas querem radicalizar a democracia, deixando claro que ela não existirá enquanto não houver igualdade; que não haverá igualdade sem distribuição das riquezas; e não há distribuição sem o reconhecimento das desigualdades entre os homens e mulheres, entre brancos e negros, entre urbanos e rurais, que hoje estruturam a pobreza. Não almejam a mera inversão dos papéis, mas um novo marco civilizatório (CARNEIRO, 2003, p. 127).

Desta forma, os movimentos brasileiros de mulheres vêm se opondo ferrenhamente às políticas neoliberais e de ajuste estrutural e reafirmam a necessidade de que o Estado desenvolva políticas públicas afirmativas para a superação da pobreza, a geração de renda e emprego e a garantia de bem-estar. O crescente protagonismo das mulheres negras, guiado a princípio pelo desejo de liberdade e pelo resgate de humanidade negada pela escravidão e, gradativamente, exaltado pelas emergências das organizações de mulheres negras e articulações nacionais de mulheres negras, vem provocando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras envolvendo as perdas históricas por este grupo sofridas.

Nas palavras de Sueli Carneiro, a ação política das mulheres negras

Vem promovendo o reconhecimento da falácia da visão universalizante de mulher; o reconhecimento das diferenças intragênero; o reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil; o reconhecimento dos privilégios que essa ideologia produz para as mulheres do grupo racial hegemônico; o reconhecimento da necessidade de políticas específicas para as mulheres negras para a equalização das oportunidades sociais; o reconhecimento da dimensão racial que a pobreza tem no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade do corte racial na problemática da feminização da pobreza; o reconhecimento da violência simbólica e a opressão que a brancura, como padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres não-brancas. (CARNEIRO, 2003, p. 19.20)

Posturas que permitem alargar politicamente os sentidos de democracia, igualdade e justiça social a partir de considerações objetivas sobre gênero e raça.

Como pôde-se perceber na primeira parte deste trabalho, classe e raça têm caminhado como uma coisa só no Brasil, onde desde a época da colonização a população então escravizada, negra e indígena, hoje “livre”⁴⁸, segue sendo tutelada pelo Estado. Um Estado que historicamente incentivou o embranquecimento da população brasileira, o que guardaria para esses grupos não-brancos? É, então, que a população empobrecida, via de regra negra, é a mais atingida pela guerra às drogas, dado que é contundentemente trazido nas pesquisas já mencionadas sobre os índices dessa guerra, que, na verdade, representam apenas uma parte dos danos a essas populações, pois as lesões que não são visíveis e quantificadas são as mais

⁴⁸ A palavra “livre” é colocada entre *aspas* justamente porque esses povos têm suas liberdades cerceadas em vários níveis pelo Estado, mídia e, conseqüentemente, sociedade civil.

profundas e deletérias.

A partir da teoria cultural lançada por Becker, das discussões sobre ação coletiva e do quadro teórico dos movimentos sociais apresentados, pretende-se lançar luz sobre os elementos que irão surgir nos depoimentos posteriormente analisados. Assim,

Estudos sobre movimentos sociais têm demonstrado a importância da apropriação de temas culturais no interior de determinados segmentos sociais, assim como da cultura política mais ampla. Esta remissão direcionar-se-ia tanto a conteúdos como a formas, respectivamente designados ‘marcos de referência’ por McAdam (1994) e ‘repertórios de ações coletivas’ (MUTZENBERG, 2002, p. 103).

3.2 Por uma Análise Feminista Crítica do Discurso para compreensão dos temas (identidade, relações e crenças)

Mas o feminismo tem que estar em tudo mesmo?

A princípio, a linguagem funciona como elemento de transformação na mediação entre o sujeito e a realidade natural e social, gerando influência sobre as práticas sociais dos indivíduos. O discurso, por sua vez, acontece no exercício da linguagem de forma intencional e articulada, direcionada para uma pessoa ou grupo de pessoas; de forma direta, sem intermediadores, ou de forma indireta, para um público indeterminado e abstrato (carecendo da intervenção de terceiros para chegar a seu fim). A corrente teórica da análise do discurso, assim, surge da necessidade de aprimorar a interpretação e o estudo dos usos da língua através do discurso, na quebra da lógica estruturalista, com o intuito de perceber o que está dito e não dito no momento da fala ou da escrita.

Os usos do discurso têm uma longa história, no entanto as categorias de análise sobre o discurso tiveram seu acontecimento em um momento bem mais recente. No século XIX, mais precisamente, o "pai da linguística moderna", Ferdinand Saussure (1995), propôs um sistema rigoroso de linguística, o estruturalismo, em que se valorizava dicotomias (como língua [sistema] x fala [uso], sincronia [recorte temporal] x diacronia [evolução], significante [forma] x significado [conceito]), se posicionando no sentido de defender que por trás dos sujeitos prevalecem as estruturas e que a língua, então, corresponde a um código, a um instrumento de comunicação. Contudo, ao passo que se começa a perceber que ao se prender a um texto o sujeito não procura por sua estrutura e sim por sua ideologia, o movimento estruturalista perde força com a virada pragmática do surgimento da análise do discurso francesa (ADF).

Em meados do século XX, a análise do discurso (AD) surge para romper com o estruturalismo, defendendo a ideia de que o conhecimento é cumulativo e acontece justamente na ruptura, na descontinuidade, no esgotamento, para que possa se superar e enriquecer com sofisticação e progresso. Através da análise, a princípio, de textos políticos, a ADF percebe que as relações de poder são significadas na linguagem e que os textos significam sempre uma questão de classe, ou seja, cada condição de produção tem por escopo a transmissão de uma ideologia respectiva.

Importante ressaltar, contudo, que a AD não descarta completamente a ideia de estrutura, mas sim a transmuta, reconhecendo a estrutura como garantidora de sentido em um processo de construção no qual os sentidos estão sempre em disputa, admitindo que a língua, por ser indeterminada, não pode ser totalmente autônoma, devendo sempre observar uma estrutura que serve, mais uma vez, como garantidora de sentido, sendo a formação discursiva o fator que possibilita vários significados em um mesmo discurso.

Para Gramsci (*apud* OLIVEIRA, 2013, p. 19) a língua corresponde a um "conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo", indicando que é realizada uma atividade intelectual ao usá-la, enquanto a linguagem escrita, por sua vez, "pressupõe sempre uma escolha, uma orientação cultural, ou seja, é sempre um ato de política cultural-nacional".

A fala, ou a ausência de espaço para seu exercício, é fortemente relacionada às posições de dominação, percebendo-se que a fala constitui discurso, que constitui propriedade de conhecimento, que constitui autoridade e, finalmente, constitui poder (FAIRCLOUGH, 2001). Estrutura⁴⁹ essa que, por sua vez, tem colocado o homem branco como eterno agente ativo da história, a mulher (sobretudo a mulher negra, *o outro do outro* [KILOMBA, 2012]) como eterno sujeito passivo da história e todas as outras identidades de gênero (LGBTQIA+)⁵⁰ no lugar de eternos sujeitos apagados da história. É por isso que as escolhas teóricas e epistemológicas que orientam as pesquisas científicas vêm carregadas de ideologia(s), o que sugere ser fundamentalmente estratégica a escolha dos artefatos técnico-metodológicos para a proposição de uma pesquisa, bem como para a coleta dos dados e para a catalogação e interpretação dos mesmos.

A partir da perspectiva de uma análise simbólica empenhada na presente pesquisa, que visa analisar os discursos difundidos pelas mulheres indicadas, será estabelecido um diálogo

⁴⁹ Não necessariamente nessa ordem e tampouco como um movimento em um só sentido, implicando que os elementos ora listados se influenciam mutuamente.

⁵⁰ Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, *queer*, intersexos e assexuadas.

com a teoria social da linguagem em Fairclough (2001). Neste sentido, deverá ser abordado como os textos (ditos e escritos) formam identidades sociais tanto dos representados quanto dos representantes. Para tanto, acredita-se que o discurso, como prática política, estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos), e, enquanto prática ideológica, constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Neste sentido se desenha como crucial as discussões de Lazar (2004) que empenha uma perspectiva feminista à Análise Crítica do Discurso, trazendo contribuições indispensáveis para a leitura dos dados que serão trazidos no último capítulo.

A escolha de analisar o discurso das mulheres, que reflete em suas ações, não foi uma decisão fácil, mas foi uma escolha consciente por considerar toda a preparação que existe para o exercício discursivo. As palavras de Remo (MUTZENBERG, 2002) vieram para iluminar essa crise com sensibilidade e cuidado, quando ele dispara “*discurso, para além de um centro e aquém de um fluxo*” e explica que “na ausência de um centro, de uma origem, tudo se torna discurso, isto é, ‘sistema no qual o significado central, originário ou transcendental, nunca está absolutamente presente fora de um sistema de diferenças’” (MUTZENBERG, 2002, p. 97), me deixando confiante de que esse era o caminho a ser seguido se eu quisesse conhecer e me aproximar dessas mulheres.

Em primeiro lugar, é fundamental discernir o que será tomado por discurso na presente pesquisa, embora as palavras acima já indiquem uma orientação. Neste sentido, propõe-se perceber os discursos como estruturas não orientadas para um centro, mas onde os sentidos são frequentemente negociados e construídos. Por mais que seja raro pensar em uma estrutura sem um centro, ou “descentrada”, pode-se observar que os discursos são resultado de práticas articulatórias, isto quer dizer que estabelece relações entre elementos que a princípio não estão articuladas discursivamente.

Como já afirmado acima, um discurso, ou uma formação discursiva como articulação de uma variedade de discursos numa unidade relativa, constitui-se e “estabelece seus limites por meio da exclusão de um ‘outro’ radical que não tem medida comum com o sistema diferencial do qual é excluído e que por isso coloca uma constante ameaça aquele próprio sistema” (MUTZENBERG, 2002, p. 106).

Ou seja, para uma análise do discurso é imprescindível confrontá-lo com os demais discursos que emergem no mesmo campo, ele vai ser lido e investigado a partir da oposição ou comunhão com os demais discursos disponíveis em dada disputa. Sobre isso, pode-se entender o conceito de antagonismo social, brevemente apresentado no tópico anterior em uma classificação de

Hunt, Benford e Snow (1994), enquanto experiência limítrofe do social, capaz de revelar as fissuras que permitem a construção discursiva subverter uma suposta ordem natural.

O conceito de antagonismo social está inextricavelmente ligado a essa impossibilidade de fixação plena de sentido, isto é, ao excedente de significações irreduzíveis que escapam à lógica diferencial do discurso como condição mesma para a política. Este campo de excedentes constitui o campo da discursividade e indica o que não é fixado. É este campo que torna possível a articulação de uma multiplicidade de discursos concorrentes (MUTZENBERG, 2002, p. 38).

Assim, é necessário traçar algumas considerações sobre os elementos constitutivos da Análise Crítica do Discurso (ACD) para, então, passarmos à compreensão da Análise Feminista Crítica do Discurso. De acordo com Fairclough (2001), a ACD se desenvolve sob uma perspectiva que busca compreender o discurso em seu conjunto como uma prática textual⁵¹, como uma prática discursiva⁵² e como uma prática social⁵³, não como atividade puramente individual ou como mero reflexo de determinadas situações. A partir dessa assertiva, algumas implicações podem ser observadas, como o fato de ser o discurso um modo de ação e de representação, significando uma das formas possíveis através da qual as pessoas podem influenciar o mundo ao seu redor (a partir de determinada representação de dada realidade) e, particularmente, os outros, além de implicar uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, que, por sua vez, influencia diretamente na prática social de cada indivíduo (ao passo que também estabelece e cria identidades e relações), sendo tanto uma condição como um efeito da estrutura social (FAIRCLOUGH, 2001).

De forma geral, podemos dizer que a ACD se constitui enquanto

Um processo analítico que julga os seres humanos a partir da sua socialização e as subjetividades humanas e o uso linguístico como expressão de uma produção realizada em contextos sociais e culturais, orientados por formas ideológicas e desigualdades (MELO, 2011, p. 1341).

Assim, se desvela como objetivo investigativo da ACD a interrelação entre a linguística e as ciências sociais, cuja operacionalização busca enaltecer os discursos das minorias com pouca representatividade política frente à hegemonia branca (entenda-se burguesa, ocidental e patriarcal), isso aproxima essa metodologia dos pressupostos da teoria feminista quando identifica a não neutralidade do discurso (gerador e receptor/interlocutor), bem como quando se coloca como instrumento científico capaz de promover a visibilidade e a emancipação das mulheres. Neste sentido, as teorias feministas contemporâneas têm dado especial atenção aos

⁵¹ Trata-se do estudo sobre a organização da informação, da coerência e da coesão textuais (“como” se fala).

⁵² Análise da regulação da produção e da recepção do discurso dentro da situação comunicativa (“o que” se fala).

⁵³ Aponta para a relação dialética entre as estruturas e as relações sociais que produzem o discurso e são por ele influenciadas (“por que” se fala), sendo sempre produzido em razão das relações de poder.

processos de simbolização e representação para realização de investidas analíticas em prol de novas explicações e leituras sobre a realidade (GABRIELLI, 2007).

Outro ponto-chave dessa teoria é o estudo das condições de produção em que emergem os discursos, que deve levar em conta o sujeito do discurso, o assunto ou tema, destinatário e contexto como pressupostos básicos para a análise de qualquer discurso, seja ele científico, seja do senso comum.

É preciso negociar meios para colocar em pauta o discurso "alternativo" feminista - ao menos entre as próprias seguidoras dessa corrente. Demonstrar como a ideologia se articula nos discursos é imprescindível para esse fim. Lembrar que a ideologia opera através de ofuscações, dissimulações, fragmentações etc., deve ser uma constante na investigação feminista (GABRIELLI, 2007, p. 6).

A necessidade de identificar e estabelecer uma perspectiva feminista nos estudos da linguagem e do discurso é, evidentemente, parte da transformação que as feministas da academia têm promovido para mudar, nas ciências sociais e demais ciências, o que foi construído pelas mãos de teóricos homens (muitas vezes em nosso nome). Apesar das críticas sobre a pesquisa abertamente política como carente de "objetividade" e "cientificidade" (ex. WIDDOWSON, 1995 *apud* LAZAR, 2004), a posição feminista tem levantado como problemática a noção de neutralidade científica que falha em reconhecer que todo conhecimento é social e historicamente construído e baseado em valor. “Com os objetivos de transformação social e emancipação, tem-se a pedra angular tanto da análise crítica do discurso (CDA), quanto de muitos estudos feministas da linguagem” (LAZAR, 2004, p. 1), o que faz com que a Análise Feminista Crítica do Discurso nasça a partir do movimento dos estudos críticos do discurso, em diálogo e reconhecendo as contribuições de Van Dijk (1991, 1993, 1994 e 1996) e Fairclough (1989, 2001 e WODAK, 1997), que acreditam numa ACD como “uma perspectiva de pesquisa (VAN DIJK, 1994) ou um programa de pesquisa (FAIRCLOUGH; WODAK 1997), [...] conhecido por sua postura abertamente política e preocupado com todas as formas de desigualdade social e injustiça” (LAZAR, 2004, p. 1-2).

Assim, a aplicação da ACD para interpretação dos dados implica “não somente em questões de procedimento, mas também de problemas teóricos” (FOUCAULT, 2008, p. 23), considerando as disputas em torno da noção de *tradição*, para pensar a dispersão da história na forma desse e não daquele conjunto, que vem atrelada à noção de *influência*, que oferece suporte aos fatos de *transmissão* e *comunicação*. Os fenômenos de *semelhança* e *repetição* que

irão emergir da análise dos *enunciados*⁵⁴ dos textos, permitirão perceber as unidades (indivíduos, grupos, obras ou teorias) que serão defendidas e as ligações simbólicas que estão estabelecidas, visando identificar se existe uma consciência coletiva que ligam essas mulheres (FOUCAULT, 2008), além de como os discursos influenciam o conhecimento, os saberes, as atitudes e as ideologias socialmente partilhadas.

Dentre as estratégias a serem mais especificamente empenhadas, começaremos buscando os elementos de *referência* e *nomeação*, tentando identificar formas que separam e formas que unem os enunciados dos discursos, que serão localizadas a partir dos elementos de *designação* (quais palavras estão sendo escolhidas para explicar o fenômeno/contexto) e quais as estratégias predicativas são empenhadas, onde precisaremos focalizar na divisão entre aspectos considerados negativos (homogenizadores) e aspectos considerados positivos. Para isso, propõe-se observar os processos de *argumentação* e *legitimação* utilizados nos discursos para perceber as representações dispensadas aos atores sociais (se de forma ativa, se de forma passiva, identificados por quais características primeiro, o nível de formalidade do discurso, se recorre a princípios morais gerais etc.) (FISCHER, 2001), que ajudaram na elaboração das categorias trabalhadas a partir dos temas (em *identidades*, *relações* e *crenças*).

Desta forma, pretende-se descobrir e analisar os saberes localizados que emergem a partir das falas das mulheres entrevistadas, considerando que

A ciência não se relaciona com o que devia ser vivido, ou deve sê-lo, para que seja fundada a intenção de idealidade que lhe é própria; mas sim com o que devia ser dito - ou deve sê-lo - para que possa haver um discurso que, se for o caso, responda a critérios experimentais ou formais de cientificidade. A esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar, pode-se chamar *saber*. Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico. [...] Um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (FOUCAULT, 2008, p. 204).

Aprofundando e desmembrando esse argumento, Haraway (1995) provoca ressaltando o foco feminista em revolucionar o jeito de fazer história e o jeito de fazer ciência, além do próprio conteúdo a ser considerado nesses fazeres. Ela defende que

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm. Nas categorias filosóficas tradicionais, talvez a

⁵⁴ Unidade de análise da ACD e da AFCD, formado por participantes (grupos nominais), processos (os verbos) e circunstâncias (marcadas por advérbios).

questão seja ética e política mais do que epistemológica. Assim, creio que o meu e o "nosso" problema é como ter, simultaneamente, uma explicação da contingência histórica radical sobre todo conhecimento postulado e todos os sujeitos cognoscentes, uma prática crítica de reconhecimento de nossas próprias "tecnologias semióticas" para a construção de sentido, e um compromisso a sério com explicações fiéis de um mundo real" (HARAWAY, 1995, p. 15-16).

Harding (1986) atesta que essa proposta de um projeto de ciência, sucessora e de insistência pós-moderna, é promovida e experienciada “na diferença irreduzível e na multiplicidade radical dos conhecimentos locais” (HARAWAY, 1995, p. 16).

Assim, a objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver. Evidenciando o sistema sensorial da visão (útil às feministas por permitir ir além das oposições binárias) e sua natureza corpórea, que pode ser utilizado para sair e ressignificar o que se espera dos corpos colonizadamente marcados, com potência para acolher os projetos científicos feministas críticos e paradoxais: “objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados” (HARAWAY, 1995, p. 18). “Compreender como esses sistemas visuais funcionam, tecnicamente, socialmente e psiquicamente, deveria ser um modo de corporificar a objetividade feminista” (HARAWAY, 1995, p. 22).

Assim, a presente proposta tem por escopo tentar compreender, como diria Foucault, o sistema que conecta tais discursos a outros como “nó em uma rede” (FOUCAULT, 2008, p. 26), devendo esta pesquisadora sempre colocar-se em lugar de desconforto na realização deste estudo, pois “é preciso também que nos inquietemos diante de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares” (FOUCAULT, 2008, p. 24).

3.3 Mulheres lutam, organizadas e mobilizadas – considerações sobre a pesquisa

Por tudo que já foi dito neste e no capítulo anterior, é evidente a intrínseca e plural relação entre o projeto antiproibicionista de cultura e sociedade com os princípios dos movimentos de mulheres e dos movimentos feministas, que vem se consolidando e conquistando notoriedade na última década. Diante de tamanha expressão no estado de Pernambuco, especialmente em Recife, observada de perto por esta pesquisadora, o objeto deste trabalho foi sendo construído de forma orgânica por alguém que vê e vive “de dentro” a organização de algumas dessas redes e movimentos, assim como goza de uma relação de certa proximidade com as mulheres investigadas.

Como já foi antecipado, em alguma medida na introdução, as experiências então vividas me obrigaram a administrar um eterno diário de campo mental, que provavelmente está recebendo mais e mais informações neste exato momento. Isso acontece porque a rotina desse tipo de organização é bastante intensa, embora seja impossível todas acompanharem tudo sempre, é bem verdade que quando você está inserida neste meio precisa entrar em contato com uma gama de atores e de relações novas e diversas constantemente.

Meus estudos, que sempre focaram nas questões sobre drogas legais e ilegais, desta vez demandaram a necessidade de um recorte de gênero, considerando ser uma variável extremamente significativa para compreender as realidades em diálogo com o tema. A partir do momento que essa escolha foi feita, percorrer o caminho por novas perspectivas teóricas era inevitável, para ser mais direta, não poderia se falar de mulheres, feminismos, movimentos de mulheres e movimentos feministas sem recorrer às teóricas feministas, seus ensinamentos e suas perspectivas epistemológicas.

Então, a partir do estudo dos feminismos, encontrei no feminismo negro um acalanto para as principais questões e problemas da pesquisa. A distância até então mantida desta corrente teórica seguiu o caminho de um fluxo, cujas influências eram, sobretudo, eurocentradas. Portanto, foi preciso agregar mais sensibilidade à pesquisa para perceber que as explicações que eu encontrava na academia tradicional eram insuficientes tanto para entender a realidade brasileira, quanto, e especialmente, para compreender a realidade das mulheres pernambucanas. Assim, a questão racial, embora não aprofundada diretamente neste trabalho, mas que emergiu da introdução à conclusão, foi a última problemática a ser percebida como inerente ao desenvolvimento desta investigação, que junto aos outros dois temas (drogas e gênero) forma o tripé teórico-epistemológico-metodológico que percorre e entrecruza toda a pesquisa.

A escolha das estratégias metodológicas aconteceu tendo em vista a proposta de pesquisa, afinal como “estudar” mulheres de forma coerente? Então era impensável outra forma de trazer essas vozes para o presente estudo que não fosse por uma abordagem direta e que valorizasse seus discursos com o mínimo de distorções possível. Neste sentido, algumas ferramentas disponíveis pela pesquisa qualitativa proporcionam a consecução dessa intenção para realização da investigação, qual seja, o depoimento oral, a partir de entrevistas diretas, semiestruturadas, com o mínimo de interrupção possível durante a fala das interlocutoras. Com essa técnica, me lancei no campo e fui ajustando as perguntas, as formas de abordagem e as formas de escuta que foram particulares em cada entrevista realizada.

O fato de estar imersa em parte da realidade e da história das mulheres entrevistadas me colocava tanto em posição privilegiada para a pesquisa quanto em situação de desconforto, pois eu conversava com amigas que de repente precisaram se abrir ou contar momentos de suas vidas pessoais sobre os quais não tivemos a oportunidade de conversar em momentos anteriores, mas que a partir daquela exposição passava a significar um novo vínculo com cada pessoa. Assim, acessar cada mulher que compõe a presente análise não foi um problema, o problema era o tempo que cada uma dispunha, já que todas elas, de diferentes formas, assumem diversas funções no dia-a-dia, o que limita bastante o tempo delas e, conseqüentemente, a disponibilidade para a conversa.

Nesse contexto, foram realizadas oito entrevistas, das quais seis foram presenciais e duas por telefone. No entanto, duas dessas foram realizadas como entrevista exploratória, em que uma delas, a primeira que fiz, ainda não havia nem o objeto desenhado conforme apresentado neste momento.

A partir da escolha do que seria pesquisado, mulheres na luta antiproibicionista em Pernambuco, não foi uma grande questão escolher as mulheres que participariam da pesquisa, pois minhas referências eram muitas e a vontade era entrevistar quantas mulheres fosse possível para aproveitar o ineditismo desta pesquisa teórica e minha posição privilegiada no campo. No entanto, por questões estritamente formais inerentes à proposta de um curso de mestrado, não era possível um aprofundamento real no tema, mas sim uma exploração do campo de pesquisa e a descrição do que foi observado, que com sorte ganharia também explicações tanto quanto fossem possíveis.

Assim, procurou-se agregar na busca pelas interlocutoras mulheres de acordo com os seguintes critérios: que atuam ou tenham atuado em grupos feministas ou de mulheres no campo da política de drogas, que viessem de lugares sociais diferentes, territórios diferentes, com idades e tempo de militância no campo variados. A partir disso, quis começar pelas minhas referências de mulheres antiproibicionistas em Recife (que na verdade são referências para o movimento local e nacional), para, inclusive, me sentir mais segura para encarar as demais entrevistas.

A proposta inicial era estudar dois grupos distintos de mulheres contra a proibição das drogas na Grande Recife, mapeando a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (Renfa) e a Associação Canábica Medicinal de Pernambuco (Cannape). No entanto, durante a realização do projeto, pude perceber que a Cannape não se encaixava nos critérios previamente estabelecidos para a investigação, pois hoje tem em sua diretoria majoritariamente homens, bem como em nenhum momento reivindicou ser uma organização ou rede de mulheres (apesar de

seus membros serem esmagadoramente mulheres, sobretudo mães), mas também pelo fato de ampliar muito o objeto escapando da possibilidade de execução ainda a título de mestrado.

Assim, continuar e realizar a pesquisa apenas com militantes da Renfa foi um caminho naturalmente construído, afinal esse é único grupo feminista no Brasil feito por mulheres para debater e questionar a política proibicionista e a política de drogas, o que era um prato cheio para o presente estudo. Desta forma, quaisquer depoimentos que fossem obtidos das mulheres que militam na Renfa seria um banco de dados riquíssimo a ser explorado, com particularidades e questões pessoalmente pontuadas e sentidas, em que pese virem de lugares sociais os mais diversos, não sendo o objetivo estabelecer padrões e regras nos enunciados das interlocutoras.

Destarte, três mulheres tinham que aparecer na presente pesquisa, Francis, Ingrid e Priscila, por serem as referências supramencionadas e precursoras no campo que cruza feminismo e política de drogas. Depois delas, as mulheres escolhidas foram principalmente por uma questão de conveniência quanto aos nossos horários, pois todas elas manifestavam interesse em participar da pesquisa, acreditando na importância desse registro, mas também muitas vezes não tinham como priorizar e deixar os afazeres do dia-a-dia de lado. Por isso, via de regra foi oportunizado meu encontro com essas mulheres por outros motivos (antes ou depois de alguma ação ou reunião, aproveitando alguma visita que estava sendo feita, ou mesmo durante o expediente de trabalho de algumas delas, inclusive usando o próprio ambiente de trabalho para a entrevista).

Como já foi mencionado, dentre as oito entrevistas realizadas, duas não irão compor o *corpus*, quais sejam, a de Nathalia Mesquita e Fabrina Juliana. Essas entrevistas precisaram ficar de fora pelos seguintes motivos: a de Nathalia, a quem tenho muito a agradecer, que concedeu a maior dentre as entrevistas por mim colhidas, foi um relato lindo sobre sua vida, da sua relação com o campo antiproibicionista e por parte de uma mulher que sempre esteve na luta por uma nova política de drogas, assim como fez um depoimento fundamental para os rumos que tomou esta investigação. No entanto, na época da nossa conversa, o objeto ainda não estava delimitado, tendo sido feita uma entrevista em caráter exploratório, com o intuito de tatear o campo, testar o instrumento metodológico e delimitar o objeto que seria estudado, além disso, Nathalia não chegou a compor nenhum grupo de mulheres ou feminista, o que a colocava fora dos critérios mínimos para integrar a pesquisa. No caso de Fabrina Juliana, algumas entrevistas já haviam sido realizadas para a pesquisa, ou seja, o instrumento a ela aplicado foi o mesmo das demais que passaram a compor o *corpus*, no entanto a proposta inicial era a coleta de entrevistas com outras mulheres que compusessem a Cannape, mas como o grupo precisou ser tirado da análise desta pesquisa, pelos motivos acima expostos, a entrevista concedida por

Fabrina também precisou ficar de fora, mas também foi de extrema relevância para o trabalho ora desenvolvido.

Por fim, para passar à parte mais rica desse texto, a exposição e análise dos dados, ressalto que todas as mulheres procuradas e entrevistadas para a presente pesquisa se reconhecem enquanto mulheres, enquanto feministas e enquanto antiproibicionistas. O que os discursos abaixo irão revelar são as confluências e divergências entre as perspectivas dessas mulheres, a partir do elemento das *identidades*, que permeiam e constituem a vida das interlocutoras, das *relações* que são estabelecidas e vêm sendo difundidas pelos grupos e para além deles ao tratar da temática, e, finalmente, das *crenças* que indicam seus projetos e visões de mundo.

4 FEMINISTAS ANTIPROIBICIONISTAS

Neste capítulo entraremos no universo das palavras das mulheres antiproibicionistas, atentando às suas interpretações sobre o movimento, onde se busca empregar um olhar voltado para a participação delas nessa construção. As falas, capazes de revelar os discursos que as fundamentam, foram colhidas por meio da técnica de entrevista semiestruturada (FLICK, 2004), ou seja, onde se propunha pontos-chaves para o desenvolvimento do depoimento que, então, era narrado sem interrupções. O roteiro, que jamais teve a intenção de ser estático e intransponível, foi dividido basicamente nos seguintes temas: autoapresentação, mulheres (movimentos e feminismos) e antiproibicionismo. No entanto, apesar desses temas estarem muito próximos à divisão analítica proposta por Fairclough (2001) para a Análise Crítica do Discurso (ACD), e desenvolvido nos itens em identidades/apresentação (4.2), relações/mulheres (4.3) e crenças/antiproibicionismo (4.4), na verdade a estrutura da entrevista foi pensada anteriormente à escolha do método de análise que seria empregado, ou seja, os elementos que serão utilizados para compor os temas estruturantes da análise não necessariamente foram localizados no eixo diretamente correlacionado nos depoimentos. Sendo assim, enunciados lançados durante toda entrevista de cada uma das interlocutoras foram usados para compor todos os três temas, tendo ocorrido, inclusive, de um mesmo enunciado revelar relação com mais de um tema.

Relembrando as três perspectivas de leitura e interpretação utilizadas pela ACD, quais sejam, textual, discursiva e social, ressalte-se que elas serão exploradas, respectivamente, (1) buscando descrever os elementos estruturais centrais do enunciado para progressão do texto e compreensão da construção do significado de cada uma das macro funções da linguagem – representacional, acional e identificacional⁵⁵; (2) examinando o texto no que diz respeito à sua produção, distribuição e consumo, bem como em relação à intertextualidade, à interdiscursividade e aos fatores extrínsecos à linguagem que agem na constituição do discurso; e (3) relacionando o texto com práticas sociais mais amplas, deixando emergir as conexões em termos de ideologia e hegemonia – a partir dos campos de conhecimento trabalhados no capítulo anterior. É importante ressaltar que essas três perspectivas estarão produzindo efeito a partir dos enunciados de forma simultânea, o que implica que não devem ser analisadas separadamente, ou seja, as análises que serão feitas precisarão levar sempre em conta esses três

⁵⁵ Conforme Fairclough (2003) preconiza.

fatores de construção do discurso para realizar a compreensão dos significados nos três níveis, que, portanto, se complementam.

As interlocutoras serão brevemente apresentadas, a seguir, em ordem alfabética e, ao longo da análise, serão identificadas a partir de suas iniciais, quais sejam, Estrela (E), Fran (F), Ingrid (I), Maria Daniela (D), Priscila (P) e Tânia (T).

Assim, o que se propõe neste capítulo é sistematizar e analisar os discursos que emanam das mulheres organizadas pela causa antiproibicionista e como seus posicionamentos contribuem para o enfrentamento à violência que permeia a aplicação da política de drogas, além de significar um novo paradigma neste cenário.

4.1 Estrela, Fran, Ingrid, Maria Daniela, Priscila e Tânia

Para este momento de apresentação do *corpus*, reservei primeiramente o espaço para identificar as interlocutoras que ajudaram a construir esse trabalho de pesquisa. Este tópico, cujo título carrega seus nomes (da forma que se apresentaram a mim em seus depoimentos), procura trazer, a partir dos contextos da entrevista de cada uma e do lugar social que se encontram, elementos que auxiliem na compreensão das questões que elas trazem, a serem exploradas e aprofundadas nos próximos pontos deste capítulo.

Todas as mulheres, cujas entrevistas serão analisadas nesse momento, são militantes da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (Renfa) – Pernambuco, assim como essa pesquisadora que vos fala. Essa demarcação é imprescindível para se pensar quem são essas pessoas e como elas veem o mundo. Assim, o desenvolvimento dos discursos aconteceu em um ambiente propositadamente acolhedor, ou seja, em local à escolha da entrevistada, com uma pesquisadora com certo grau de proximidade, em um horário que fosse também separado para o evento da entrevista, com um tema que toca as realidades das interlocutoras e com o qual estão familiarizadas politicamente. Todas as entrevistas aconteceram de forma reservada, por mais que eventualmente aparecesse alguém no ambiente, o que pouco aconteceu, onde se pôde realizar uma conversa sem interrupções entre pesquisadora e colaboradoras, com o diálogo sendo feito olho no olho.

Então, não foi verificada uma postura de confronto, mas uma perspectiva construtiva, visando o diálogo, onde os discursos foram desenvolvidos de forma serena, apesar de incisivos, mas que em nenhum momento destacou qualquer agressividade. Pude registrar, também, bastante informalidade nos depoimentos, corroborada pelo uso de palavrões, por exemplo, mas também estimulada pela minha postura enquanto investigadora e companheira de militância,

sempre buscando uma aproximação com segurança das interlocutoras. Algumas se dirigiam a mim como ‘amiga’, sendo importante colocar que assim também me dirigia a elas (querendo proporcionar um momento de escuta ativa e acolhida). A informalidade e intimidade (observados mais no desenvolvimento de alguns depoimentos) também eram demarcadas por ironias, frequentemente seguidas de risos, ou episódios de sucessão de risadas por qualquer outro motivo que fizesse sentido naquele momento para nós.

A escolha das pessoas que seriam entrevistadas se deu de forma relativamente intuitiva, considerando o envolvimento de cada uma com a Renfa e, também, os demais espaços sociais ocupados por elas. A diversidade entre as interlocutoras era uma regra para mim, no entanto, não tive qualquer dificuldade com isso, o que aconteceu quase aleatoriamente, pois a Renfa tem sido justamente esse lugar de encontro de histórias e mulheres diversas, mas não dispersas⁵⁶. Desta forma, todos os requisitos foram facilmente preenchidos e, de pronto, tive o meu universo de pesquisa delimitado. Meu desejo era conversar com todas que estivessem atuantes (porque todas elas se encaixam nos requisitos por mim elencados), mas a título de mestrado, que prevê um período curto de tempo entre disciplinas, pesquisa e escrita da dissertação, ficaria inviável essa pesquisa com a análise proposta, que visa trabalhar a fundo os discursos das colaboradoras.

Contudo, algumas dessas mulheres não poderiam deixar de integrar o presente estudo, precisamente as fundadoras da Renfa aqui em Recife, que são, simultaneamente, fundadoras da Renfa nacional. Neste sentido, Ingrid, Priscila e Fran são essas mulheres que quebraram os protocolos e assumiram esse front contra o proibicionismo e, gradativamente, justamente a partir dos diversos espaços que ocupam, têm agregado e potencializado a participação de distintas mulheres no feminismo antiproibicionista. Além disso, a Renfa tem sido, aparentemente, o único grupo feminista em Recife que agrega mulheres *cis*⁵⁷ e *trans*⁵⁸, até porque, como elas mesmas dizem: (D) “[sobre essa diferenciação] isso é o proibicionismo, viu?!”.

Desta forma era imprescindível ouvir mulheres trans que fazem parte do coletivo. Estrela e Maria Daniela vêm para demarcar esse espaço, mas, também, porque agregam todos os outros requisitos acima. Tânia, por sua vez, é uma integrante mais nova no grupo mas que tem uma trajetória política inexorável à sua existência, assim como todas as outras, mas no lugar de uma mulher negra, lésbica e moradora de periferia. A juventude que Tânia traz também

⁵⁶ Referência ao tema do 14º EFLAC Uruguay – Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe, do qual a Renfa fez parte.

⁵⁷ Cisgênero, aquela ou aquele que tem sua identidade de gênero correspondente ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento.

⁵⁸ Transgênero, aquela ou aquele que tem sua identidade de gênero diferente do seu gênero que lhe foi atribuído no nascimento.

é algo que ajuda muito a perceber aonde estamos chegando e o que falta acontecer. A partir das falas que essas mulheres a seguir compartilham, espera-se responder às perguntas propostas na presente pesquisa e entender o que o feminismo antiproibicionista vem trazer.

Com relação ao recorte temporal em que ocorreram as entrevistas, pode ser assegurado um período de seis meses, marcado entre a primeira entrevista para a composição do *corpus*, em julho de 2019, com Ingrid, que aconteceu na casa de uns amigos seus, onde fomos buscar seu filho, León depois de uma atividade da Renfa, até a última entrevista que aconteceu na sala da minha casa, onde moro com mais 4 adultos e uma criança, quase de supetão, mas feliz pela disponibilidade de Dani, com quem eu tanto queria ter essa conversa, quando veio buscar um material da Renfa, em meio à correria de dezembro de 2019.

Quanto à duração de cada entrevista, eu procurei deixar as mulheres bem livres em relação às respostas. A partir da pergunta (que algumas liam, outras me pediam para ler), qualquer resposta que viesse eu, geralmente, (se perguntada) respondia com um “está ótimo”, porque para mim realmente estava mesmo. A resposta que elas dessem era a resposta que eu queria ouvir e trazer pra pesquisa. Então, priorizei a liberdade na fala das entrevistadas, que dispuseram entre vinte e sessenta minutos para responder à entrevista, não tendo sido possível, inclusive, identificar qualquer padrão de tempo nas respostas (se considerada a diversidade de identidades em questão).

O tempo também foi influenciado pelo fato das entrevistas semiestruturadas, formato proposto às colaboradoras, terem sido adaptadas caso a caso, ou seja, apesar de contar com um planejamento inicial que previa aplicar exatamente o mesmo roteiro de entrevista para todas, percebi que em entrevistas orais o imprevisto é regra, pois, ao menos, foi assim comigo, o que pude detectar após a realização das oito entrevistas (incluindo as amostrais). A proposta inicial de roteiro era bem limitada, com muitas perguntas, bastante objetivas, dando pouca liberdade para as interlocutoras. Conforme os encontros foram acontecendo e os depoimentos sendo colhidos, percebia que algumas questões que foram feitas eram aprofundadas com determinadas interlocutoras, enquanto outras questões eram mais percebidas e desenvolvidas por outras interlocutoras.

No entanto, é válido ressaltar as questões norteadoras propostas por mim para que, no desenvolvimento das entrevistas, fosse contemplado meu objeto. Foram elas: *quem é você no mundo?; Onde você se encontra no movimento antiproibicionista?; Qual a relação entre proibicionismo, políticas antidrogas e mulheres?; Você identifica discursos e campos em disputa nesse contexto?; O que você entende por antiproibicionismo?; E qual a contribuição dos movimentos feministas e de mulheres para o movimento antiproibicionista e vice versa?.*

A partir daqui, iniciaremos propriamente a análise e tentaremos revelar o que os discursos antiproibicionistas de mulheres da Renfa podem nos mostrar.

4.1.1 Estrela

E: Meu nome é Estrela Barbosa. E quem é você no mundo? Quem é estrela no mundo? É uma transsexual que é uma militante há dez anos, lutadora de seus direitos, que por um certo tempo viveu na margem, né, como toda transexual sem oportunidade, né?! Vai para a prostituição, esse foi meu primeiro caminho, meu primeiro impacto de vida, e chegou um certo tempo, quando você toma nota e conhecimento, conhecimento é poder, e quando eu me envolvi em movimento social, e aí um mundo se abriu pra mim, né?! Mas aí eu comecei a participar na política de pessoas trans, pessoas vivendo com HIV em várias instituições, inclusive faço parte de uma coordenação de uma instituição chamada Anatrapp, né, que é Travesti e Transexual de Pernambuco, no qual eu sou coordenadora geral. E quem é Estrela no mundo? É uma sobrevivente! Estrela é uma sobrevivente, porque eu já tenho 36 anos, né, e a meta de mortalidade de pessoas trans é 35, então eu sou uma sobrevivente.

Estrela Barbosa (E), 36 anos, mulher branca⁵⁹, que, embora tenha o mesmo sobrenome que o meu, teve uma vida completamente diferente da minha, o que não impediu que nossos caminhos se cruzassem na militância na Renfa. Ela foi a única interlocutora que eu não consegui entrevistar pessoalmente, devido, sobretudo, à nossa incompatibilidade de horários e sua disposição em colaborar de forma virtual. Quando a convidei para a entrevista, ela ficou empolgada porque dificilmente é chamada para tratar desse tema. Então, como eu também considerava seu relato de grande importância para a pesquisa, inclusive pelo fato das pessoas trans terem pouco espaço para se expressarem, além de terem uma perspectiva muito particular sobre o mundo, resolvemos realizar a entrevista por mensagem de voz para que não deixasse de acontecer. Essa ferramenta, apesar de viabilizar a realização da entrevista, inevitavelmente agregou uma interação diferente das entrevistas realizadas presencialmente quanto ao desenvolvimento das questões, tendo sido, inclusive, a entrevista de menor duração.

Em sua breve apresentação, já conseguimos vislumbrar alguns discursos por trás de seus enunciados. Primeiramente, é possível visualizar um discurso crítico em relação à realidade das pessoas trans no país, mostrando que apesar de emergir dessa realidade, Estrela consegue identificar a dificuldade dessa população em encontrar, de fato, oportunidades para desenvolver sua vida e sua personalidade de forma plena, uma vez que tem sido frequentemente empurrada para margem, para a invisibilidade e para longe dos direitos formais. Um segundo

⁵⁹ A presente classificação é adotada de acordo, principalmente, com a cor da pele, que pode ou não coincidir com sua identificação étnico-cultural.

discurso que emana da sua fala se percebe a partir da afirmação que “conhecimento é poder”, o que agrega um discurso científico e emancipatório, em contraposição a um discurso conformista e etnocêntrico, que visa perpetuar a concentração de poder da hegemonia política que coincide com uma hegemonia cultural no Brasil. Ao pontuar seu entendimento sobre essa afirmação, Estrela mostra que o conhecimento agrega um tipo de poder que a ninguém pode ser negado, remetendo, ainda, a um discurso de igualdade social (proposta a partir do exercício do conhecimento). Ainda, um terceiro discurso que é visualizado na passagem acima, de cunho interacionista, se manifesta quando a atriz social em questão passa a se reconhecer no seio de um grupo e toma consciência de sua potência política a partir do seu envolvimento em movimento social, o que colabora fortemente para sua identificação social hoje.

4.1.2 Fran

F: Eu me chamo Fran Silva, eu sou educadora popular, sou comunicativista, é.. eu inicio na minha militância na construção aos 15 anos de idade, quando eu passo a fazer uso de maconha, e aos 15 anos de idade também eu tive uma vivência que foi uma tentativa de estupro, que eu tive na minha rua, e com isso chegando lá na delegacia fui muito estigmatizada e questionada, porque como eu já fazia uso de maconha, e foi justamente nesse território, numa praça próxima que tinha à minha casa, fui muito questionada lá pelo delegado, ‘o que é que tava fazendo ali naquela hora’, ‘que eu tava usando drogas’, dando isso como motivo por causa do meu estupro.

Fran Silva (F), 29 anos, mulher negra, fundadora da Renfa e uma mulher que tem várias frentes da atuação. Trabalha com música, comunicação e redução de danos e está organizada em partido político e em movimentos sociais. Com uma agenda muito intensa, ela foi a primeira a quem propus a entrevista, que de pronto aceitou, mas acabou sendo uma das últimas a ser entrevistada justamente porque nunca encontrávamos tempo hábil para isso, tendo em vista que enfatizou a importância de uma entrevista presencial. Acabou que nossa conversa aconteceu durante seu expediente de (um dos) trabalho, no centro da cidade. Em um contexto de sala aberta (onde tinha outra pessoa estudando), barulho de reforma no prédio e uma reunião que ela precisou deixar no meio, para a qual voltaria após a entrevista. Então, o depoimento aconteceu como um bate-bola, ela respondia a uma pergunta e eu fazia outra, assim sucessivamente. Nesta ocasião, Fran escolheu uma apresentação mais longa também, cuja narrativa percorreu momentos-chaves da sua vida, que destaquei acima, para que ela esteja engajada hoje na militância feminista antiproibicionista.

Dentre essas passagens, é possível identificar alguns discursos. Sem dúvida, o que mais chama a atenção, é o discurso punitivista e paternalista pelos agentes do Estado representados

em sua fala, quando estigmatizam a interlocutora em um momento de grande vulnerabilidade e sofrimento emocional. Esse discurso apontado por Fran, é justamente o estímulo necessário à sua organização e manifestação política, quando ressalta um contra discurso feminista, de apropriação sobre o curso da própria vida e na luta pela representatividade em espaços formais.

4.1.3 Ingrid

I: Sou Ingrid Farias, sou educadora social, educadora popular, redutora de danos, sou formada em licenciatura em ciências biológicas, sou criada na Brasília Teimosa e sou mãe de um menino de 6 anos. Faço parte do movimento feminista antiproibicionista há mais de 10 anos, e organizo a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas, a Marcha da Maconha, integro a Rede Latinoamericana de Pessoas que Usam Drogas também.

Ingrid Farias (I), 31 anos, mulher negra, é uma referência nacional de militância antiproibicionista, e como não poderia deixar de ser, de militância feminista e negra também, o que é destacado tanto por produções científicas na área (BRANDÃO, 2017; MALHEIRO, 2018; RIBEIRO JR, 2017, entre outras), quanto pela referência a ela na fala de algumas das entrevistadas. Ingrid, que ressalta sua origem em um bairro periférico da cidade do Recife, Brasília Teimosa, também atua em várias frentes, organizações, e é fundadora da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas - Renfa, sendo, desde então, uma das coordenadoras e principais articuladoras do grupo. O antiproibicionismo é um tema que ela já falou e já escreveu muito, além de diariamente trabalhar pela causa, em sua vida pessoal e pública, então percebi que ela foi bem objetiva em sua entrevista visando explicar de forma didática o que elas estão fazendo na política, na sociedade e na cultura.

Mesmo com uma apresentação rápida e diretiva, é possível enxergar alguns discursos subjacentes ao seu depoimento. O reconhecimento social enquanto mãe, traz uma reivindicação muito pouco problematizada no interior dos movimentos sociais, e, ao fazer questão de demarcar esse lugar social, essa identidade, Ingrid reivindica também um discurso feminista, que, apesar de existirem vários feminismos, a maternidade tem sido um ponto de consenso entre eles⁶⁰. Outro ponto também que é possível destacar é um discurso de autoridade, a partir da afirmação de se estar há dez anos atuando no campo, o que visa legitimar todas as colocações por ela trazidas. Essa legitimação e esse argumento de autoridade, também podem ser reconhecidos na sua qualificação multiprofissional e interdisciplinar, que, por sua vez, se opõe

⁶⁰ No ato do dia internacional das mulheres desse ano, que ocorreu em 09 de março, organizado por mais de 40 coletivos, em que existia uma trenzinho para comportar as crianças e uma rede de pessoas, sobretudo pais e amigos, para cuidar dessas crianças e garantir que as mulheres realizassem o ato.

ao discurso oficial da justiça e da medicina sobre drogas, a partir de uma atuação social. Por fim, ainda pode-se ressaltar a valorização de uma articulação social ampla em nível nacional e internacional, fazendo evidenciar um discurso de integração e de confirmação de que as opressões são sistêmicas e, portanto, devem ser encaradas nesse nível.

4.1.4 Maria Daniela

D: Então, meu nome é Maria Daniela, tenho 47 anos, mãeconheira, translésbica, e minha vida assim, por uma questão muito óbvia, eu passei por muitas mudanças, muitas identificações e não identificações, né. Eu vim de uma família muito tradicional, muito conservadora, né, do Sul inclusive, Rio de Janeiro, Sudeste né, e família de militares, católica, eu estudei em colégio cristão, então assim, né, minha vida todinha foi determinada antes de eu nascer, né, aquela história... E quando eu comecei a ter minhas primeiras lembranças, minhas primeiras vivências, de autodescoberta, eu comecei a me identificar com padrões diferentes do que me impunham [...]com isso eu fui desenvolvendo como se fosse um cantinho a parte dentro de mim, que ninguém podia saber, um cantinho secreto, né. Com isso, eu passei a ter muita crise de personalidade, logo muito cedo, e também muita angústia que eu não sabia de onde é que vinha, muito cedo né, então assim, comecei a morfinar a vida, né, comecei a usar muito álcool... eu não sabia o que eu era na verdade, mas tentava me adequar, tentava me adequar, tentava me adequar...aí o tempo foi passando, veio segundo grau, faculdade, veio filhos né, e eu sempre tive um instinto maternal muito forte, né, a genitora das crianças é uma pessoa que também sempre saía de perto, né, dava a doida, ia viajar, ia simhora, deixava as crianças e eu sempre ficava com as crianças, né?! Em função disso fazia faculdade com 3 crianças pequenas em casa, morando dentro de periferia, né, morava em Dois Irmãos, naquelas comunidades ali atrás, né, uma casa que inclusive não era bem terminada e tal... lá em casa todo mundo usava drogas, eu, a genitora, né, os dois meninos, eram dois meninos e uma menina, a menina não usava não, mas os meninos usavam... Aí em 2009 esse meu filho desapareceu dentro do Detran, né, ele foi comprar crack, acabou se viciando em crack, né, foi comprar crack e levou uma corrente de prata que eu tinha, levou uma bicicleta e tal, pegou um trocado, 20 conto, aí chegou lá dentro ele foi comprar pedra aí o boqueiro botou matando as coisas que ele tinha né, aí pegou discutiu com o boqueiro, dentro do Detran logo, né, da favela do Detran, aí foi em outra boca, né, bateu boca com outro boqueiro também, inclusive brigou mesmo verbalmente, chamou de comédia então, num sei o que e tal, e foi na outra boca, quando chegou na outra boca o cara também botou matando, ele chamou o cara de 'comédia' também mas pegou as coisas pelo preço do cara, né, e foi usar as pedras com outra figura lá de dentro, depois disso ninguém mais viu ele, e ele desapareceu.

Maria Daniela (D), 47 anos, mulher branca, foi a última a ser entrevistada, lancei a ideia despretensiosamente quando ela ficou de pegar um material na minha casa, e ela prontamente aceitou, depois ressaltando a importância do convite e do espaço para o seu depoimento, enquanto mulher trans, na discussão do tema, por uma questão de reparação histórica dos espaços formais de produção de conhecimento com a população transgênera. Ela do meu lado no sofá e do seu outro lado estava sua companheira, com quem está sempre junta, quando

apresentei brevemente o projeto e a estrutura da entrevista que havia desenhado em formato de proposta aberta. Seu depoimento seguiu com pouquíssimas interrupções e com longos trechos de narrativa, fazendo um resgate histórico que resultou em cinco páginas transcritas apenas de apresentação, tendo sido a mais longa de todas e que, por conseguinte, mais difícil de ser resumida. Porém, busquei trazer acima os pontos que ela mais destacou em sua apresentação, visando uma compreensão mais próxima da realidade quando da análise dos seus discursos que seguirão nos próximos pontos.

Apesar de Maria Daniela trazer um volume grande de informações já na sua apresentação, destaco os que me chamaram mais atenção me provocando reflexões no nível ideológico. O primeiro discurso que gostaria de salientar é de cunho subversivo, desviante, pois ao se reconhecer particularmente como “mãeconheira” e “translésbica” ela rompe uma série de estigmas sociais, que agem justamente para nos classificar dentro de possibilidades muito restritas de identidades. Esse discurso se levanta contra um discurso sexista, transfóbico e preconceituoso, nos fazendo descobrir outras possibilidades de existência e mesmo promovendo a autodeterminação das atrizes sociais. Nesse momento, ela mostra que mães, maconheiras, transsexuais e lésbicas podem fazer política, nos fazendo questionar, então, quem não pode? Além disso, a partir do seu denso relato sobre a relação com a drogadição e a perda de um filho, o discurso sobre a precarização da vida urbana moderna associado ao “sucesso” de um discurso médico/farmacêutico, são trazidos como constatação de uma vida adoecida, especialmente quando vivida por uma mulher trans, que pouco ou nenhum apoio recebe ao longo da vida. Sobre esse ponto, destaco a associação que Maria Daniela faz entre a sua relação com uso de drogas e a “continuidade” desse uso pelos seus filhos, fazendo evidenciar um discurso baseado na moral e culpa cristã sobre a estrita responsabilidade das mães e pais sobre a criação e o desenvolvimento dos filhos.

4.1.5 Priscila

P: Eu sou Priscila Gadelha, sou filha de Risonete e Boanerges, sou psicóloga, redutora de danos, construo uma nova perspectiva da política de drogas no Brasil junto à Rede Nacional Feminista Antiproibicionista e aos coletivos nacionais antiproibicionistas, organizo em Recife a Marcha da Maconha há alguns anos e provooco a discussão sobre Redução de Danos e controle social junto à Escola de Redução de Danos, que a gente abriu recentemente, e estou nesse momento como Presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas de Pernambuco pelo Conselho Regional de Psicologia, acho que esse é o lugar que eu ocupo hoje na política de drogas no estado.

Priscila Gadelha (P), 39 anos, mulher branca, é uma das mais antigas do movimento feminista antiproibicionista, também fundadora da Renfa, que desenvolveu sua luta e articulação muito a partir da sua vivência na área da saúde. Nosso encontro aconteceu no seu consultório, bastante aconchegante, com direito a perfume no ar e pés descalços. A conversa foi bastante leve e regada a risadas, sua postura traz muita leveza e nos mostra uma nova forma de fazer Movimento Social. Para mim ela foi alguém fundamental para que eu pudesse me apropriar da militância, quando, após ser mãe, ela me disse há alguns anos: “não se culpe, o movimento social é no movimento da vida das mulheres”. Nesse momento ela tirou “um elefante das minhas costas”. Quando nos encontramos para a entrevista, ela ficou feliz por acreditar que estamos no começo do século e, portanto, com uma grande responsabilidade de fazer história.

Em sua apresentação transcrita acima, ela escolheu fazê-la em poucas palavras, o que, no entanto, não deixa de nos revelar alguns discursos que a orientam. O primeiro discurso que me chama atenção é bastante familiar à Sociologia, esta que nasce e se desenvolve sobretudo com uma perspectiva interdisciplinar. A fala de Priscila me remete a essa questão da interdisciplinaridade quando simboliza a sua atuação sobre o tema a partir da sua localização social em diferentes e correlacionadas frentes dessa luta, quais sejam, a área da psicologia, da Redução de Danos, dos feminismos e dos antiproibicionismos. A defesa desse tipo de abordagem para a compreensão dos problemas, enfrenta os discursos positivistas e proibicionistas que renegam abordagens biopsicosociais e interdisciplinares sobre o tema.

Por sua vez, quando da reivindicação do seu lugar enquanto Presidente estadual do Conselho de Política sobre drogas de Pernambuco, ela recorre a um argumento de autoridade que ajuda a legitimar sua atuação no campo, o que, no entanto, é feito com o cuidado da utilização do verbo “estar”, quando ela afirma que “estou ocupando...”, o que, então, sugere um discurso pela alternância de poder, que agrega muito peso no contexto nacional de intensa disputa política justamente por ser ela a ocupar esse cargo de prestígio atualmente. Aqui, me parece que nos deparamos com um certo ponto-chave, que é quando as mulheres de fato reivindicam esses espaços formais de poder para ampliar e reforçar a sua atuação em determinada área. Não que antes elas não estivessem ali, mas estavam de forma minimamente representada e, conseqüentemente, com pouquíssima visibilidade. A partir do momento em que se assume um cargo de representação, a perspectiva e orientação daquela mulher necessariamente influenciará as propostas e as tomadas de decisão em dado âmbito.

4.1.6 Tânia

T: Meu nome é Tânia Nascimento, eu sou moradora do Ibura, eu tenho 23 anos, faço pré-vestibular aqui na federal mesmo, sou filha de Maria Cláudia, mãe preta e solo, sou uma mulher preta e sapatão, favelada, componho o Ibura Mais Cultura⁶¹, a Renfa e o Slam da Praça⁶², sou poetisa marginal também, e é isso.

Tânia Nascimento (T), 23 anos, mulher negra, é uma das mais jovens, em idade, do grupo, o que não significa pouco acúmulo ou experiência quando o assunto é a proibição, sobretudo porque faz questão de ressaltar sua origem no bairro do Ibura, território de intensa repressão policial e estigmatização social. Entre as entrevistadas, também é com quem eu tive menos contato ao longo dos últimos anos, mas, por sorte, temos nos encontrados cada vez mais. Tive muito receio e insegurança até de propor a participação dela nessa pesquisa, pois a academia carrega muitas críticas no seu fazer científico, por vezes se apropriando de histórias e narrativas para produzir um conhecimento que não chega a beneficiar as verdadeiras protagonistas de tal realidade. No entanto, quando propus essa conversa para Tânia, ela topou de forma bastante disponível e interessada em construir esse trabalho com a gente. Nos encontramos no *campus* da universidade que ambas estudam e realizamos um encontro de certa forma intimista, apesar do espaço público em que nos encontrávamos. Para sua apresentação, Tânia foi bastante direta, percebi certa timidez em uma fala ou outra, ou talvez porque sua voz seja mais baixa mesmo, mas muita tranquilidade em conversar sobre o assunto.

Tânia me mostra de forma muito direta o que os feminismos têm tentado pregar ao longo dos anos, em particular o feminismo popular e o feminismo negro. Sua fala, simples, direta e objetiva, simboliza na prática o que o fazer científico tradicional ainda custa aceitar, que é justamente um discurso a partir dos saberes localizados em detrimento dos saberes formalizados que pode proporcionar uma efetiva compreensão do fenômeno observado. Todas as suas qualificações fogem ao senso comum do que é “bom” ou mais facilmente aceito

⁶¹ Coletivo Ibura Mais Cultura, que se apresenta como “a favela fazendo revolução”. Segue trecho da sua apresentação: “Levaremos educação para aqueles que necessitam do conhecimento. Levaremos esperança para aqueles que quase a perderam. Levaremos noções sociais para quem é aluno de escola que descarta a sociologia para impedir o povo periférico de ser um povo pensante. Levaremos atividades para manter nossa população afastada do foco do crime. Levaremos dignidade para aqueles que são tratados como menos, pela elite. Levaremos os principais instrumentos de trabalho social, a informação e a cultura. Chega de ser visto como antro de violência. Somos cidadãos de bem, de poucas oportunidades, que se transformarão em muitas. Estamos aqui para abrir as portas. Somos o IMC e esperamos contribuir para a melhoria da qualidade de vida de nossa gente”. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/iburamaiscultura/about/?ref=page_internal. Acessado em março/2020.

⁶² Slam da Praça, que se apresenta nos seguintes termos: “o Slam da Praça em Jaboatão dos Guararapes, idealizado em abril de 2018, itinerante, nasce da necessidade do resgate a nossa cultura, ao movimento da poesia marginal e periférica, pra dar voz as nossas histórias e combates nas nossas vivências nas favelas”. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/SDPPE/about/?ref=page_internal. Acessado em mar/2020.

socialmente, o reconhecimento enquanto mulher “preta e sapatão, favelada”, reforçado pela identificação de “poetisa marginal”, vai de confronto com o tipo ideal de mulher propagado na cultura patriarcal, que deve ficar em casa, casar, ter filhos, não pode ser favelada e, muito menos, artista. No entanto, Tânia usa esses adjetivos para reafirmar sua localização social, garantir que ela não seja invisibilizada ou esquecida, bem como para representar esses grupos que, historicamente, não estão inseridos na produção de conhecimento de forma autônoma pela academia e pela ciência. A partir desse discurso contra-hegemonico, que vem para rasgar estereótipos, ela mostra que tais adjetivos, embora venham para representar, não limitam a sua construção coletiva, possibilitando que, a partir dessa consciência, ela se mobilize em grupos que visam a valorização, autonomia e emancipação das periferias.

Finalizando essa análise, como não pude deixar de notar, a ênfase na identificação da sua mãe, “Maria Cláudia, mulher preta e solo”, que demonstra um sentimento de reparação e reconhecimento dessa mulher que indica ter sido fundamental para quem Tânia é hoje. O discurso restaurativo⁶³ ele se inflama a partir do reconhecimento dos danos de toda ordem (material, emocional, econômica, cultura etc.) sofrido por uma pessoa em situação de violência (física e/ou simbólica), comumente associado a um contexto de negação de direitos e abandono institucional, demonstrando um sentimento de fazer justiça frente à inércia dos mecanismos governamentais e à lenta transformação social.

4.2 A emergência das identidades (o eu e o outro do movimento antiproibicionista feminista de mulheres)

Como dito em algumas passagens desta dissertação, alguns elementos foram trazidos e explicados no segundo capítulo devido à importância desses elementos para compreensão do contexto em que emergem e se localizam as atrizes sociais que contribuíram diretamente para a realização dessa pesquisa.

Nesse momento, em que se busca identificar e analisar o conjunto das identidades que emanam dessas mulheres e, conseqüentemente, suas representações da realidade, algumas considerações precisam ser pontuadas. Em primeiro lugar é importante destacar a demarcação da identidade como elemento basilar do tripé formado por identidade, relação e crença para a

⁶³ Embora essa conceituação não tenha sido feita antes, os dados relevam coisas que não somos capazes de enxergar apenas com a teoria. Portanto, considerações a respeito serão feitas nas conclusões finais, sendo importante, agora, apenas uma breve exposição do seu significado. O discurso restaurativo remete ao conceito de Justiça Restaurativa, que significa a busca de um novo modelo de justiça criminal capaz de se preocupar menos com os prejuízos estatais decorrentes de um problema e se voltar de forma mais efetiva às pessoas envolvidas no conflito e aos danos a elas causados. (OLIVEIRA ; OLIVEIRA, 2018)

compreensão de determinado fenômeno, por ser este primeiro tema fundamental para a interpretação dos temas subsequentes.

Ainda preliminarmente, chamo atenção para algumas características oriundas da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), como o fato de novas organizações sociais se identificarem a partir de formas de vida. Essa questão é de particular importância porque expressa um dos pontos de encontro das identidades que carregam as companheiras entrevistadas. Explico, assim como a localização na hierarquia social, patriarcal e capitalista, influencia diretamente a nossa identificação enquanto atores e atrizes sociais, a nova forma de fazer movimento social anunciada pela TNMS, já bastante revolucionada, sobretudo pelos princípios e realizações das organizações de mulheres negras, também nos oferece outro ponto de confluência, qual seja, a identificação social a partir de estilos de vida.

Falar em “estilos de vida” para as mulheres negras ou para mulheres transexuais (assim como para grupos de mulheres contra-hegemônicos) não é a mesma coisa que falar em “estilos de vida” para mulheres brancas, haja vista as limitadas possibilidades sociais, fruto da intersecção das opressões, para as identidades desses grupos de mulheres se desenvolverem. No entanto, mesmo em condições de opressão e violação de direitos, que marcam a vida das pessoas pobres, negras e periféricas no Brasil, essas populações estabelecem e desenvolvem sua própria cultura e geram distintos grupos centrados em diferentes práticas sociais, culturais e políticas.

Dessa forma, é necessário passar pelo entendimento de que todas as atrizes sociais entrevistadas se encontram na Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (Renfa) e, portanto, compreender o que esse lugar social implica como ponto de partida para desvendar essas identidades. Assim, em consonância com as conceituações teóricas trazidas anteriormente, três pontos se destacam na formação de uma base sob a qual se desenvolvem essas identidades: 1. O Antiproibicionismo (luta antirracista, antipatriarcal, anticapitalista e alinhada aos princípios da Redução de Danos que nasce para bater de frente com o paradigma da proibição vigente); 2. Os feminismos, como projetos de vida e sociedade, preocupados com a situação em que todas as pessoas estão inseridas, especialmente as mulheres, com vistas a fortalecê-las, bem como suas lutas para autonomia e emancipação das mulheres, com o cuidado entre os pares, horizontalidade e autocrítica; 3. O lugar social da mulher, que remete à identidade progressivamente alargada, reinventada e ressignificada, cuja disputa ganha força a partir do momento em que as desigualdades entre as mulheres dão lugar a projetos e prioridades políticas que buscam contemplar a diversidade das suas experiências, onde se busca primeiro uma igualdade intragênero para se galgar uma igualdade entre gêneros.

Assim, considerando os marcadores observados que representam o lugar que essas atrizes sociais se inserem, passo a destacar os elementos que serão particularmente observados no tema da *identidade* para a composição dessa dimensão da pesquisa. Portanto, como o objeto de pesquisa é a compreensão acerca do feminismo antiproibicionista, serão buscados nos enunciados palavras que indiquem a demarcação acional e representacional do fenômeno, para, em seguida, passarmos à análise. Vejamos:

E: Eu fiz parte do movimento antiproibicionista a convite de uma coordenadora chamada Ingrid Farias, que me chamou pra participar no projeto Mulheres e Drogas... Mas aí é quando eu tomo conhecimento de toda essa movimentação da política de drogas né, porque também como eu fazia prostituição, porque agora eu não faço mais, me afastei. Mas também já fiz o uso de drogas, inclusive o uso de drogas abusivo. Eu sou usuária de cocaína, também já me envolvi com o crack, mas com uma certa cautela, nunca deixando o uso abusivo me tomar né, que eu sou uma pessoa que trabalho, que estudo, eu tô me formando agora, né, e sempre fui uma pessoa politizada. Então, eu no movimento antiproibicionista, eu fui mais uma monitora né, em passar um controle que não existe controle né, pra pessoas que fazem uso abusivo de droga e terem um espelho, uma boa imagem, uma referência pra sociedade, uma transexual que faz o uso mas que tem responsabilidade, né. E aí dentro do movimento antiproibicionista eu fui convidada pra fazer várias palestras nos Caps⁶⁴, falar sobre direitos humanos, cidadania, para mulheres transexuais, né, que fazem a prostituição e que muitas fazem o uso de droga e também de bebida alcoólica, porque estão na rua vulneráveis e têm que tá drogada. A violência é tanta porque só quem tá na noite é quem sabe. Então eu dentro do movimento sou uma multiplicadora da informação, em levar cidadania, direito pra população trans, que mulheres trans fazem muito uso de drogas, acho que 90% das mulheres trans fazem uso de drogas, então é mais uma referência dentro do feminismo mesmo.

Nas palavras de Estrela, ela se aproximou do movimento antiproibicionista por três fatores, por ser uma mulher trans, por ter trabalhado como prostituta e por ser usuária de drogas. Além das informações marcadamente relevantes para iniciar a exploração pelo universo antiproibicionista, buscamos evidenciar o que está nas entrelinhas do seu discurso. Um primeiro ponto que gostaria de destacar, é a forma como Estrela se aproxima do movimento antiproibicionista, qual seja, através do convite de uma das fundadoras da Renfa, Ingrid Farias, nome que também aparece em outras falas como veremos a frente. Essa situação aponta, para mim, dois detalhes cruciais para a configuração do cenário investigado, primeiro que o antiproibicionismo, no momento em que se encontrava, não chegou de forma espontânea à Estrela, indicando ser algo que não estava no seu dia-a-dia, tendo sido necessário, portanto, um convite para que ela conhecesse e se apropriasse do movimento que, por tudo que ela enumerou em seu discurso, é dela por direito. O segundo detalhe, que talvez ajude a entender o alcance da

⁶⁴ Centro de Atenção Psicossocial.

proposta antiproibicionista, é que tal aproximação aconteceu em virtude de um projeto social, fato que sinaliza certas delimitações de atuação, bem como diversificação da abrangência política e social, localizando a pauta antiproibicionista no rol de movimentos que interagem com redes de apoio (podendo ser nacionais e internacionais) que acreditam e subsidiam algumas ações nessa luta. Sendo, portanto, importante reconhecer que o financiamento da militância antiproibicionista viabilizou, na prática, a aproximação de uma mulher trans a compor os quadros da Renfa em Pernambuco⁶⁵, mas que também não seria possível se isso já não fosse uma preocupação da rede. De toda forma, esse ponto chama atenção porque parece fundamental a iniciativa assistencialista de entidades fomentadoras de projetos sociais para o desenvolvimento da causa.

Em outro momento, Estrela ressalta seu papel enquanto monitora do movimento antiproibicionista, independente do significado literal do substantivo empregado (*monitora*), a ideia é reforçar seu papel de referência para mulheres usuárias de drogas, para quem as ações da Renfa são majoritariamente direcionadas. Esse ponto é reforçado quando afirma, em sua apresentação, que “por muito tempo viveu na margem”, e que, apesar das limitações impostas pela estrutura social, faz o uso de drogas de forma responsável, assim como consegue conciliar com seus estudos e trabalho. Nesse ponto, pode-se notar um discurso genuinamente antiproibicionista direcionado à desmistificar o uso de drogas, bem como a transgeneridade e a prostituição (cuja população é extremamente afetada pela desregulamentação das drogas e pela política proibicionista como Estrela bem ressalta). Estrela, então, enaltece um discurso feminista, que se aproxima dos pressupostos do feminismo negro, a partir do seu compromisso com a população transgênera, sinalizando, inclusive, uma demarcação de espaço dentro dos feminismos.

Quanto à essa questão, podemos trazer para perto a fala de Maria Daniela, onde se lê:

D: O antiproibicionismo, pra mim, acho que ele tem uma conotação que vai além do legislativo, da legislação, né, porque eu não olho um sistema só como uma questão político-econômica-social, né, acho que vai além disso, a questão inclusive de... de... compreensão de gêneros. Por exemplo, minha vida todinha eu fui proibida de eu ser quem eu era, o que eu mais ouvi na minha família “é frango, veado, eu não gosto de veado, isso é coisa de gay”, o que eu mais ouvi na minha vida foi isso, né, então minha existência era proibida, inconscientemente eu passei minha vida no armário para não desapontar minha vovó, meu papai, minha mamãe, titio, titia, né, coleguinhas de escola que esperavam que eu fosse assim, que eu fosse assado.

⁶⁵ Apesar de em outros estados a Renfa contar com mulheres que são prostitutas e transexuais, algumas que inclusive foram fundadoras da organização.

Nessa passagem do depoimento de Maria Daniela, podemos verificar uma transposição dos elementos taxativos que fizeram Estrela se localizar no movimento antiproibicionista, ou seja, Maria Daniela traz uma leitura sobre o proibicionismo como um instrumento que impedia a existência dela. Pelo fato de Maria Daniela não se enquadrar nos padrões heteronormativos impostos pela sociedade (fortemente demarcado pelo interdiscurso “é frango, é veado...”), o que sinaliza que esses eventos marcaram incisivamente a sua vida por ter sido algo que, aparentemente, foi dito há décadas, mas que, no entanto, ela nunca esqueceu, ela consegue praticamente identificar os estigmas sociais que desabam sobre ela e os resgata para poder se apropriar desses estigmas, superá-los e então desenvolver a identidade que carrega hoje. Desta forma, a fala de Maria Daniela deixa subentendido que estar no movimento antiproibicionista é uma questão de sobrevivência, e se juntarmos a fala de Estrela na apresentação, com suas considerações iniciais sobre o movimento antiproibicionista, podemos afirmar com bastante segurança que, de fato, essa militância significa para elas uma forma de existência com dignidade.

O fato da proibição ser uma política que atinge incisivamente a vida das entrevistadas, é algo que influencia fortemente a identificação social dessas mulheres. Assim, poderíamos afirmar que a identidade não se constrói a partir da situação em si, mas da interpretação que se faz da situação, isto é, do discurso a partir do qual se interpreta o mundo, que, nesse caso, coloca essas mulheres do “mesmo lado” frente ao contexto desenhado, estimulando-as a se juntarem para enfrentar esse inimigo comum com mais força. Essa questão é percebida em todas as entrevistas analisadas, como podemos observar nos seguintes trechos:

F: É quando a gente faz um encontro nacional em 2016 e desse encontro nacional é quando nasce a Renfa, que é a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas, que a gente se junta pra discutir justamente sobre isso, sobre o antiproibicionismo, e é quando a gente sente a necessidade de fazer esse coletivo, a Renfa, porque o antiproibicionismo é uma pauta referente prioritariamente às mulheres. O antiproibicionismo, pra mim, é uma das formas da gente enfrentar e lutar pra existir simplesmente, porque resistir a gente já resiste o tempo todo, a gente sempre resistiu na vida, principalmente por ser mulher negra dentro da sociedade a gente já sempre resistiu e a gente luta pelo antiproibicionismo pra existir, que é uma pauta que acaba direcionada pra nós mulheres por todos os dados que a gente vê aí.

I: Então a pauta da legalização das drogas, na verdade, é uma pauta onde a gente tá correndo para poder garantir, porque a gente entende que é também a garantia da vida das pessoas, da vida especialmente das pessoas negras e pobres, então a gente luta hoje pela mudança da política de drogas para garantir a vida, não é para legalizar as drogas.

P: Na vida das mulheres acho que ela [a política de drogas] é determinante porque ela vai na vida das famílias como um todo, quer seja dos seus filhos,

dos seus maridos, quer seja com elas, que são elas que estão tomando hegemonicamente esse medicamento nos postos de saúde, são elas que estão diariamente tendo que lidar com os filhos que são mortos, né?! Recentemente a gente teve em Peixinhos⁶⁶ um caso de um jovem que ia ser assassinado por uma suposta milícia, suposto grupo de traficante, e a mãe se colocou na frente dele, morreu a mãe e morreu o filho, né?! Esse tipo de cena que a política de drogas afeta diariamente a vida das mulheres, são mulheres que perdem em vida as pessoas que ela convive, perdem a própria vida porque elas passam muitas vezes a usar uma série de medicamentos e deixam de entrar em contato com sensações porque a vida é extremamente dolorida, e passam a viver num cenário de extremo horror contínuo.

T: Eu acho que tipo, falando assim, da minha perspectiva, enquanto a minha militância, assim, antes de qualquer coisa é que os meus irmãos parem de morrer e de serem presos, sabe, porque foi como eu tava falando, o tráfico é um comércio e não dá para se esconder, sabe?!

Nessas passagens dos depoimentos das interlocutoras, conseguimos detectar perspectivas muito além da mera garantia de vida e sobrevivência apenas das mulheres, pois nesses trechos a vida que se visa proteger é “a vida da gente”, a “vida das pessoas”, a “vida das famílias”, a vida dos “meus irmãos”, a “vida das mulheres”, a “vida das pessoas negras” e a “vida das pessoas pobres”. Essas representações da sociedade apontam o porquê das mulheres entrevistadas estarem se levantando contra a norma posta, esse discurso que se levanta contra o famigerado genocídio da população negra, trata da questão da sobrevivência para determinados grupos sociais, aos quais elas pertencem e se reconhecem, remetendo, ainda, a um discurso da seletividade penal e judicial a ser superado.

As falas elencadas acima sinalizam uma postura dessas mulheres preocupadas com a parte esquecida da sociedade, não apenas direcionada à criminalização por elas sofrida, mas, sobretudo, consolidando evidentemente um discurso dos direitos humanos. Além disso, apesar de ser o que geralmente se espera de um grupo de militantes, não se pode dizer que a teoria sempre vira prática, mas nesse caso não tem como não virar, pois a prática significa o próprio exercício de estar viva. Na fala de Fran (F), logo de início é demarcado o encontro de várias pessoas em uma situação de violação de direitos semelhante à que ela se encontrava, fruto de um discurso que propaga a democracia racial e cega o senso comum frente do racismo estrutural, ajudando a perpetuá-lo, no qual a criminalização das drogas é sinônimo de criminalização da pobreza. Dessa convergência de percepções que nasce a Renfa, cuja comunhão visa não apenas “resistir”, mas, sobretudo, “existir”, e que muito mais do que a proteção da vida de grupos marginalizados e vulnerabilizados, a perspectiva se volta para as gerações futuras, que espera-se florescer em um terreno onde não haja mais guerra.

⁶⁶ Bairro periférico que faz a divisa entre Recife e Olinda.

No discurso empenhado por Ingrid, ela faz questão de pontuar que a sua luta é “para garantir a vida, não é para legalizar as drogas”, indo cirurgicamente em um ponto-chave da pauta antiproibicionista, qual seja, a legalização das drogas sob a égide da lógica capitalista, patriarcal e racista jamais será suficiente para conter as violências que hoje ela provoca e, portanto, não serve. Esse discurso visa valorizar a ideia de uma reparação histórica com a população mais afetada pela guerra às drogas, indicando ser indispensável pensar uma nova política de drogas sem um olhar atento para os danos causados por ela a serem reparados, sendo fundamental para essa luta a superação dos mecanismos de controle da população que hoje é feito através da aplicação da política de drogas, valorizando um discurso de liberdade e autonomia de fato, que também sublinha ideologias feministas.

Priscila, por sua vez, que trabalha diretamente na área de saúde, levanta uma questão crucial para compreender a dimensão das questões que envolvem a criação e aplicação da política de drogas proibicionista, chamando um ator importante para o debate: a indústria farmacêutica. Essa questão será mais discutida no próximo ponto, sobre *relações*, porém é muito peculiar a leitura que ela faz entre a drogadição medicamentosa pregada pela indústria, junto à medicina ocidental, e os efeitos disso na vida das mulheres, sob um discurso médico-científico e da saúde. Essa política de drogas, que cerceia a vida de pessoas de alguns grupos sociais, elege algumas substâncias para serem difundidas como “drogas perigosas” e estimula drogas prescritas de forma indiscriminada para a população, especialmente feminina, é a mesma que promove um discurso de ódio étnico, político e social.

A fala de Priscila encontra a de Tânia porque ambas visualizam uma violência dirigida teoricamente ao comércio de drogas ilícitas, sob o discurso da abstinência e da extirpação das “drogas perigosas”. Tânia, em sua fala trazida acima, estabelece uma relação entre as drogas criminalizadas, o tráfico de drogas e o discurso higienizador e gentrificador. Essa é a ideologia que tem tirado a vida de seus irmãos, seja prendendo, seja matando.

Ainda visando compreender as identidades que permeiam o feminismo antiproibicionista, pode-se destacar que a maioria das falas toca justamente na questão da *mulher* nesse quadro. Quando falam do que é ser mulher, manifestam-se sob os pilares do feminismo negro⁶⁷ e ainda da teoria *queer* (BUTLER, 2010), que ensinam que a identidade não

⁶⁷ É preciso ressaltar que, evidentemente, essa pesquisa não pode se aprofundar (bem como não era seu objetivo) sobre todas as correntes teóricas feministas existentes e em debate, então reconheço, de antemão, que é possível que outros feminismos tragam essa questão da identidade *mulher* de forma mais incisiva e como preocupação principal, pois existem vários grupos que até hoje lutam para serem reconhecidos e respeitados no mesmo patamar de direitos e garantias que as mulheres brancas hegemonicamente conquistaram ao longo da história ocidental (e houve ainda a época em que a mulher branca era considerada sujeito de direito, quando a discussão ainda era outra, que se faz impossível agora por terem marcos sociais autoexcludentes).

tem que conformar uma unidade, pois a unidade, como Collins (1997) defende, vem da localização social que atravessa a vida de determinadas pessoas. Sobre isso, vemos os seguintes depoimentos:

P: A Renfa também se coloca como uma rede de mulheres que não precisam se definir com seu sexo biológico enquanto mulheres, então são mulheres, sejam elas como forem, se se reconhecem como mulheres, é o seu espaço. Mulheres usuárias de drogas é o seu espaço, que geralmente são mulheres dissidentes, que questionam, que não aceitam o modelo posto, e esse é um lugar antiproibicionista, de construir um outro jeito, porque o que tá aí não tá dando certo pra ninguém.

D: O antiproibicionismo ele atravessa a vida das mulheres desde o nascer, desde que elas nascem, né?! E a mulher é penalizada ao longo da vida inteira, seja mulher cis ou mulher trans, né, a mulher cis inclusive é botada como reprodutora, né, ela tem que ficar tomando conta da casa, não pode por exemplo ter sonhos profissionais, carreira, nada... Com relação às mulheres trans isso aí eu nem digo nada, se eles pudessem tocavam fogo em tudinho, só serviria pro sexo recreativo, nem pro reprodutivo não serviriam... Então quando a gente vê a ausência do Estado nessas populações, a ausência do Estado na equidade de gênero, empurra essa população todo dia pro tráfico de drogas, né, pra prostituição, pra criminalidade. Então o proibicionismo ele rasga a vida das mulheres desde a nascença, e você verifica isso inclusive tanto com o crescimento da população carcerária feminina cisgênera, como também pelo surgimento da população carcerária transfeminina, transgênera.

D: É como eu tava dizendo, né, o proibicionismo é algo que dilacera a vida das mulheres desde o nascimento, né, inclusive assim eu acho FODA (ênfase) a população intersexual que nasce e mãe diz logo assim “en-en, corta esse aqui porque é mais fácil deixar o outro” ou “costura e deixa o outro”, então assim essas coisas já vão se inserindo na nossa vida mesmo na questão do gênero... Então o cenário não é favorável, já foi muito pior, hoje em dia ainda é horrível, e tem taxas de feminicídios alarmantes, o feminicídio só cresce né, e quando eu falo feminicídio é cisfeminicídio e o transfeminicídio, vamos acabar com esse negócio de feminismo ser só cis, né, isso é o proibicionismo, viu?!

F: E aí eu passo a ir ativamente em 2010 para as reuniões da Marcha, que é quando já tinha também algumas outras mulheres, mas no início era majoritariamente por homens, e que a pauta da discussão deles era muito isso, a legalização pra mim usar, pra mim fumar. E aí, quando eu passo a conhecer as mulheres que estavam indo pra essa construção da reunião, que na época era Ingrid Farias, Pri Gadelha, Anamaria, que vinha com outro discurso que é o que eu me identificava, e realmente, de fato, quando as mulheres passam a estar frequentando a Marcha da Maconha elas que levam esse debate, em relação a gênero, em relação à classe, que faz esse discurso de que a gente precisa legalizar as drogas porque nossos irmãos estão morrendo.

Todos esses trechos dos enunciados das interlocutoras, de alguma forma, afirmam um discurso antissexista que carrega o movimento antiproibicionista. No primeiro depoimento, de Priscila, percebe-se uma preocupação em valorizar o respeito às escolhas, quando se lê “uma rede de mulheres que não precisam se definir com seu sexo biológico” pode-se entender que o

exercício da liberdade é o que vai importar para possibilitar, ao menos, um primeiro passo rumo à identificação com o movimento antiproibicionista, promovendo, inclusive, um discurso identificacional. Embora em seguida aponte-se, taxativamente, a identidade que carrega o movimento antiproibicionista de mulheres, “mulheres usuárias de drogas é o seu espaço”, em ato contínuo se propõe algo além disso, ao sugerir que, de forma mais ampla, são mulheres que não coadunam com a norma posta, sendo pessoas “dissidentes, que questionam”, e essa característica pode abranger um número muito maior de mulheres do que as usuárias de drogas, porém, se é feita uma leitura de que todas as pessoas usam algum tipo de droga, lícita ou ilícita, a questão das drogas é uma questão de todas as mulheres. Além disso, a própria política de drogas atinge todos os grupos sociais de diferentes formas, então deve ser problematizada por toda a sociedade, como uma responsabilidade conjunta que tem sido tratada de forma equivocada provocando muitos danos sociais.

Nas falas seguintes de Daniela, por sua vez, se reafirma que a opressão na hierarquia social que faz com que essas mulheres se encontrem e se identifiquem na resistência dessa causa, ou seja, mulheres que percebem a violência do proibicionismo que, de uma forma ou de outra, “atravessa, rasga e penaliza” a vida de todas as mulheres. Sendo assim, pode-se afirmar que o discurso antiproibicionista que emerge dos relatos é compreendido como algo mais amplo do que, propriamente, a questão das drogas. O antiproibicionismo, aqui, se revela como um discurso que constrói equivalências entre as diferentes proibições, “algo que dilacera a vida das mulheres desde o nascimento”, perspectiva crucial para desvendar a construção de uma identidade antiproibicionista, que evidencia a distância de outros grupos, cujos discursos ficam restritos à proibição das drogas, de uma postura antiproibicionista. Neste ponto, pode-se perceber que as ideologias feministas que subjazem os discursos dessas mulheres é o que permite que elas compreendam a proibição de forma tão ampla, que fica facilmente percebida quando se trata das drogas, mas que possui ligações intrínsecas com as proibições históricas, como mecanismo de opressão, que todas as mulheres até hoje sofrem (como já dito, de diferentes formas).

No trecho seguinte, Maria Daniela exemplifica sua afirmação ao trazer a realidade da população interssexual, popularmente conhecida por hermafrodita, que no nascimento é, comumente, mutilada para se adequar a um sexo ou outro, justificado a partir de um discurso cristão defensor da binaridade. Ao considerar que essa questão deve ser uma pauta encarada pelo feminismo hegemônico que, a princípio, parece não ter se preocupado com isso, a organização de mulheres transexuais e travestis promove esse tensionamento, que ganha força com o movimento antiproibicionista, para que dentre os pares se abra espaço para debater essa

realidade. De forma categórica, Maria Daniela mostra como não se pode mais pensar um feminismo voltado para a hegemonia (para os problemas das mulheres cis, brancas e héteros), mas voltado para a igualdade entre todas as mulheres e a superação das desigualdades de gênero nos espaços políticos e na sociedade como um todo. Esse discurso é muito importante para perceber como a Renfa prioriza esse debate, considerando-o no mesmo patamar de importância de todos os outros já trazidos, sinalizando uma intersecção entre a ideologia do feminismo negro e do feminismo popular, mas com potencialidade para congregar todas as mulheres dos mais diversos grupos sociais e suas demandas.

A fala de Fran, por sua vez, vem mostrar como é rica a organização de mulheres para a evolução da política de drogas e do paradigma antiproibicionista. Ela ressalta que, antes da intervenção das mulheres, de bases populares e feministas, questões importantes como as exemplificadas acima, que dizem respeito à gênero, classe e raça, o próprio discurso interseccional, eram renegadas e a proposta girava em torno da legalização da maconha para consumo e satisfação própria, não pelo fato de ser uma política genocida e que traz inúmeros prejuízos sociais, culturais e econômicos, calçados em um discurso legalista/reformista, até conservador, e classista. E continuam:

T: Tipo, isso é a coisa mais estúpida que existe, tá ligado?! Porque tipo, mulheres fumam cigarro, mulheres tomam café, sabe? mulheres usam batom, mulheres usam bermuda e mulheres podem fumar maconha! Tá ligado?! Falo maconha porque é o mais acessível para a gente que é da favela, e se a gente for abranger um pouco mais até crack, a cola, sabe? o álcool. Então tipo, isso é tudo uma estupidez. Eu paro pra pensar assim, porra, já é difícil para todo mundo que é pobre, pra todo mundo que é preto, assim, e quando você é uma mulher preta tipo pobre, o povo fica mais nojento.

T: Porque tipo, tudo no nosso corpo é uma grande problemática, né, tudo que a gente vai fazer é uma grande problemática, assim. Eu acredito que o antiproibicionismo ele não é só por conta das drogas, sabe?! É tipo, eu ser uma mulher e tipo não performar feminilidade e isso ser tranquilo para a sociedade, sabe?! e tipo eu não entendia isso, tá ligado, que tipo eu podia, sabe?! tipo o meu corpo, tipo, ele tinha esse direito, saca?!

P: E aí falando enquanto Renfa, quando ela se reúne em um grupo de mulheres oprimidas a partir do machismo presente nos grupos da marcha da maconha, que sentiam uma necessidade de falar e aprofundar mais o debate, resolvem se encontrar para dizer “eita, eu sofro isso”. Aquilo que o feminismo faz, quando a gente se encontra a gente vê que a gente sofre a mesma coisa, né, e faz, e acontece isso no Rio, acontece em Recife, acontece no Ceará, na Bahia... a mesma coisa? É, a mesma coisa! Então a gente precisa assumir, mas assumir dizendo somos mulheres.

A primeira fala de Tânia reforça as perspectivas acima mencionadas, na qual o antiproibicionismo inadmita a possibilidade de limitar a compreensão do que é ser mulher.

Corroborar, ainda, com outras questões já suscitadas, valorizando o discurso feminista sobre o direito à liberdade e à autonomia do próprio corpo, ressaltando as variáveis que influenciam como esse proibicionismo vai cruzar a vida de algumas mulheres, cujo discurso remete claramente ao feminismo negro e interseccional, pois se algumas mulheres ficam no lugar de submissas e incapazes, outras, sequer, têm o direito de existir, no caso da mulher negra e pobre. Inclusive, nesse ponto, Tânia faz questão de empregar a palavra “nojenta” para se referir à situação referente ao tratamento social dispensado a essas pessoas, ou seja, não se manifesta com raiva, com pena ou tristeza, mas com asco, ilustrando como, de fato, não parece que essas mulheres vão permitir a perpetuação dessa dinâmica.

Em seu comentário seguinte, Tânia retoma o discurso proibicionista sobre o controle dos nossos corpos, de ideologia machista, em que “tudo no nosso corpo é uma grande problemática”, o que me sugere que o nosso corpo é a própria problemática, como se ele fosse público e, portanto, passível de tutela e regras a serem impostas pelo Estado e corroboradas pela sociedade, a partir de perspectivas hierárquicas e descontextualizadas. A partir do momento que uma pessoa ultrapassa a barreira da binariedade do gênero, ela é uma *outsider*, e, portanto, uma pessoa desviante do padrão em que deveria se encaixar, desvirtuando as regras formais e sociais postas, não podendo, portanto, servir de exemplo para que outras pessoas possam se reconhecer nessa “ideologia do desvio”.

A sua fala mostra, ainda, tamanha crueldade do proibicionismo, que faz com que as mulheres não se empoderem dos seus próprios corpos, quando Tânia expressa que não tinha consciência do seu direito (“e tipo eu não entendia isso, tá ligado, que tipo eu podia, sabe?! tipo o meu corpo, tipo, ele tinha esse direito, saca?!”), porque para ela, assim como para o senso comum, é uma discussão que não chega, que é proibida, a educação sobre liberdade e autonomia é proibida, deixando nossos pais (como pode-se ler no intertexto trazido na fala de Daniela, “aí vem a mãe e en-en, corta esse aqui porque é mais fácil deixar o outro...”) com possibilidades razoavelmente limitadas de escolhas em virtude da falta de conhecimento, da completa nebulosidade que cerca o assunto, afinal o discurso proibicionista não deixa se perceber o uso de drogas como uma questão sobre direitos, inclusive de dispor sobre o próprio corpo e consciência. Isso, portanto, reforça o fundamento antiproibicionista calcado no discurso sobre liberdade e autonomia das pessoas, cuja identidade que emerge reinterpreta e transforma o lugar social imposto às mulheres, evidenciando direitos a elas inerentes em oposição a um discurso do senso comum.

Assim, a fala de Priscila finaliza essa parte remetendo, de forma mais específica, ao discurso da teoria feminista negra (COLLINS, 2016), quando verifica que da reunião de

“mulheres oprimidas a partir do machismo presente na Marcha da Maconha” surge a proposta que vai desembocar na Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas. O que essas mulheres fizeram foi apontar questões antes renegadas, nos debates que aconteciam na organização da Marcha da Maconha, para aprofundá-las e ultrapassá-las empenhando um olhar que nasce da experiência dessas pessoas enquanto mulheres sobreviventes da política proibicionista, permitindo emergir um discurso decolonial⁶⁸ e do feminismo negro que valoriza as realidades locais para compreensão dos fenômenos sociais.

Por fim, conseguimos revelar e identificar alguns elementos sobre a identidade antiproibicionista a partir das identidades compreendidas e vividas que perfazem esse grupo de mulheres, que podem ser resumidas, mais uma vez, através das palavras das próprias interlocutoras:

I: Acho que foi durante muito tempo, foi difícil fazer com que alguns grupos, especialmente o grupo de homens héteros, brancos, privilegiados, que construíam o espaço e a reflexão sobre a mudança da política de drogas no Brasil, fazer com que esse grupo entendesse a urgência e a necessidade do protagonismo das pautas antirracistas, feministas e abolicionistas penais dentro do processo da descriminalização e da mudança da lei de drogas fosse muito importante. Então foi a partir da chegada desses grupos, grupos de pessoas de periferia, de mulheres usuárias de drogas, de pessoas negras, que a gente consegue se organizar no sentido de disputar o movimento antiproibicionista e de agregar pautas como reflexão de racismo, reflexão de sexismo, reflexão de LGBTfobia, que a gente já teve muitos casos na construção dos processos das Marchas e dos espaços da política de drogas no Brasil.

I: Então quando a política de drogas começa a ser tratada no Brasil a partir de outra perspectiva, que aí eu demarco muito a perspectiva da política de saúde mental e da perspectiva da política de redução de danos no Brasil, é que a gente começa a ter algumas mulheres inclusive protagonistas desse processo de disputa da redução de danos, da construção de alternativa para cuidar das pessoas que usam drogas, mas não enquanto mulheres que se reivindicavam nesse lugar social de usuárias de drogas... Então no Rio, Pernambuco, na Bahia, no Ceará, no Piauí a gente tem algumas mobilizações de mulheres usuárias de drogas, que em sua maioria eram organizadoras de Marcha da Maconha, eram redutoras de danos nos programas de redução de danos, né, e atuavam na perspectiva da luta antirracista.

F: Então eu além de fazer esse enfrentamento pra mim, é um dos princípios que eu sempre quis da luta antiproibicionista, é tá levando formação pra essas mulheres que detém os seus direitos, né, que não tem conhecimento dos seus direitos.

⁶⁸ A perspectiva decolonial problematiza a colonização enquanto o lado obscuro da modernidade (como contínuo poder sobre os corpos) e o conhecimento enquanto instrumento de dominação. Neste sentido, propõe-se realizar um movimento de emancipação, liberação e descolonização do pensamento desmaterializando formas e conceitos hegemônicos e ressignificando-os a partir da inversão do lugar de quem diz. Sobre o assunto cf. MIGNOLO, 2010. A explanação teórica do capítulo 2 desta dissertação não foi capaz de alcançar tudo que os enunciados puderam revelar, ficando tais considerações e respectivas justificativas para as considerações finais deste trabalho.

Então, a partir dessas últimas considerações, pode-se demarcar os pontos inegociáveis e prioritários da identidade antiproibicionista encabeçada pela Renfa, que reflete nas identidades por essas mulheres investidas e que carregam uma ideologia subjacente, quais sejam, feministas, antirracistas, antissexistas, abolicionistas penal, periféricas, usuárias de drogas, negras, redutoras de danos, educadoras sociais e ativistas. Então, o discurso antiproibicionista não só leva em consideração essas identidades como, e sobretudo, é construído a partir dessas identificações como leituras da realidade observada. Neste sentido, é importante ressaltar que essa(s) identidade(s) antiproibicionista também é demarcada como fruto de uma intensa e longa construção coletiva, cujo discurso valoriza esse processo histórico, não só em nível regional, como nacional e internacional também, tanto do diálogo com os grupos mistos que pautam a descriminalização das drogas, quanto com movimentos feministas e espaços progressistas.

Cada identidade encampada segue uma lógica de reconhecimento do espaço em que se está inserido, do auto reconhecimento naquele contexto, de identificação dos discursos semelhantes e antagônicos que se evidenciam naquele núcleo e de tomada de posição consciente do discurso que se quer adotar. Portanto, ao evidenciar um discurso pela interseccionalidade das pautas, pode-se notar que os fatores sociais agregados à experiência de cada atriz social devem sempre vir correlacionados e interpretados a partir de todos os outros fatores que a estão influenciando, seja para o acontecimento de um fato ou de uma ideia, seja para a estruturação ou deslegitimação de uma política. O que elas querem dizer é que esse movimento só será possível com a superação do discurso cristão da binariedade do gênero e do sexo, com a aproximação dos princípios da horizontalidade e igualdade para que as pessoas que sofrem de forma mais direta os reflexos dessa guerra (mulheres, pessoas que moram em periferias, pessoas negras, pessoas presas, pessoas empobrecidas e pessoas usuárias de drogas), atrelada à perspectiva da redução de danos, da educação social e do ativismo, para promover um discurso dos direitos humanos.

Os discursos que foram identificados acima, portanto, ajudam a compreender uma identidade antiproibicionista, de forma objetiva, formada a partir do lugar de reivindicação de uma identidade ativa às pessoas que usam drogas, do reconhecimento da localização social dos indivíduos, da necessidade de integração das pautas e da defesa de uma realidade que não mais violente ninguém.

4.3 O Desenvolvimento das Relações (*com a rede e com os opositores*)

Para a continuação da análise de forma coerente e com base nos pressupostos anteriormente discutidos, da ACD (FAIRCLOUGH, 2001) e da AFCD (LAZAR, 2004), faz-se importante lançar um olhar sobre as *relações* que emanam do discurso das interlocutoras no presente trabalho. Considera-se, para tanto, que esse tema pode ser entendido como um desdobramento do tema das *identidades*, pois assim como a identidade é fundamentalmente relacional, como efeito do discurso que se constitui no interdiscurso, ela também gera efeitos relacionais instantâneos. Isto significa que a identificação social ao ser externalizada corrobora, necessariamente, com um contexto ou grupo, que pode ser entendido como *rede*, ao passo que se contrapõe a outros ideais ou grupos, nomeadamente *opositores*, cativando, além de identidades, relações a partir de suas representações da realidade (MELO, 2018).

Como visto, “as relações sociais são formadas através dos e nos conflitos políticos” (MUTZENBERG, 2002), e a ativação da prática da interação relacional entre os atores permite a produção de uma identidade coletiva. Neste sentido, considera-se que o discurso, como prática política, estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as identidades coletivas (FAIRCLOUGH, 2001), sendo nosso objetivo, para este momento, evidenciar as relações que estão estabelecidas a partir dos depoimentos das interlocutoras.

Apesar das variadas relações a seguir identificadas, e como a proposta de análise é subjetiva, ressalta-se que não foi vislumbrado quantificar as diferentes relações que foram mencionadas nos discursos das companheiras. Sendo assim, optei por destacar as relações mais presentes nas falas (ou seja, que aparece pelo menos na metade das entrevistas) ou que representam um desvio padrão significativo (ou seja, uma relação que emergiu na fala de apenas uma das entrevistadas).

Para começar a levantar as questões deste tópico, aproveitando a provocação feita no início deste capítulo, escolho iniciar com a problematização acerca do próprio nome que o movimento carrega, *antiproibicionismo*, que, de forma direta e objetiva, se relaciona com um fenômeno já amplamente empregado e debatido, qual seja, o proibicionismo. O *Anti-proibicionismo*, portanto, se estrutura e se desenvolve evidentemente a partir da negação do proibicionismo, cuja ordem do discurso pretende-se identificar a partir das palavras das colaboradoras que, de forma geral, carregam as seguintes concepções:

I: A política antidrogas ela é, na verdade, pautada no modelo histórico que o país tem em fazer o controle institucional dos corpos, né. Em 1800 a gente tinha a política institucional da escravidão, que era uma política que controlava e matava os corpos das pessoas, especialmente as mulheres. Depois

da política de escravidão, né, após a abolição da escravidão, a gente tem as políticas eugenistas, que são políticas estabelecidas a partir do estado para categorizar e colocar questões acerca do povo negro e do seu fenótipo, do seu biotipo e dessa sua relação com questões de marginalidade e violência. Então a gente viveu um momento pós-escravidão de políticas eugenistas, né, políticas de separação de grupos sociais, e a gente vivência hoje, na verdade, a política de drogas como a reedição da política de escravidão e da política da eugenia, porque a política de drogas hoje, no Brasil, é o único motivo institucional que autoriza que a polícia entre nas favelas, entre na casa das pessoas sem mandado.

I: A gente tem várias políticas hoje, não só a política de drogas, mas a política que impede as mulheres de fazer aborto, a política que medicaliza as mulheres, a política que coloca nos hospitais psiquiátrico AINDA (ênfase) as pessoas que tem problemas de saúde mental, então essas políticas de controle elas são políticas que precisam estar estabelecidas a partir da Constituição brasileira e a partir do direito à autonomia.

Ingrid, primeiramente, faz uma progressão bastante contextualizada do que é o proibicionismo que culmina na política antidrogas em vigor, permitindo emergir um discurso historicista que ajuda a explicar a atualização dos mecanismos formais de controle, pelo Estado, de pessoas e grupos sociais contra-hegemônicos e minorias políticas. A partir de um discurso crítico e de bases decoloniais, ela expõe a ideologia proibicionista como um movimento que criminaliza as existências, histórias, culturas e liberdades daquelas populações, tendo como objetivo claro a promoção do etnocentrismo com a separação da sociedade por grupos e a valorização de um em detrimento do apagamento da história e da identidade do outro.

Nesse momento é enfatizado, inclusive, o particular prejuízo sofrido pelas mulheres negras à época da escravidão e das políticas eugenistas e que, com a aplicação das políticas de drogas, continuam sendo as mais afetadas. Ao abrir o leque das normas proibicionistas, Ingrid evidencia o aborto, a medicalização e a internação psiquiátrica/compulsória que historicamente têm por objetivo cercear os direitos de todas as mulheres, empurrando os corpos, que ousassem ser livres, para espaços de isolamento e abandono, como os hospitais psiquiátricos. Nesse ponto, o discurso antiproibicionista se propõe a desacreditar as normas proibicionistas como um todo, mostrando como elas estão até hoje interligadas, sendo assim, não se pode falar em extinguir uma proibição específica, mas tão somente em acabar com a lógica proibicionista que legitima ao Estado a tutela sobre determinados indivíduos.

A fala de Tânia complementa:

T: Eu acho que, tipo, [o proibicionismo] chega pra matar, sabe?! Porque a partir do momento que um comércio ele é marginalizado dessa forma, porque o tráfico é um comércio, então não tem como a gente esconder um comércio, então a partir do momento que os policiais eles facilitam essas drogas entrarem nas nossas comunidades, facilitam armas, porque, tipo, geralmente os meninos da loja, que é a boca, ta ligado?! Têm colete! Como é que os meninos têm

colete? Como é que os meninos têm arma? Se todo dia uma baratinha⁶⁹ entra de manhã dentro da boca, fala com os pirraias e sai. E depois eles vêm como se nada, como se nada e não permitem que nossos corpos usem da maconha enquanto um monte de pleiba⁷⁰ fuma uma coisinha na torre, tá ligado?! E tipo, é muito foda porque isso barra as crianças também, tipo a gente não pode fumar uma coisinha na frente das crianças, sabe?! tipo eu acho uma besteira, enquanto a galera fuma cigarro com as crianças no colo, sabe?! Tipo, as mães não podem fumar uma coisinha com seus filhos porque a comunidade vai ficar com raiva, porque maconha não é uma coisa certa, porque a polícia chega lá para tirar as nossas vidas por conta da maconha.

T: É, tipo, quando os caras vão na loja eles não precisam levar os filhos, porque tem sempre uma mulher para ficar com os pirraia, né. E as (*inaudível*) lá na favela, geralmente, elas não têm com quem deixar os pirraia, porque tipo, “quem pariu Mateus que o balance”, tá ligado?! Então, tipo, para elas irem na loja, se elas quiserem fumar uma coisinha, elas não podem levar o filho delas pra fumar uma coisinha, porque senão os próprios meninos da loja agridem elas fisicamente, tá ligado, por conta desse rolê⁷¹ da proibição, tipo tudo bem você ser mulher de bandido, o que você não pode é traficar, tá ligado?

F: A política de drogas que é implementada hoje no Brasil e uma política que reforça toda essa opressão de gênero, de raça, que faz atingir prioritariamente a nós mulheres negras.

F: Então a partir daí, antes disso, desse estupro, eu já tinha tido já várias violências policiais, né, de baculejo, de tapa, porque ali era uma praça de skate na época, que fica ali na Caxangá⁷², então já tinha muito essa presença da polícia, porque realmente também era um espaço de uso. E aí, isso dessa tentativa minha do estupro, me fez com que eu me questionasse mais ainda, por eu tá ali naquele território, por eu tá fumando, tanto por eu tá sendo vítima da polícia, vários amigos meus já sendo presos, outros sendo mortos, também porque faziam parte do tráfico. E quando eu tive realmente essa tentativa de estupro, que eu tive essa estigmatização, que passou no jornal e tudo, eu fiquei me questionando do por que a maconha era proibida.

Tânia, talvez pela idade, talvez pela localização social, coloca já de forma mais contundente e específica os danos do proibicionismo que tocam sua vida, qual seja, “chega pra matar”. Tal afirmação é muito incisiva, ao passo que sinaliza uma explicação bastante consistente do que acontece ao redor desta interlocutora, e de que forma a morte dos seus iguais se relaciona com esse projeto maior de sociedade que é o proibicionismo. A proibição, também, empurra um comércio de drogas (hoje ilícitas, por isso recebe o nome tráfico) para a clandestinidade e marginalidade, empurrando juntamente todo o universo que o cerca. Neste sentido, ela visualiza diferentes ações e omissões do Estado executadas para manutenção dessa realidade, ou seja, é a partir das relações estabelecidas com agentes do Estado que o tráfico

⁶⁹ Um agente das forças policiais do estado disfarçado.

⁷⁰ Pleiba é abreviação de *playboy*, que significa jovem classe média e, via de regra, branco.

⁷¹ Rolê como “história” ou “questão”.

⁷² Bairro na zona oeste da cidade do Recife – PE.

sobrevive. É exatamente na relação direta entre comunidades que vivem na periferia (Tânia enfatiza ser moradora do Ibura) e agentes do Estado, que se exprime a violência mais contundente sobre a liberdade das moradoras e moradores de lá, influenciando diretamente na dinâmica da comunidade, que, por sua vez, reproduz lógicas de poder classistas, racistas e machistas. Nesse ponto, o discurso proibicionista compreendido por Tânia consegue atingir várias situações e contextos em que ela está inserida, ajudando a defini-lo como uma ideologia multifacetada, que age sobre a economia, sobre a cultura e, conseqüentemente, sobre sociedade nas mesmas proporções.

O último depoimento de Fran, colacionado acima, reforça a questão da violência generalizada que desaba sobre ela enquanto mulher usuária de drogas, mas foi trazido, principalmente, para tentar demonstrar como o proibicionismo mexe com a consciência das pessoas, ocupando esse lugar da tradição⁷³. Digo isso, porque, a interlocutora em questão reconhece a presença policial em uma praça próxima à sua casa porque, em suas palavras, “realmente também era um espaço de uso”. Essa fala permite identificar um intertexto proibicionista que explica, para ela, a dinâmica social naquele espaço, nos mostrando como a ideologia proibicionista já fez marcas fortes na nossa cultura das quais é difícil se desvencilhar. Fran, neste sentido, reforça essa perspectiva em seguida quando destaca “outros [amigos] sendo mortos, também porque faziam parte do tráfico”, o que, embora possa literalmente corresponder à sua realidade, representa uma lógica que é a base do discurso proibicionista para fazer dura repressão nas periferias e favelas, vitimando, comumente, muito além das pessoas diretamente envolvidas no comércio do tráfico, mas moradores e moradoras das comunidades sitiadas.

Ainda sobre esses relatos, Tânia abre a ferida de outra face do proibicionismo, qual seja, a seletividade policial, ao descrever episódios em que alguns grupos (os “pleiba”) fazem uso de drogas ilícitas sem que a repressão estatal recaia sobre eles, enquanto que, para outros grupos sociais, o uso dessas mesmas substâncias não é apenas inadmissível, mas é, sobretudo, responsável pela interrupção das suas vidas (a partir do cerceamento da liberdade, seja simbólica, seja através do encarceramento, seja através do homicídio, muitas vezes de todos progressivamente). Ainda neste contexto, pode-se identificar o discurso do racismo institucional⁷⁴ que, no caso, atua a partir da criminalização de territórios, à qual escapa o bairro

⁷³ Sobre a tradição, e porque coloco o proibicionismo neste lugar, chamo atenção porque Hanna Arendt (2009) especula que ela ocupa um lugar na nossa consciência (cultural) por sua força coerciva que não permite que a abandonemos completamente, permanecendo sempre algo dela na nossa natureza. Arendt (2009, p. 53) considera, ainda, que “as vezes parece que esse poder das noções e categorias cediças e puídas torna-se mais tirânico à medida que a tradição perde sua força viva e se distancia a memória de seu início”.

⁷⁴ Racismo institucional, no caso, da própria polícia, como fenômeno que acontece com o desenvolvimento e a atuação das instituições na produção e reprodução do racismo na sociedade. Sobre o assunto cf. VAN DIJK, 2006.

da Torre, no exemplo de Tânia, usado para representar os bairros de classe média que são protegidos pelo Estado em detrimento da opressão dos grupos marginalizados, que não são vistos como parte integrante da sociedade e, portanto, inaptos a receber atenção pública e política sobre suas necessidades.

Toda essa estrutura da proibição, baseada numa lógica branca e patriarcal, evidentemente vai promover uma consequência mais específica sobre o *outro do outro* (KILOMBA, 2012). Sobre isso, atesta Tânia, em seu depoimento, que são as mulheres negras que vivem nas periferias e têm necessidade de fazer o uso de alguma droga ilícita as mais atingidas, ou seja, além da proibição cortar a vida delas através da seletividade policial e através da criminalização das periferias, também as ataca através dos homens moradores de periferia, em sua maioria negros e pobres, assim como elas, mas que se entendem no lugar de poder em relação à elas pelo fato de estarmos sob a égide de uma ordem na qual a mulher é o último ente a alcançar dignidade. Sendo assim, o discurso proibicionista, como filho de uma sociedade patriarcal, não pode se dissociar do discurso machista.

Na verdade, a questão das mulheres serem a parte mais afetada da política da proibição é recorrente nas falas de todas as interlocutoras, sendo um forte ponto de encontro entre suas concepções de proibicionismo. Sobre isso, explica Fran de forma didática e ilustrativa:

F: Como eu disse, a política de drogas atual, ela reforça essa opressão, né, do racismo, questão de classe, de gênero, e isso atinge nós tanto pelo lugar que estamos, quando a gente vê esse número do encarceramento em massa que tá, é tanto porque nós estamos nessa ponta do tráfico, mesmo né?! Sendo aviãozinho, as mulheres que levam dinheirinho, a gente sempre tá na ponta do tráfico, ou porque a gente escolhe mesmo como opção de renda, né?! É a forma que as mulheres têm de estar ali cuidando do seu filho, cuidando da sua casa e tendo uma forma de renda mais rápida, então isso acaba também atingindo a gente.

Com os elementos expressados acima, verificamos uma perspectiva crítica sobre alguns dos lugares ocupados por parte da população feminina na dinâmica da “guerra às drogas”. Tal leitura sobre a realidade, mostra que as mulheres negras e empobrecidas, historicamente em posição de abandono institucional, não só se inserem na cadeia do tráfico nas funções mais substituíveis, no varejo desse comércio (inclusive através do uso do corpo para execução de algumas atividades), quanto é o que lhes resta para sobreviver e, muitas vezes, sustentar os filhos. Esse abandono institucional serve para visualizar o tipo de escolha que aparece na vida das mulheres que vivem em periferia, extremamente limitadas, opressoras e, praticamente, inegociáveis dentro de suas realidades. E é a partir da percepção dessa realidade que o antiproibicionismo vem sendo construído. Nesse sentido, Estrela e Priscila completam

E: É.. o antiproibicionismo é uma questão de mulheres? É uma questão nossa, de mulheres, é uma questão geral, né, porque a população de mulheres negras dentro de comunidade é que fazem muito uso de droga, né, vulnerável, e muitas não sabem a importância, a importância de se informarem e de saberem seus direitos, né, porque meninas tão aí vulnerável, não só ao uso, como ao tráfico... O tráfico tá livre, tá aberto né, porque são aliciadas né? Dos traficantes, dentro de comunidade, é uma coisa que tá muito exposta. Eu mesma sou da comunidade de Santo Amaro⁷⁵, uma comunidade muito violenta dentro de Pernambuco, então eu já tive a oportunidade de ser aliciada mas foi uma coisa que eu não me envolvi.

P: É uma série de problemas de desenvolvimento social e a desigualdade que a gente vive, que eles afetam toda uma vida de mulheres, e, na verdade, gerações de famílias pelo menos nos últimos 30 anos que foram afetadas diretamente pelo modelo de guerra. E aí o modelo de guerra com o tráfico, mas o modelo também de incentivo ao uso de álcool, onde a gente vê hoje uma realidade, com foco aqui no Nordeste, onde a gente não consegue imaginar mais uma sociedade sem o uso de álcool, não é que eu tô pregando tirar o uso de álcool não, mas que relação é essa que a gente tem socialmente com álcool, que também é uma droga que traz muito dano pra gente, inclusive a que traz mais dano social, mas que a gente não tem condições de debater, porque no Brasil é isso, né, aqui é um jogo perverso de mentira e lucro e corrupção, e aí a droga é o lugar perfeito para eles jogarem narrativas variadas e não permitir o desenvolvimento da gente.

Aqui temos, então a posição de Estrela, que ajuda a embasar os argumentos trazidos acima a título de exemplo, ao narrar a realidade por ela vivida, e, por outro lado, temos a posição de Priscila, que traz um olhar observador para contextualizar as condições em que vivem as mulheres que precisam estabelecer uma relação “ativa” com o tráfico de drogas, trabalhando, sobretudo, um ponto pouco mencionado pelas demais interlocutoras que é, precisamente, a contradição inerente à proibição que, ao passo que julga e proíbe o consumo e a circulação de certas substâncias, estimula outras sem qualquer critério objetivo em relação aos danos envolvidos. Isso, na explicação encontrada por Priscila, faz parte de um problema maior e generalizado que se observa na realidade brasileira, que tem por escopo o lucro e por mecanismo a corrupção. Uma leitura possibilitada pela formação discursiva, é que essa dinâmica é inerente à lógica capitalista desenvolvimentista vivida no Brasil, país até hoje enquadrado como “em desenvolvimento” ou “de economia emergente”, que protege os detentores dos meios de produção e perpetua verdades parciais sobre a história e a realidade.

Se a lógica na base dessa estrutura serve para manter os grupos estagnados na estrutura social, dificultando-lhes o desenvolvimento, especialmente, da capacidade crítica e de articulação entre os que se encontram na mesma posição social, se sobrepor à essa realidade

⁷⁵ Bairro da zona central da cidade do Recife.

implica em transpassar sua naturalização, incitando a essas mulheres uma postura que confronte esse contexto a partir de suas formações discursivas.

Uma questão que não pôde deixar de ser notada, é no que diz respeito ao marco temporal estabelecido por Priscila. Trinta anos coincide com a intensificação da *War on Drugs*, enquanto política da proibição, mas o marco estabelecido por Ingrid, no primeiro depoimento deste capítulo, traz como evento demarcador dessa mesma realidade a colonização europeia e seus desdobramentos, que se reinventam até hoje, consubstanciados na proposta da “guerra às drogas”. Por Priscila ser precursora desse debate à luz do feminismo e antiproibicionismo, parece tácito que, para ela, a política de proibição é a política de controle dos corpos “controláveis” pelo patriarcado e pela sociedade ocidental, no entanto o que especificamente piorou nos últimos trinta anos e para quem? Uma vez que as populações mais afetadas pela guerra às drogas sempre estiveram nesse lugar da violência estatal, do não-reconhecimento de direitos e, conseqüentemente, de dignidade e liberdade. Esses elementos permitem perceber porque é tão difícil conectar as diferentes proibições manejadas pelo Estado, no sentido de que a “guerra às drogas” é o braço mais evidente do proibicionismo, inclusive para as próprias mulheres antiproibicionistas, a questão é como priorizar uma perspectiva que dilua a “guerra às drogas” no quadro maior do programa proibicionista de sociedade. Do contrário, a ideologia proibicionista sai fortalecida com a falta de conexão ou sectarização entre as pautas.

Por fim, para fechar esse ponto, trago a fala de Daniela que faz questão de enfatizar:

D: O proibicionismo, né, é uma forma que eu vejo de você ter o controle populacional, você manter privilégios, os privilégios não são apenas brancos, não são apenas machos, mas são privilégios inclusive de gênero, inclusive de gênero, e que eu acho que aos poucos vão sendo quebrados, mas tem toda uma questão de política social envolvida, tem uma questão de forças antagônicas, né, luta de classes.

Então o posicionamento de Daniela, enquanto mulher translésbica, é de não deixar passar a distinção perpetrada pelo proibicionismo na promoção da desigualdade intragênero, por ela já pontuado em trecho discutido no tópico anterior, ou seja, que apesar do grande grupo das mulheres sofrerem os danos mais perversos da proibição, especialmente as mulheres negras empobrecidas, inclusive por ser uma política direcionada a elas, entre essas mulheres existem grupos que sequer são reconhecidos, tendo suas pautas e demandas ignoradas e afastando ainda mais esses grupos das políticas públicas. Mais uma vez é possível perceber a ideologia proibicionista como ferramenta para o não reconhecimento entre “iguais”, ou seja, pessoas que estão na mesma localização social e não conseguem se enxergar, pois a lente da cultura é forte e de difícil dissociação. Assim, as unidades regulares trazidas por Daniela ajudam a visualizar

uma formação discursiva preocupada com a tradição social classista e machista, voltada para seu questionamento e sua superação, a partir de um discurso revolucionário e feminista.

Face as contribuições trazidas acima, é possível fazer uma discussão do que é o proibicionismo e do que é a “guerra às drogas”. Embora em alguns momentos, pelas falas das interlocutoras, esses fenômenos pareçam ser exatamente a mesma coisa, o que precisa ficar nítido é que, a par da realidade, a ideologia proibicionista promove um projeto de sociedade que dirige as políticas governamentais através da “guerra às drogas”, legitima o controle instituído pelo Estado para dirigir a população e enquadrar as variadas vivências e experiências das atrizes sociais em um modelo implantado de sociedade descolado da realidade. Assim, apesar da sutil diferença entre proibicionismo e política antidrogas, é evidente que ambos são considerados inimigos comuns a serem enfrentados em detrimento da proibição e pela promoção de um discurso de direitos humanos, que seja de fato antirracista, antissexista, anticlassista e feminista.

4.3.1 Relação com a rede

Para continuar a explorar as relações abordadas pelo feminismo antiproibicionista, optei por analisá-las sob a divisão entre aliados, a rede, e inimigos, os opositores. Dentro da classificação sobre a rede parceira tecida pelo movimento, ainda se sentiu a necessidade de identificar as relações de alianças e referências teóricas e as alianças e referências materiais. Considera-se, ainda, que apesar dessa divisão, toda prática pode servir para demonstrar teorias que, a princípio, a fundamentam, mas também serve de experiência a fundamentar determinadas teorias, e, percebe-se, que é justamente nesse diálogo contínuo que as feministas antiproibicionistas vão firmando suas raízes e desenvolvendo suas identidades.

Para esse primeiro momento, a partir da percepção das bases teóricas comuns e conscientes às interlocutoras, realizou-se o seguinte apanhado que orienta tais relações:

I: Então por isso que a redução de danos ela não defende que as pessoas façam uso, mas ela defende que as pessoas tenham um uso equilibrado com seu uso social, com a sua construção da sociedade, a sua construção em comunidade né. Então a política antiproibicionista também é importante no sentido da perspectiva jurídica, né?! Hoje a gente tem um Estado extremamente penal, aí tem um Estado que o tempo inteiro pune, né?! Então o *status quo* hoje que a gente vivência dentro do ambiente judiciário é o da punição, né?! Então antes de qualquer coisa, antes de qualquer iniciativa a punição, ela vem primeiro, né?! Então não só dentro do judiciário, mas no próprio sentimento de organização social que a gente tem, a gente tem uma sociedade também muito punitivista, que quer o tempo inteiro julgar, punir as pessoas, então o antiproibicionismo também tem essa perspectiva, né, de como é que a gente

disputa a sociedade no sentido de qual modelo de prisão, qual o modelo de punição.

I: Então nós, do movimento feminista antiproibicionista, influenciámos muito a agenda de outros movimentos feministas e movimento de mulheres, assim como o movimento negro NOS influencia especialmente no sentido da consolidação do que é o feminismo antiproibicionista, quando a gente, a partir da Renfa, né, desse espaço de construção, conceitua que o feminismo antiproibicionista ele é baseado nas perspectivas do feminismo decolonial e do feminismo negro, né.

Nos depoimentos acima, alguns eixos teóricos são demarcados para compor o projeto antiproibicionista de sociedade por elas proposto. Neste sentido, o discurso antiproibicionista faz um interdiscurso com a perspectiva da redução de danos, que invoca um olhar sobre a saúde pública e políticas de cuidado, em oposição às ideologias proibicionistas da abstinência e da repressão. Ainda, a invocação de um interdiscurso antipunitivista e da criminologia crítica⁷⁶, ao problematizar o modelo de punição e de prisão postos, também é importante para entender a composição do discurso antiproibicionista, construído a partir de bases teóricas feministas, especialmente influenciado pela ideologia do feminismo negro e do feminismo decolonial, identificando a organização social como ferramenta capaz de enfrentar os pressupostos da repressão, da abstinência e da punição (cujo intertexto se refere à literalidade da Lei de drogas em vigor [BRASIL, 2006]).

Com a composição teórica do que tem orientado as experiências das interlocutoras, pode-se detectar o ponto de partida que as suas discussões se desenvolvem, ou seja, consegue-se identificar que a ideologia da Redução de Danos (agregada a uma lógica do cuidado e da saúde pública) é a política pública que deve embasar as novas propostas para tratar da questão das drogas, reforçada pelo fato tanto de já ser considerada diretriz nacional pelo Sisnad (Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas), quanto por representar os novos parâmetros nesta questão em países “de economia central”. Isso acontece, também, porque, como o feminismo negro vem enfatizar, é necessária uma abordagem interseccional das opressões, ou biopsicossocial, em remissão aos princípios da Redução de Danos, às pessoas que estabelecem uma relação problemática com determinada substância. Nesse ponto, uma reviravolta crucial é trazida pela ideologia antiproibicionista, imprescindível para as atuais e futuras discussões sobre políticas de drogas, ao se evidenciar que as drogas devem ser fundamentalmente tratadas como uma questão de saúde pública, devendo ser retirada das mãos da segurança pública, como

⁷⁶ Criminologia crítica corresponde à uma abordagem marxista das ciências criminais, que critica a seletividade do sistema penal e defende a reintegração social dos sentenciados, bem como o desaparecimento das prisões (BARATTA, 2004).

vem acontecendo ao longo da história da proibição. Neste sentido, o discurso antiproibicionista atinge a gênese da ideologia proibicionista, atacando sua razão de existir, qual seja, a repressão aos “desviantes”.

O outro marco teórico importante é a localização do feminismo antiproibicionista no grande grupo dos feminismos e suas distintas correntes teóricas. É para isso que se menciona o feminismo negro, como diretriz básica da ideologia antiproibicionista, bem como o feminismo decolonial, marcadamente pela nossa localização territorial e geográfica no planeta. Que nós, brasileiros, somos uma população negra⁷⁷ poucas pessoas e grupos têm consciência de admitir, agora que somos latinoamericanos isso é, praticamente, inquestionável. Neste sentido, fazer essas referências diretas às contribuições do feminismo negro e decolonial é fazer emergir um contra-discurso à visão de mundo do feminismo hegemônico eurocentrado, cujas pautas principais não priorizam a superação das desigualdades intragênero, ignorando os fatores inersecionais inerentes à problematização dessas questões.

Apesar das discussões que embasam a visão de mundo das interlocutoras, o fator determinante para suas existências se fortalece, sobretudo, pelas suas bases materiais, que neste momento não devem ser interpretadas como um significado em si, posto que na Análise do Discurso é geralmente entendida como determinante, mas no sentido de que seu significado também agrega uma construção discursiva, que se baseia, por sua vez, em determinada escolha discursiva. A partir da teia de relações com sua rede, as feministas antiproibicionistas conseguem se reconhecer e dar corpo às suas inquietações antes isoladas ou perdidas em coletivos mistos. É nesse sentido que se tenta perceber quais grupos, eventos, organizações ou, até mesmo, demais atrizes e atores sociais são referenciados pelas interlocutoras como agentes parceiros para a construção do projeto antiproibicionista.

Para começar essa outra parte da análise, escolhi uma fala de Tânia a ser em seguida analisada, vejamos:

T: Eu acho que, tipo, nessa luta diária uma rede mais que elas fazem entre si. Tipo, minha prima ela costuma fumar uma coisinha com duas mães lá, que têm praticamente a mesma idade que a gente, assim, então tipo duas fica com o pirraia e a outra vai buscar uma coisinha, sabe, tipo?!... Então assim, eu acho que elas já sabem desse direito, só que tipo depois de um momento de muita repressão assim, rola o estalo, rola o estalo, e quando rola esse estalo elas tipo se juntam com as pessoas que estão, com as mulheres que estão mais próximas da realidade, assim, e tentam formar a rede assim. Eu acredito que é o mais direto assim, porque tipo eu acredito que os coletivos antiproibicionistas ainda

⁷⁷ Foram 4 milhões de africanos escravizados trazidos nos 350 primeiros anos de colonização, onde o censo de 1872 já indicava que 58% dos residentes no país se declaravam “pardos ou pretos”, contra 38% que se diziam brancos (O GLOBO, 2013). Ainda hoje 54,9% se declara preto ou pardo no Brasil, contra 44,2% de brancos (IBGE, 2016).

não conseguiram chegar na favela, sabe?! e mesmo eu morando na favela, e eu me sinto muito privilegiada por isso, por ter acesso a esses discursos tá ligado, por poder ouvir isso.

Essa fala de Tânia traz muito elementos que podem ser problematizados. Ela começa imprimindo uma ordem do discurso em que a teoria é indissociável da prática, ou seja, não adianta se falar em feminismos quando o que agrega liberdade de fato às mulheres é o estabelecimento de uma rede de apoio concreta entre as que estão na mesma localização social, através do apoio material, de tempo, de cuidado, de atenção e de braços promovida entre elas mesmas, apesar do interdiscurso com o feminismo negro e o feminismo popular. Essa é uma das principais ferramentas que permitem às mulheres continuar resistindo e sobrevivendo à investida patriarcal, capitalista e proibicionista. Tal situação, ainda seguindo seu raciocínio, acontece muito mais em virtude de uma reação do que de um movimento natural, uma vez que essas atrizes sociais sofrem de forma muito semelhante as opressões oriundas da estrutura social posta, pois por mais que o discurso antiproibicionista promova exatamente isso que as mulheres estão fazendo, é um discurso que não chega na favela. Então a rede antiproibicionista que existe na favela é uma rede que nasce da necessidade de sobrevivência das mulheres guiadas pela percepção dos seus direitos, cuja reivindicação se consolida no dia-a-dia pelo sentimento de igualdade e solidariedade com as mulheres que se encontram em posição semelhante na estrutura das opressões.

Além da rede de apoio entre as mulheres que identificam a situação de opressão que as acomete, as referências são próximas, também, das mulheres que já estão organizadas em coletivos feministas. Apesar de diferentes orientações e origens sociais, os movimentos feministas também atuam de forma a garantir lugar a vozes antes silenciadas, proporcionando um espaço em que as interlocutoras, primeiro, se encontram e, em seguida, se reconhecem a partir das demandas específicas de cada uma e de cada grupo. Exemplo disso encontramos nos seguintes depoimentos:

P: As mulheres sempre estiveram presentes nessa discussão, só que eu acho que o feminismo nos provocou a dizer assim ‘a gente tem que assumir isso’. Mais uma coisa, assim, não dá para gente ficar esperando que essa pauta ela vá ser radicalizada em determinados pontos se a gente não falar.

E: É uma coisa que se juntou né, a gente tá debatendo direito de igualdade no movimento feminista e aí se relaciona junto com o movimento antiproibicionista, que vem lutando pela liberação da maconha né, então os dois movimentos estão se unindo, né, o movimento de mulheres feministas usuárias de drogas, né, que elas são independentes, são usuárias do seu corpo, da sua educação.

Nessas falas, é evidente a emergência e importância dos discursos feministas para o reconhecimento das opressões arraigadas às relações e a consciência da necessidade da solidariedade entre as mulheres, bem como para trazer segurança àquelas que escolhem se impor e questionar o sistema posto. Isso significa que a partir da percepção de um problema comum, precisamente da manutenção da ideologia machista nos espaços que se propunham contra-hegemônicos, reside nos ensinamentos feministas a possibilidade de dar nome às opressões vividas bem como de perceber outras possibilidades de agir e de existir.

Apesar do movimento antiproibicionista ser uma construção mista, de homens e mulheres, também é a ele atribuído apoio e envolvimento que impulsiona a luta feminista antiproibicionista, quando trazem para os debates da “esquerda” o tema da proibição que, a partir de então, passa a ser disputado e construídos pelas pessoas que sofrem as consequências diretas da guerra às drogas. Essa relação é referenciada no depoimento abaixo, onde podemos ler:

F: E quando eu passo a ser questionada e tenho toda essa violência lá na delegacia, fiquei interessada em conhecer quem era o movimento aqui da Marcha da Maconha em Recife, que inicia em 2008, eu vou pra Marcha, participo, e entre 2009 e 2010 que eu fico querendo saber como é que essa galera se organizava, e, principalmente, o que é que eles discutiam dentro desse espaço, já que eu sofria e via vários amigos meus sofrendo esse tipo de violência com a polícia, eu queria saber como é que eles se organizavam e como é que eles lutavam inclusive contra isso.

Nesse contexto, em que estabelece uma relação de referência tanto com os movimentos feministas, quanto com os movimentos antiproibicionistas mistos, percebe-se a invocação de um discurso comum que permite o desenvolvimento dessas duas vertentes, qual seja, dos movimentos sociais. Nesse ponto, entende-se que não tem como fugir do ganho político conquistado pelas mobilizações sociais históricas e que, com sua evolução, hoje são traduzidos em grande parte na estruturação de movimentos sociais pela causa. A dinâmica atrelada à organização empenhada pelos movimentos sociais, permite justamente que as pessoas que se encontram em determinada situação se olhem, se identifiquem e se mobilizem em prol de suas demandas. É assim que Maria Daniela vislumbra, ao dizer:

D: Então a gente faz aquele trabalho de formiguinha, do boca a boca, “de ninguém solta a mão de ninguém”, a gente vai se expandido no meio da população, que em contrapartida tem uma resistência aos movimentos sociais, que inclusive já é um discurso do proibicionismo, que “movimento social não presta”, “é contra a lei”, “que eles querem destruir a família”, “querem liberar todas as drogas para nossos filhos serem drogados”, esse papo bem careta, bem conservador, né... Então a gente tem que lutar contra o discurso hegemônico do proibicionismo e ainda tentar quebrar essa resistência que a população tem, afinal de contas são 519 anos de lavagem cerebral, né?! Por outro lado, a gente

que tá aqui lutando pelos nossos direitos, né, direitos humanos, a gente tem o discurso da nossa realidade, um discurso popular realmente, que é construído pela gente.

No depoimento acima, Maria Daniela, a partir do seu intertexto manifesto, escolhe referenciar uma posição oriunda da disputa presidencial de 2018, na qual, após a eleição de Jair Bolsonaro para Presidente do Brasil, o lema “ninguém solta a mão de ninguém” foi amplamente difundido por grande parte das pessoas que se contrapunham ao resultado das eleições e, além disso, sugeria uma união dessa população como resistência ao governo que começaria. Esse discurso de resistência, popularmente construído a partir, também, da ideologia dos direitos humanos, emerge, então, frente a um contexto de retrocessos, quando a fala de Maria Daniela sugere um campo de disputa discursiva que, do outro lado, localiza a negação aos movimentos sociais, a partir de uma ordem do discurso legalista, de moral cristã e conservadora.

No entanto, é importante também destacar que as relações aqui pontuadas não são estáticas, e, além disso, são constantemente repensadas e ressignificadas pelas mulheres que colaboraram com a pesquisa. Sobre isso:

I: Essa é uma contribuição, na verdade, que ainda está em construção, porque ainda existe muita resistência do próprio movimento antiproibicionista, apesar de ser um espaço diferenciado de construção mista, porque os homens que estão nesse espaço eles já têm a perspectiva de vir para esse espaço no sentido da desconstrução do que eles estão acostumados a trazer enquanto organização, processo organizacional mesmo, então acho que esse é um processo que ainda está em eterna construção, para nós, hoje, influenciar os companheiros homens. E aí quando a gente fala movimento antiproibicionista, a gente fala o movimento misto, né, movimento que a gente compõe com os homens, né, e outros grupos.

E: É... qual a lição, né, e o reflexo dentro do antiproibicionismo? A lição é que eu acho que muitas instituições, muitos movimentos tão se juntando, né, de mulheres negras dentro do Estado, vêm se fortalecendo. Eu fico meio triste assim que o movimento feminista ainda vê nós, mulheres transexuais, não como mulheres, só quando precisam é que somos chamadas. No meu caso, como eu sou uma pessoa tão bem conhecida no movimento, participo bastante, mas sinto falta de mulheres transexuais se exporem, né, expor seu uso das drogas, né.

I: A gente tem movimentos feministas que não dialogam em nenhuma medida a libertação e a autonomia dos corpos. Tem movimentos de mulheres feministas que não querem debater sobre transexualidade, ou sobre qualquer outra pauta que não esteja relacionada estritamente à pauta do aborto, à pauta da violência, né. Existem movimentos de mulheres, movimentos feministas tradicionais, que têm sua agenda muito fechada. Então assim não acho que é o antiproibicionismo que é tomado pelo feminismo, eu acho que a gente influencia esse processo de construção da pauta enquanto sociedade né, mas o feminismo, quando a gente disputa ele, ele também é tomado pelo antiproibicionismo. Então a gente influencia com nossas conceituações, com

as nossas perspectivas o movimento de mulheres a entender também, a se pautar também pelas nossas óticas.

Nessas passagens, o que se pode observar é que apesar dos movimentos feministas serem parte do seio fundador do antiproibicionismo, muitas vezes podem simbolizar a perpetuação de uma ideologia proibicionista ao definir e limitar as existências das pessoas. Estrela ao falar que “o movimento feminista ainda nos vê...” sinaliza que não se reconhece e, tampouco, se sente representada pelo movimento feminista. Talvez possamos identificar uma leitura essencialista do movimento feminista nesta parte, mas, ao mesmo tempo, também subjaz uma leitura crítica de uma mulher cujas práticas feministas já lhe são inerentes. Nos depoimentos acima, então, percebe-se, mais uma vez, que os feminismos que não dialogam com a libertação de todas as pessoas, não coadunam com os princípios antiproibicionistas. E, por sua vez, movimentos “antiproibicionistas” que não trazem pro centro da discussão a interseccionalidade das pautas, se afasta das perspectivas do feminismo negro e compromete o amplo projeto antiproibicionista de sociedade que estas mulheres aqui propõem.

Então, uma observação relevante diz respeito ao fato de que as interlocutoras têm a percepção de que, embora todas as relações aqui apontadas tenham sido de grande importância para o surgimento do fenômeno feminista antiproibicionista, hoje ele já se encontra articulado de forma que consegue questionar conceitualmente suas próprias referências. A partir de princípios de construções horizontais, baseadas na confiança política e com vistas a progressivamente diminuir os problemas inerentes às diferenças internas e sociais, a rede antiproibicionista ela se forma e se projeta para a sociedade. Esse discurso é muito marcante porque evidencia a perspectiva do feminismo antiproibicionista de revolucionar a forma de olhar, abordar e discutir a proibição das drogas, bem como multiplicar o alcance dos seus discursos.

4.3.2 Relação com os opositores

Nesse momento, busca-se identificar esse grupo de opositores, ou, como a teoria lançada nomeia, antagonistas, contra os quais o movimento social se une para questionar e fazer enfrentamento (HUNT; BENFORD; SNOW, 1994). De forma mais ampla, pode ser compreendido pela unidade necessária à construção discursiva que visa subverter uma ordem social posta, em que se capta os argumentos excedentes e se promove a multiplicação dos discursos concorrentes. Ou seja, para uma análise do discurso é imprescindível confrontá-lo com os demais discursos que emergem no mesmo campo, ele vai ser lido e investigado a partir da oposição ou comunhão com os demais discursos disponíveis em dada disputa.

Em várias passagens trazidas acima, neste e no ponto anterior, localiza-se facilmente contra o quê essas mulheres se levantam, afinal de contas elas não medem palavras para identificar o problema. A chave da questão, portanto, gira em torno da proibição, como trabalhado no início deste capítulo, mas o que se pretende agora é esmiuçar, através dos depoimentos das interlocutoras, mecanismos, atores e grupos diretamente ou indiretamente envolvidos nesse campo de oposição discursiva, buscando revelar como, por quem e para quem a proibição se mantém.

Esta parte, assim como nos outros temas, busca enxergar alguns pontos comuns aos discursos das colaboradas para desenvolver a análise. Uma primeira questão que foi possível visualizar, quando o assunto é relação com opositores, é a onipresença do Estado, que, de diferentes formas, está presente na maioria das situações em que existe uma violência objetiva promovida pela guerra às drogas. Sobre isso, foi possível encontrar as seguintes passagens:

T: E tipo quem está contra? Então, toda mídia e tipo, todo o Estado (risos). Desde que colocaram a gente naquela merda, sem educação, sem ventilador na escola, tá ligado?! Sem água, sem nada, sem nada! Toda uma estrutura racista, todo esse estado, toda essa mídia, tá ligado?! que a partir do momento que existia um programa que botava o Ibura, que botava Maranguape, que botava Nova Descoberta na descarga, véi, já tava dizendo, tá ligado?! E agora Cardinot! Sabe?! Então, tipo, os policiais só dão baculejo nos pirraia que tão de Seaway e de Kenon, que tem uma Carpa, que tem uma Gueixa, por que isso, véi? Aí a galera faz, não, não é treinado, claro que é treinado para isso, véi! Tem um estereótipo, e o estereótipo é quem mora na favela, sabe?

Nesse trecho, Tânia traz uma noção da amplitude da ideologia do Estado nesse quadro, ao mencionar que a responsabilidade pela manutenção dessa política do terror é de “todo o Estado”. Assim, Tânia sugere que em todos os níveis, desde de uma postura omissa e negligente em relação à qualidade e dignidade de vida de determinada população, passando, na maioria dos casos, a assumir uma postura de completo abandono institucional, o Estado também atua diretamente por meio de suas diferentes instituições e agentes formais. Para reforçar seu argumento, Tânia lança mão de um exemplo disso, o mencionado “treinamento”, afirmando que a polícia é ensinada a realizar o controle social de uma população com características específicas, consonante à ideologia do racismo institucional. No seu contra-discurso, Tânia coloca no mesmo lugar de oposição a mídia, que através, especialmente, dos programas direcionados à espetacularização da pobreza e do sofrimento alheio, promove a violação da integridade das pessoas que, comumente, já têm todos os seus direitos mais fundamentais roubados pela criminalização construída de forma articulada entre o Estado e a própria mídia, atingindo sobretudo a população empobrecida.

Reforçando o papel da mídia nesse quadro, Fran explica:

F: Depois que eu me formo politicamente dentro da Marcha, eu fui vendo quantas violências eu sofri naquele dia, além do estupro, a estigmatização que eu tive por eu ser usuária de drogas, e principalmente porque eu passei em várias mídias que eu não queria. Como eu era de menor na época, não foi mostrado meu rosto, mas mostrava minhas partes, minhas mãos, eu gesticulando, e eu fui muito violentada assim, eu não queria aparecer, e nessa mídia policialesca a gente vê como a gente é passada com esse estigma, né, por usuária de drogas, como é que a gente passa.

No início do seu depoimento, Fran deixa informar a importância da sua formação política dentro de um movimento social, qual seja, a Marcha da Maconha, para que pudesse fazer uma releitura dos eventos que sucederam em sua vida e lhe levaram para o lugar que ocupa hoje. Essa releitura evidencia como os discursos dentro da MM permite uma apropriação sobre os estigmas sociais que cada uma carrega, agregando um novo olhar para a realidade. Além disso, Fran ressalta a ideologia policialesca da mídia⁷⁸, que por um lado representa uma visão romantizada da ação policial, e que, por outro lado, vulnerabiliza pessoas colocando-as em um lugar de não detentoras de direitos, os inimigos, aquela parcela da sociedade com a qual não precisamos nos preocupar porque o Estado resolve. Neste sentido, o espaço que deveria representar acolhimento e reparação, ao qual Fran recorreu para promover sua denúncia de estupro, significou um ambiente hostil, onde a vítima fora colocada no lugar de culpada e responsabilizada pela violência sofrida. Assim, seu discurso crítico nos faz visualizar, a partir de um acontecimento pessoal, o lugar que Fran se encontrou dentro de uma estrutura racista e patriarcal que rege o Estado, enquanto mulher pobre, negra e usuária de drogas, qual seja, o do desprezo, da opressão, do abandono e do apagamento. Toda a releitura, então, feita pela interlocutora funciona como propulsor da personalidade e ideologia contra-hegemônica que hoje ela carrega.

A partir da exposição de uma ideologia de Estado e do reconhecimento do protagonismo da mídia no contexto explorado, elucidados por Tânia e Fran, Ingrid continua o raciocínio abaixo analisando cirurgicamente a ideologia política que embasa a dinâmica social ora analisada. Vejamos:

I: Então a política de drogas, na verdade, é a relação dessa política de drogas com o reflexo da população, estão relacionadas ao modelo de controle criado por um espaço institucional, que é o Estado, para controlar territórios de pessoas pobres e de pessoas negras.

I: A violência, por exemplo, que é um fenômeno criado a partir da ausência de contextos e direitos sociais, né?! Que eles não sejam pensados estrategicamente a partir da punição, a partir da repressão, a partir da violência do Estado.

⁷⁸ Mas, é importante pontuar que existe mídia contra-hegemônica, mas são conteúdos quase inexpressivos se comparados à parte da mídia que detém os direitos sobre os meios de comunicação de massa.

Ou seja, nessas palavras pode-se identificar uma ideologia política de ordem punitivista que guia o Estado, onde a educação é relegada, objetiva e subjetivamente, e a coerção é feita na base da repressão. Assim, tem-se promovido uma legitimidade institucional que permite o controle do povo negro e empobrecido, bem como de seus territórios, pelas instituições formais do Estado, o que abre a ferida da invisibilidade social, cultural e política dessas populações marcadamente contra-hegemônicas.

Indo mais fundo no problema, Maria Daniela expõe:

D: Então na nossa sociedade, né, a gente vê aquela questão do antagonismo de forças, né, que inclusive de contingente acho que a favor do antiproibicionismo é muito grande, mas os poderes políticos e econômicos estão do outro lado, estão do outro lado. E com isso eles têm grana e a gente não tem, quando você tá numa guerra com estrutura a guerra transcorre de um jeito, quando você tá sem, a guerra transcorre de outro. Então, infelizmente, tem muito conservador que se beneficia com a política antidrogas, né, essa política justamente que criminaliza as substâncias e usuários. Isso a gente vê, por exemplo, olha aí, as igrejas, a gente tá com uma maré neopentecostal, muito forte né, que tá tomando todos os países ao longo do mundo, a América Latina... Promovem uma guerra enorme, por exemplo, com as outras religiões, com questão de gênero, população lgbt, com a população negra, né, são a favor da submissão feminina, e as igrejas neopentecostais estão, realmente, em TODO canto (ênfase)... A política de drogas, por exemplo, ela criminaliza algumas substâncias mas outras ela não criminaliza, e essas que elas não criminaliza são justamente drogas, por exemplo, que são mantidas pela grande indústria, pela Big Pharma, pela indústria de bebidas, né, e essas indústrias elas são competentes, né, taxa de alcoolismo no Brasil é enorme... [esse discurso] Ele se junta com outros grupos conservadores, os grupos militaristas, a família tradicional brasileira, quando vê é um grupo enorme, mas que não é a maioria da população, porém é a parte que tem o capital, e com isso ela vai realmente adentrando todos os guetos, todos os lugares né, e aí vem a gente, dos momentos sociais, justamente de encontro a toda essa manipulação, né, toda essa massificação, né, dos discursos proibicionistas.

O discurso de Maria Daniela consegue alcançar vários “braços” que trabalham para promover uma ideologia antidrogas. De uma vez só ela destaca o poder político e econômico, as igrejas neopentecostais, a grande indústria, a indústria farmacêutica, a indústria de bebidas, a família tradicional brasileira, os militaristas e os conservadores como aliados do projeto proibicionista de sociedade. Nesse sentido, fica claro que todos esses grupos, cada um através de mecanismos próprios, se beneficiam direta ou indiretamente da manutenção da proibição das drogas, ou seja, em nada devem pretender contribuir para a transformação social. Assim, Maria Daniela ajuda a identificar, inclusive, como esse grupo de opositores consegue influenciar até uma parte da população que é alvejada diretamente por essa proibição, exemplificando as

formas pelas quais isso acontece, qual seja, por meio de manipulação. A manipulação é uma ferramenta vil que dificulta bastante a percepção que ali existe um problema, mascarando a realidade, abrindo espaço para que essa população se distancie dos verdadeiros problemas que provocam a questão, além de colocar os integrantes de um mesmo grupo social, localizados no mesmo lugar nas relações hierárquicas de poder, uns contra os outros, ao não se reconhecerem com as demandas daqueles grupos e se reconhecerem nas pautas dos opositores.

A partir dessas considerações, pode-se identificar, também, algumas outras ideologias por trás dos discursos dos oponentes, como a ideologia de cunho etnocêntrica, que promove o racismo religioso, que, nesse caso, caminha junto a uma ideologia da razão, que reforça a centralidade da ciência moderna para compreensão da sociedade, sendo a mesma que ajuda a colocar nas mãos da medicina ocidental alopática o poder de definir as substâncias como benéficas ou nocivas ao indivíduo (com apoio daqueles grupos sociais acima mencionados).

Nessa mesma linha, de identificar a polarização da proibição em suas vertentes, Priscila elenca:

P: [quem tá contra uma nova política de drogas?] Lideranças religiosas neopentecostais, entre eles pastores de Igreja Evangélica, Católica, de várias denominações, mas com muito foco desse grupo de base evangélica, que abrem esse lugar na ideia de altruísmo, de que tá ajudando a outra pessoa, quando na verdade usam de força de trabalho de muitas pessoas para encarcerar outras, às vezes com muita violação de direitos e de negação de subjetividades, né. A gente tem relatos aí de lideranças religiosas, donos de comunidades terapêuticas, que fazem tentativa de tratamento de cura gay, de mudar a sexualidade das pessoas, de mudar o corpo das pessoas, né, se uma transexual chega em uma instituição, como tem no Relatório de Inspeção Nacional em comunidades terapêuticas, que foi feito pelo CFP, Conselho Federal de Psicologia, Ministério Público Federal e o Movimento Nacional de Combate à Tortura, entre eles uma comunidade que abrigava uma pessoa transexual e que abrigava ela lá por uma demanda da família que queria ela afastada do convívio social, mas ela não tinha nenhum tipo de problema que precisasse estar ali, mas como era uma família que tinha dinheiro, ela ficava lá, afastada, porque a família não queria conviver com esse tipo de demanda.

De início, Priscila faz referência ao discurso protestante que interage e reforça a ideologia proibicionista, não apenas pelo recurso de nominalização das autoridades religiosas, mas, sobretudo, pela ideia de altruísmo que esses opositores defendem. Contudo, nesse momento, chama atenção, também, o fato de que até então temos batido algumas vezes na figura do Estado como pilar da política proibicionista, levando-me a questionar, então, se uma política antiproibicionista só é possível sem o Estado. Nesse sentido, as interlocutoras têm respondido a essa pergunta ao revelar uma percepção do Estado como um espaço de disputa, que implica,

também, em uma batalha discursiva. Nesse ponto, Priscila referencia, igualmente, discursos oficiais, possivelmente pela sua força legitimadora, para reforçar o seu discurso sobre a violência promovida pelas ideologias defendidas por aqueles opositores. Nesse ponto, ela faz uma citação a um relatório elaborado conjuntamente pelo Conselho Federal de Psicologia, pelo Ministério Público Federal e pelo Movimento Nacional de Combate à tortura, usado para comprovar, então, a realidade que ela traz como dado.

Outro elemento que consigo perceber no trecho final do depoimento de Priscila, é mais uma vez a referência à “família” nesse quadro. Mas, afinal, que família é essa que se identifica com a ideologia proibicionista de práticas intervencionistas e se afasta das perspectivas de cuidados e de direitos humanos? Não podemos pensar em uma regra, mas existe uma evidente conexão contextual entre o discurso de Priscila e o discurso de Maria Daniela no trecho anterior, em que essa família é, então, identificada como a “família tradicional brasileira”, e associada diretamente aos “conservadores”. Nesse ponto, a família surge como propulsora da ideologia cristã, classista, racista, machista e sexista propagandeada pelos demais grupos de opositores, detentores das estruturas econômicas e políticas.

Em uma análise mais ampla do cenário, Priscila relata uma questão pouco mencionada, tanto nas discussões teóricas que amparam a presente pesquisa, quanto pelas falas das outras companheiras que vivem em contextos semelhantes. Vejamos:

P: Então existem lideranças políticas, entre senadores, deputados, vereadores, prefeitos, governadores que têm interesse que a política de drogas continue do jeito que tá, que não mude, que encarcere, que diga que é proibido usar drogas e a gente sabe que não é, né. A gente encontrou recentemente 39 Kg de cocaína no avião do presidente, né, e isso passou. Naquele cenário ali ficou alguém para pagar, que a gente sempre fala que é a pessoa mais fraca da história, assim como a gente encontrou também, um tempo atrás, um helicoca cheio de cocaína de um Senador da República, e a gente sabe, né, desses episódios. Então eu gosto sempre de lembrar que a Colômbia não é longe daqui não, que a Colômbia é aqui, América Latina inteira sofre dos mesmos males do narcotráfico, do cenário com as políticas e com as milícias.

Essa fala de Priscila é bastante rica porque faz referência direta a alguns fatos amplamente conhecidos pelos brasileiros. O “helicoca”, do Senador Aécio Neves, e os 39 quilos de cocaína apreendidos no avião presidencial, mostram as vísceras da hipocrisia intrínseca à ideologia proibicionista, pois quando uma autoridade “cai”⁷⁹, compromete a associação histórica entre drogas/tráfico e periferia. Aqui, o que chama especialmente atenção na fala de Priscila, além de localizar a polícia ao lado da milícia, organização paramilitar não oficial, mas

⁷⁹ Cair, nesse caso, quer dizer “ser pego(a) com drogas” por autoridades oficiais.

que conta com recursos estatais informalmente, é o fato de encarar o opositor a partir da conexão com um fenômeno continental, qual seja, o narcotráfico. Entender que a luta contra a guerra às drogas é uma luta que precisa encarar o narcotráfico, implica no fato da luta antiproibicionista precisar compreender o contexto latinoamericano para realizar as mudanças que almeja para a sociedade. Isso quer dizer que não existe uma emancipação parcial da população afetada pela guerra às drogas, mas apenas uma ideologia antiproibicionista que deva priorizar um programa regional de mudança de paradigmas, no nível das estruturas globais.

Finalizando esse ponto, encerro com um discurso de Fran, que resume um pouco do que foi ensaiado neste tópico.

F: Porque, assim, a gente luta justamente por conta da política que se dá por conta que o Estado implementa. Como eu vou explicar assim... Porque, por exemplo, a gente enfrenta o Estado por essa política de drogas que tá aí, mas a gente também sabe que tá assim porque eles estão ganhando com isso. É como a gente diz, não é uma política que deu errado, pra eles deu super certo, e aí, inclusive, a gente sabe que se for legalizar eles perdem, né, porque da forma que tá ainda hoje eles ganham muito mais.

Assim, é perceptível que o discurso contra o qual se levanta é, precisamente, um discurso oficial, institucional, governamental. Além disso, a partir do discurso de Fran, é possível perceber que quem está ganhando com isso não é o próprio Estado, mas os grupos que o ocupam e o aparelham ao longo dos governos (uns mais outros menos). Esses grupos de opositores, portanto, não conseguem alcançar o discurso antiproibicionista porque, para eles, a política proibicionista é efetiva (“deu certo”), mantendo a diferenciação entre drogas lícitas e ilícitas e aumentando massivamente o contingente da população prisional (que, diga-se de passagem, é composto principalmente por um perfil “oposto” aos detentores do poder formal). Embora não tenha sido feito anteriormente um debate sobre Estado e hegemonia, o que poderíamos denominar de discurso conservador, de ideologia proibicionista, seria “externo” ao Estado, ao passo que este representaria um espaço de disputa dos processos de institucionalização de lutas no campo hegemônico e contra-hegemônico.

A consideração que é possível fazer nesse momento vai no sentido de compreender que não significa que o discurso dos diferentes grupos de opositores, identificados acima, sejam exatamente o mesmo, mas trata-se, na verdade, de um metadiscurso proibicionista articulado a partir dos discursos de todos esses opositores. É importante ressaltar, apesar dessa discussão não ter sido feita anteriormente, que o Estado não pode ser considerado um ente abstrato, inanimado, subjetivo. O Estado, na verdade, vem sendo usado e aperfeiçoado ao longo dos anos para manutenção ou para transformação do *satus quo*, as vezes perpetuando a imobilidade

social, outras vezes valorizando a educação e autonomia da população. Reconhecer esse argumento é o que tem permitido às feministas antiproibicionistas desenvolverem seu contra-discurso, fazendo oposição ao modelo ideológico proibicionista, repressivo, punitivista, racista e machista de sociedade. Conseqüentemente, essa relação está longe de ser estática e homogênea, pois se dá, justamente, na constante reorganização e reformulação dos espaços de poder a partir das disputas políticas e ideológicas que se confrontam no campo em questão.

4.4 A construção de crenças (bases ideológicas, projetos e perspectivas da rede)

Nesta última parte da investigação, propõe-se o fechamento do tripé analítico, que buscou compreender as dimensões, sobretudo sociais e discursivas, levantadas pelas mulheres entrevistadas, a partir de eixos temáticos que emergiram organicamente na própria pesquisa, teórica e empírica. Após as interpretações sobre suas identidades e suas relações, propõe-se configurar uma ideia sobre as crenças que carregam essas mesmas mulheres para compreender qual é o projeto de antiproibicionismo que elas defendem. Isso significa dizer que, pretende-se, neste momento, apontar os significados ideacionais do texto, ou seja, quanto aos tipos de crenças que estão sendo produzidas e, portanto, qual ou quais ideologias emergem a partir da construção sistematizada dos conhecimentos das colaboradoras articulados em seus enunciados, bem como a partir das representações da realidade que esses discursos oferecem.

Desta forma, a proposta é identificar, retomando alguns conceitos trazidos no capítulo anterior, quais as ideologias estão subjacentes ao projeto antiproibicionista de sociedade defendido nos discursos das entrevistadas.

Os primeiros conceitos a serem referenciados, como parte da construção dessa proposta antiproibicionista, são o de autonomia, da liberdade e da igualdade, como podemos ler nos trechos abaixo:

I: A política antiproibicionista, na perspectiva da construção da sociedade, ela é importante primeiro no sentido de questionar o direito e a garantia às nossas autonomias... Então a política antiproibicionista, em primeiro lugar, ela quer intervir na sociedade na forma de organização no sentido de garantir que esse direito seja de fato preservado, né, o direito à autonomia dos nossos corpos.

E: O que representa os ideais do movimento é a questão mesmo de força, né, aquela de juntas somos mais fortes mesmo, a questão das mulheres negras se empoderarem sobre seu uso da maconha, sobre como se comportar numa abordagem policial na sua comunidade, de como se expressar, tudo vem a questão do empoderamento.

I: O movimento antiproibicionista ele se organiza a partir da intersecção com outras pautas que estão relacionadas à pauta da política de drogas e que, na verdade, estruturam o modelo de política de drogas hoje na nossa sociedade.

Então, o antiproibicionismo ele se apresenta como um projeto de sociedade onde a gente questiona os atuais modelos institucionais e não institucionais criados para causar o controle dos corpos, especialmente dos corpos das mulheres e dos corpos das pessoas negras e pobres. Então, para nós, o antiproibicionismo ele tá pautado primeiramente no sentido de reconhecer a autonomia das pessoas e reconhecer o direito dessas pessoas fazerem o que quiserem com seus corpos sem que isso também acabe violando o direito de outras pessoas. Então o antiproibicionismo surge nessa perspectiva.

A partir de uma posição que visa a interseccionalidade das pautas, garantindo a percepção das mulheres enquanto atrizes políticas, que devem dispor de autonomia e liberdade sobre o próprio corpo, o que lhes permite, então, se perceber como sujeitos de direito e que, portanto, podem buscar condições de igualdade perante agentes do Estado para interferir na realidade opressora em que vivem. Neste sentido, podemos perceber a base o discurso dos direitos humanos, qual seja, dignidade (conquistada a partir da autonomia), liberdade e igualdade como um marco fundacional da ideologia antiproibicionista por elas defendida, ressaltando-se, mais uma vez, que a ideologia de direitos humanos então defendida não pode ser confundida com a perspectiva etnocêntrica, mas deve ser reinterpretada e aplicada a partir das necessidades locais.

Ao continuar buscando a identificação de suas crenças, que estão sendo interpretadas como princípios feministas antiproibicionistas, o segundo conceito que chama atenção é o discurso antirracista. Neste sentido, chama-se atenção para obrigação do movimento em atentar para uma concreta reparação histórica na promoção da perspectiva antiproibicionista. De acordo com Tânia e Fran:

T: Eu acho que tipo, falando assim da minha perspectiva, enquanto a minha militância, assim, antes de qualquer coisa é que os meus irmãos parem de morrer e de serem presos, sabe, porque foi como eu tava falando, o tráfico é um comércio e não dá para se esconder, sabe?! Porque, tipo, a galera luta muito pelo... pela legalização das drogas, mas tipo quando isso acontecer a galera dentro da favela vai parar de ter sustento, sabe?! E eu não acredito que dá para se fazer uma política antiproibicionista se não se pensar no mercado de renda da galera da favela, tá ligado?! Eu acho que, antes de qualquer coisa, a gente tem que chegar nos meus, na minha base, e trocar uma ideia sobre drogas, tá ligado?! Trocar uma ideia sobre como sustentar um comércio tá ligado?![...] Acho que tipo, tem que realmente chegar na galera, trocar uma ideia com a galera para galera construir isso, sabe?! Tipo, os meninos da boca construir isso, que tipo são atingidos diretamente, sabe, mais do que eu, que eu tenho só o reflexo por morar lá e ser igual a eles, sabe, eu acho que tipo o bagulho tem que ser construído com eles, assim, acho que tipo, a opinião deles valem mais do que a minha nesse momento, tá ligado?! Em relação a isso.

F: E esse que é o desafio assim, que eu acredito que ainda não se tem ainda essa discussão, porque a gente luta pela descriminalização das drogas, mas a gente luta com uma reparação, tanto uma reparação histórica, de todo esse

encarceramento, todo esse genocídio que a gente teve o tempo todo, mas também uma legalização que favoreça a nós da periferia, entendendo todo esse mercado que já acontece, né, todo esse financeiro que sustenta as mães de família e toda a periferia.

A partir dessas falas, é fácil identificar a importância central da população diretamente afetada, pelos séculos de proibicionismo e pelas décadas de guerra às drogas, nas discussões sobre o projeto de sociedade antiproibicionista que se defende. Ou seja, o discurso adotado permite perceber que não existe política antiproibicionista de fora pra dentro, mas, principalmente, de dentro para fora, e que, embora deva-se considerar um espírito de colaboração entre os diferentes grupos sociais para a construção deste paradigma, todo o universo historicamente empurrado para ilegalidade e marginalidade deve representar a voz central nesse processo de transformação social.

Assim, é importante salientar que essa pauta, inclusive, não sugere um consenso dentro dos movimentos antiproibicionistas, haja vista a falta de discussão sobre o assunto. Neste sentido, a ideologia feminista antiproibicionista representa, claramente, um avanço nas discussões no campo a partir do momento que sensibiliza para essa consciência antirracista e potencializa esse discurso de forma direta no debate sobre uma nova política de drogas. Além disso, não é demais mencionar, que a ideologia racista contra a qual o antiproibicionismo se estrutura ela não é, evidentemente, restrita à diferenciação por raça/cor, mas ela significa uma discriminação territorial, institucional e cultural, sendo a ideologia antirracista, portanto, a oposição à todas essas vertentes simultaneamente.

Outro elemento que está no horizonte do projeto feminista antiproibicionista é, sem dúvida, a disputa do Estado. Essa ideia não deve-se confundir com uma proposta de ocupar ou acabar com o Estado, mas sim de garantir efetiva representação nele, a partir das ferramentas que se fizerem necessárias para que as ideologias destacadas acima façam enfrentamento à ideologia proibicionista em voga. Neste sentido, subjaz um entendimento que o Estado, promotor de políticas públicas, é um importante interlocutor para a ampliação do projeto antiproibicionista capaz de alcançar, progressiva e efetivamente, toda a sociedade, como podemos observar:

I: Então o antiproibicionismo ele serve também pra influenciar na construção da política pública, na construção de um cuidado laico, de um estado laico, de um estado que não parta do princípio da internação compulsória ou de qualquer outro princípio que viole o direito à autonomia das pessoas.

I: Nenhum projeto antiproibicionista ele é machista, ele é racista, ele é homofóbico, ele é classista, então não tem como a gente construir isso se não for dessa forma.

Assim, como o emprego do “ele é” é importante para definir um fenômeno, da mesma forma dizer o que “ele não é” também explica muito sobre o que se fala. Neste sentido, o projeto antiproibicionista se estrutura a partir de uma oposição enfática às ideologias machistas, racistas, classistas e sexistas. E, além disso, acredita que o Estado deve ser um aliado nesse processo, o que implica, inclusive, que deve passar por transformações necessárias na sua estrutura para atuar, de fato, como potencial promotor desse projeto.

A ideologia antiproibicionista, então, ela também é coletiva, solidária e horizontal. Isso tudo revela uma dimensão histórica agregada ao seu desenvolvimento, fortemente influenciada por uma representação ambiental de onde se fala, é dizer, da região e do contexto histórico, social e cultural em que se está inserido. O que invoca, também, uma epistemologia decolonial para o reconhecimento social e a produção de conhecimento necessárias ao processo.

F: Eu geralmente falo que pra gente falar sobre política de drogas o primeiro que a gente tem que ter empatia, é a primeira coisa que eu falo assim, pra gente tá aberto pra escutar com o coração, com a alma mesmo, se colocando no lugar daquela outra pessoa.

I: Então o que a gente quer é isso, assim, é essa eterna influência do processo, e aí não se sobrepor, não haver uma sobreposição do que isso tem para contribuir, muito esse diálogo do olhar para trás, né, o antiproibicionismo surge como uma política de um século, de uma contemporaneidade, né, a gente vive esse momento contemporâneo... Então é muito como é que a gente pode o tempo inteiro tá olhando para trás, entendeu, tanto o feminismo quanto o antiproibicionismo.

O que fica marcado aqui é, então, a perspectiva de uma dinâmica descentralizada, horizontal e de valorização dos saberes localizados para a construção do antiproibicionismo. Esses princípios são sensivelmente conectados aos princípios do feminismo negro de sociedade, enfatizado pela referência ao “olhar para trás”, para o passado, mas também representando um diálogo com os diferentes feminismos, como se observa representado no depoimento abaixo.

D: Então isso é um novo conceito que tá se formando, o movimento feminista tem que começar inclusive a ampliar o conceito dele de que o feminismo não é feminismo cisgênero, não é cisfeminismo, feminismo tem que ser amplo, tem que ser abrangente, tem que ser incluyente, a gente vai falar de exclusão e não vai falar de inclusão, né, vão falar que as mulheres são excluídas da sociedade... Eu acho que esses conceitos que são proibicionistas eles precisam ser mais ampliados, mais discutidos, mais debatidos, pra gente poder inclusive começar criar políticas inclusivas realmente, porque enquanto a gente não debater, não ampliar nossos conceitos, não ampliar nossos ideais e princípios, eu acho que a gente não vai conseguir fazer um política inclusiva realmente, inclusive de drogas.

A questão em torno da exclusão pelo feminismo hegemônico de diferentes formas de existência, é algo que aparece em todos os momentos da análise, desde a apresentação, passando

pela identidade, incluindo as relações até desembocar nas crenças. Esse ponto recorrente simboliza, talvez, o maior fosso entre as experiências das entrevistadas, pois são grupos de mulheres que por muito tempo não compartilharam da construção do movimento feminista porque esse espaço lhes era distanciado. Neste sentido, o feminismo antiproibicionista desempenha um importante papel tanto por agregar mulheres independente de qualquer coisa, sendo suficiente o autorreconhecimento enquanto mulher, quanto por levar esse debate para o centro das discussões e construções feministas locais. Como bem disse Maria Daniela, um projeto verdadeiramente antiproibicionista tem que ultrapassar esses conceitos proibicionistas com os quais viemos lidando ao longo da construção dos movimentos sociais. Ou seja, o discurso que ela desponta, visa superar a mera oposição ao proibicionismo a princípio içada, pois essa perspectiva não é suficiente para dimensionar realmente a ideologia antiproibicionista, sendo necessário trabalhar a partir de termos e parâmetros sociais até então pouco ou nunca trabalhados, o que implica em uma reorientação, inclusive, teórica.

A questão do lugar de fala é algo também levado muito a sério pelas interlocutoras, inclusive reforçando o primeiro discurso evidenciando neste tópico, à guisa de uma reparação histórica. Sobre esse ponto, podemos ver:

D: Eu acho que a grande, o grande complemento dessa verdadeira revolução agora, é a inclusão justamente, é o lugar de fala, é a visibilidade da população lgbt, das novas formas de família, e principalmente da população transgênera, sem diminuir a luta das outras letrinhas... Então acho que é uma conta que a sociedade tem com a população trans, eu acho que essa conta é necessária, que seja quitada, dada atenção, né, e eu acho que o começo é esse, os movimentos, a academia, dar voz a gente... Então gratíssima pela oportunidade, então massa, mana!

F: Mas a gente sabe que é muito diferente assim, mas passa também a ser diferente quando aquela mulher chega ali sabe e fala, tem aquele fortalecimento, aquele empoderamento de estar construindo. E é o desafio nosso assim também, de estar trazendo essas mulheres que são as reais atingidas pra estar nesse frente.

Neste sentido, os elementos aqui trazidos reforçam os discursos, acima identificados, da transposição dos paradigmas proibicionistas para o avanço do debate, da ampliação da defesa dos direitos humanos e do reconhecimento para a superação das opressões históricas, a partir da organização para conquista de autonomia, empoderamento, igualdade e reconhecimento.

Um ponto forte que emerge dos discursos das interlocutoras, trazido em várias passagens dos depoimentos, é a questão sobre a garantia das existências. Essa leitura da realidade trata muito mais sobre viver com dignidade, atenção e respeito do que sobre cotidianamente sobreviver e resistir, que é uma luta antiga que elas já fazem.

F: É como eu disse no começo, eu acho que a proposta seria o existir, a gente tá vivo, a gente tá bem, diante da nossa autonomia do nosso corpo, com cuidado, com a garantia dessas políticas públicas, que é outro desafio assim né, legalizar requer que a gente garanta políticas públicas de educação, de saúde, que é o que a gente já não tem, então como a gente pensar nessa legalização daqui por mais que a gente entenda que isso, que é o racismo que tá controlando, como a gente pensar essa legalização garantindo essa política de saúde pública pra nós né, garantindo que realmente vai existir essa reparação dentro das periferias, pra mim é o mais desafiante assim amiga.

P: É... que acho que esse trabalho e tantos outros sempre me inspiram pra escrever o manifesto antiproibicionista, por isso que eu falei dos outros dois (risos), porque acho que a gente tem um papel central, é início de século, a gente tá só no ano 20 dos anos 2000, tem muita coisa!! A gente tá aqui, né, então a gente tá aqui e vamo fazer o que é que a gente pode, seja escrever, atuar, ocupar, SER!! (ênfase) Acho que a luta antiproibicionista é muito uma luta de ser, né, um lugar que vai sempre lhe questionar porque o modelo de proibição é esse... É tirar também essas amarras de que a gente tem que saber tudo, e é justo o contrário, a gente sabe o que a gente pode, o que a gente tem acesso, mas a gente sabe, e esse saber da gente é único, então imagina vários saberes juntos construindo um outro jeito, a partir de pessoas que são, são seres individuais, que têm muita potência, muita existência de vida com várias histórias, e que pode agora tá dizendo, né, que pro próximo século existe um novo formato que a gente pode viver, que é esse daqui.

Assim, para alcançar essa existência plena, é preciso promover um discurso calcado na educação e no diálogo entre os pares e, progressivamente, entre toda a sociedade, na problematização das relações de poder estabelecidas socialmente, na transformação coordenada e multidisciplinar nas diferentes esferas da vida social. Esses passos não podem perder de vista, principalmente, o escopo da reparação social às populações mais afetadas ao longo dos anos, e até hoje, pela ideologia e pelo projeto de sociedade proibicionista, cujas consequências culturais e os danos deletérios são inestimáveis, e uma preocupação com melhores condições de vida para as gerações futuras.

Por fim, depois de todos esses conceitos, restou evidente que o feminismo antiproibicionista vem para ultrapassar a perspectiva da proibição estritamente relacionada à questão das drogas, mas também reconhece que a atual política antidrogas é uma forte ferramenta antiproibicionista que, portanto, deve receber bastante atenção deste projeto. Neste sentido, é um ponto inegociável da ideologia antiproibicionista defendida pelas interlocutoras a reformulação da política de drogas pelo viés saúde pública, revogando-se o tratamento penal que tem sido aplicado. Sobre isto, podemos ver:

P: É um conceito que nasce para questionar a forma de proibição que a gente vive na sociedade... E aí quando a gente fala de mudar a sociedade é de acesso

à planta da maconha e toda sua potência, acesso aos cogumelos e toda sua potência, acesso a usar a folha de coca, por exemplo, e toda sua potência, em formatos variados, que a proibição impede a gente de acessar e acesso com que a psiquiatria possa e continue os estudos com LSD, por exemplo, para tratar trauma que hoje ainda é colocado de uma forma invisibilizada e quase que criminalizada, quando já se tem resultados de pessoas que ficaram de bem-estar e podemos até falar de cura, de traumas estruturantes de uma vida.

P: No cuidado ao uso de drogas. Existe trabalho, existe envolvimento, existe vínculo, existe afeto e as vezes disposição, e exige oportunidade, as pessoas que têm problemas com drogas elas precisa de uma série as vezes de oportunidade, quer seja de tempo, quer seja de escuta, quer seja de sossego, quer seja de trabalho, quer seja de moradia.

Assim, pode-se reconhecer a referência ao discurso da redução de danos, que dialoga de forma indissociável ao discurso dos direitos humanos, na perspectiva de reconhecer os avanços científicos capazes de trazer ganhos concretos na área, bem como na defesa da cidadania e das garantias sociais.

Enfim, após todas as análises acima esboçadas, encontra-se um projeto feminista antiproibicionista de sociedade capaz de ultrapassar os limites dos feminismos e dos antiproibicionismos até então conhecidos. As crenças, que sugerem os discursos hasteados pelas interlocutoras, são de ordem antirracista, dos direitos humanos, do feminismo negro, decolonial, antipunitivista, dialógica, descentralizada e horizontal. Sendo assim, todo esse metadiscurso antiproibicionista deve ser empenhado com vistas a realizar uma reparação à população historicamente alvejada pela ideologia proibicionista, majoritariamente composta por mulheres, pessoas transgêneras, pessoas negras, pessoas pobres e pessoas desviantes. Com isso, o projeto feminista antiproibicionista de sociedade reivindica uma ideologia que tem nessas pessoas o ponto fulcral para o futuro dos debates sobre proibição e políticas de drogas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS - NADA SOBRE NÓS SEM A NOSSA PARTICIPAÇÃO

Quando fui mãe, poucas coisas pude fazer e acompanhar, pelo menos no primeiro ano de vida de Guma. Uma dessas poucas coisas foi, justamente, um curso promovido pela Renfa em 2017, que aconteceu aqui em Recife e em Salvador, chamado “Mulheres e Drogas: nada sobre nós sem a nossa participação”. Parece ironia reclamar uma política de drogas feita pelas pessoas que usam ou trabalham com drogas se não fosse uma realidade cruel do proibicionismo, pois nós sabemos, há muito tempo, que as leis e normas que tutelam toda a sociedade são feitas por homens, brancos e abastados, que não vivem a nossa realidade e mais dificilmente são capazes de entendê-la. Na verdade, quando tais grupos promovem a proibição para cima da gente, promovem a manutenção dos próprios privilégios. Daí em diante nunca mais fiquei longe do grupo, da nossa rede, que além de um espaço de luta coletiva, é também um abrigo.

Ter transformado essa investigação em uma pesquisa sobre a Renfa não foi uma escolha consciente, foi realmente o resultado de um trabalho orgânico, que começou antes dela e, sem dúvida, se estenderá para muito além dela. A perspectiva de mergulhar em quem são as companheiras que compõem a Renfa, para tentar compreender o que liga essas mulheres tão diferentes, mas com fome de transformação tão semelhante, foi somado também à importância de fazer mais um registro nosso, para a causa e para o futuro. Demarcar, a partir das nossas próprias vozes, quem somos, a que viemos e porque aqui continuamos, projeta nossos discursos para quem quiser e puder escutar. Ocupar espaço em todos os setores da sociedade, formal e informal, também é uma posição coerente com o propósito da luta, então além das ruas, além dos bairros, além dos Caps, das ações, dos movimentos, das políticas e das culturas que ocupamos, a academia, a ciência e a universidade também precisam ser disputadas por nós.

É evidente, portanto, que o objetivo principal do presente trabalho é, também, prestar um serviço à causa feminista antiproibicionista e às discussões sobre proibição e políticas de drogas. Nesse sentido, ao propor este estudo eu procurava uma literatura que fizesse o cruzamento das diferentes proibições que se articulam com o contexto da proibição das drogas e que desabam sobre as mulheres. Ou seja, buscava teorias sobre políticas, perspectivas e normas proibicionistas que atuassem sobre os nossos corpos a partir de uma estrutura comum e com relações entre si. No entanto, não obtive resultados positivos nessa parte da pesquisa, apesar de ter identificado que no início da proibição das drogas no Brasil era direta a sua associação à tutela de grupos contra-hegemônicos, não podendo-se dizer, porém, que essa analogia em termos acadêmicos acompanhou a atualização da proibição das drogas, que dentre

as políticas proibicionistas, sem dúvidas, é a que tem concentrado a maioria dos estudos sobre o tema.

Na primeira parte desta dissertação, pudemos visualizar o contexto mais amplo e histórico em que a pesquisa se insere. No primeiro capítulo, apresentei como a proibição das drogas tem sido um mecanismo constantemente atualizado de controle de populações específicas, cuja gênese de cunho racista, classista e punitivista tem combatido, principalmente, os mesmos grupos sociais, quais sejam, homens e mulheres negras, empobrecidos e moradores de periferia. Como restou demonstrado, a política de proibição das drogas, embora tenha sido articulada internacionalmente, produz muito mais danos do que o uso de drogas em si, ao passo que representa grandes investimentos governamentais, provoca o aumento do consumo e da diversidade das drogas, assim como acentua o número de pessoas mortas e encarceradas, além de comprometer a pesquisa e a ciência na área, lesionando de várias formas o bem que se justificou proteger, a saúde.

Frente ao caráter etnocida dessa política, que visa a padronização e a higienização social, promove-se de forma incisiva a marginalização da população usuária de drogas, empenhando um movimento de opressão a esses grupos que, em contrapartida, precisam resistir, uns para fumarem socialmente, outros para pararem de morrer. Neste sentido, pôde-se verificar no Brasil a insurgência de núcleos de debate e reação à proibição de drogas. A princípio, viu-se universitários e pessoas de classe média reivindicar uma descriminalização apenas do uso da maconha e a partir de uma perspectiva exclusivamente do direito individual, movimento que nomeei de “contra proibição”. A partir da escolha desses grupos de se omitir, ou até de se negar a debater, a questão do tráfico de drogas e das demais pautas que são atravessadas pela proibição das drogas, como racismo e machismo, impulsionou, por sua vez, o surgimento do movimento antiproibicionista, que coloca todas essas questões, até então renegadas, como centrais ao debate.

Neste cenário, consolidaram-se movimentos sociais contra a proibição das drogas em todo o Brasil. As Marchas da Maconha, principalmente, representam um divisor de águas em relação à organização dos usuários e usuárias de drogas na maior parte dos estados e, progressivamente, têm agregado também ex-usuários, pacientes medicinais, familiares de pacientes, ex-integrantes do sistema prisional, familiares de pessoas em situação de privação de liberdade, pessoas que perderam familiares na guerra às drogas, feministas, antirracistas, anticapitalistas e abolicionistas penais. Essa ampliação do discurso e mudança de postura no campo tem caminhado intimamente com a atuação de mulheres na área, especialmente de mulheres feministas.

As pautas, então, passaram a ser visíveis e progressivamente interseccionadas, galgando uma maior representatividade dos atores e atrizes sociais historicamente silenciados(as) e invisibilizados(as), que, no entanto, sempre fora a principal população afetada pela política antidrogas. Além disso, evidenciou-se nesse momento um elo ligando o movimento feminista e de redução de danos, como lutas pelo direito ao corpo, à saúde e à cidadania, representando movimentos nos quais a mobilização e organização de mulheres significa um ponto fundamental para o futuro das discussões, principalmente, sobre política de drogas.

Ao detectar a comunicação sequencial entre uma proposta antiproibicionista (associada às pautas anticarcerárias, antimanicomiais, antriproibicionistas, antirracistas, anticlassistas e feministas), as pautas feministas e as práticas de desobediência civil, tem-se alguns dos caminhos pelos quais a atuação dessas mulheres tem se estruturado nos últimos anos. É neste contexto que, em 2016, a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (Renfa) se consolida durante o 1º Encontro Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas, aqui em Recife.

Outro fator que influencia fortemente a organização dessas mulheres, é o fato delas serem historicamente tuteladas e alvejadas pelas políticas proibicionistas de forma geral, não sendo diferente quando o assunto é política de drogas, juntamente com as populações contra-hegemônicas. Por um lado, mulheres têm sido massivamente presas sob o argumento da guerra às drogas, por outro, quando diretamente envolvidas na cadeia produtiva do tráfico de drogas, estão localizadas na sua ponta, no elo menos importante e mais substituível dessa cadeia.

É importante lembrar que, a compreensão ora trabalhada sobre a categoria “mulher” se dá a partir de uma reinvenção e uma ressignificação constante do termo, cuja identidade tem sido progressivamente alargada, reconhecendo a disputa que emerge a partir das desigualdades entre as mulheres, que dão lugar a projetos e prioridades políticas que não alcançam a diversidade das suas experiências. Neste momento, a auto-organização de mulheres representa um vetor fundamental de transformação social, ajudando a perceber que ser mulher é muito mais uma questão de estar localizada socialmente em determinado lugar nas relações hierárquicas de poder, do que, estritamente, uma questão meramente identitária. Nesta perspectiva, os feminismos são tomados como projetos de vida, em que as pessoas que se reconheçam enquanto feministas devem preocupar-se com a situação em que todas as mulheres estão inseridas, preocupar-se com a própria autonomia e lutar coletivamente para que todas as mulheres sejam autônomas e livres, promovendo uma coerência entre o nosso pensar, sentir e agir.

Com a contribuição da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, onde os integrantes se identificam a partir de formas de vida e estão preocupados em construir uma mudança cultural de longo prazo, voltada *para e a partir da* sociedade civil, bem como da teorias do feminismo negro, principalmente quando diz respeito à superação das desigualdades intragênero, é possível a criação de um conceito amplo de gênero, que incorpora a diversidade de femininos e feminismos sócio-historicamente construídos, fundamental à compreensão da formação dessa rede de feministas antiproibicionistas. Assim, a partir do emprego de uma objetividade feminista, este trabalho teve por principal escopo a identificação das ideologias por trás dos discursos de algumas das integrantes da Renfa.

No entanto, embora a revisão bibliográfica não tenha me levado a enxergar o imbricamento entre diferentes políticas e normas proibicionistas, como pontuado acima, os dados colhidos na pesquisa de campo me trouxeram esse panorama. Apesar da questão das drogas, em todos os momentos, ter sido colocada como uma parte bastante expressiva do problema e que merece toda atenção para uma transformação real da sociedade, contudo é imprescindível olhar de maneira mais ampla para o cenário, quando as interlocutoras passam a identificar como a proibição se desdobra e se estrutura em outras esferas (privadas, políticas, econômicas, culturais, etc.).

Ao me deparar com os conceitos, propostas e projetos narrados pelas colaboradoras, identifico a intersecção das proibições como a perspectiva necessária para olhar o contexto geral em que as feministas antiproibicionistas se percebem, se reconhecem e se articulam. Entender que a ideologia machista e etnocêntrica, que se desdobra a partir de uma macroestrutura patriarcal e capitalista, está intimamente associada à postura proibicionista encenada pelo Estado, envolve um olhar sobre a proibição do aborto, sobre as políticas intervencionistas, sobre a criminalização da cultura periférica, sobre a objetificação do corpo das mulheres, sobre a binariedade e a heteronormatividade como regra moral e expectativa social, apenas para pontuar algumas das possibilidades de proibição das quais somos vítimas em potencial.

Por isso, consonante com a localização social em que cada uma está inserida, existem identidades associadas e a autorrepresentação dessas mulheres é importante, justamente, para demarcar algumas identidades *outsiders*, como sendo mulheres desviantes, mulheres dissidentes, que têm relação ativa com uso de drogas, mas também consciência crítica em relação ao contexto em que estão inseridas, se indignando, ocupando espaços formais e informais e se organizando para romper com a lógica que as oprime e oprime a vida ao redor delas. São mulheres de classes populares, trabalhadoras, mães, héteros, bi e homossexuais, cis

e transgêneras, negras, brancas e faveladas, todas mulheres, todas feministas, todas militantes e todas usuárias de drogas.

A partir daqui, pode-se demarcar os pontos inegociáveis e prioritários da identidade antiproibicionista encabeçada pela Renfa, que reflete nas identidades por essas mulheres investidas e que carregam uma ideologia subjacente, quais sejam, feministas, antirracistas, antissexistas, abolicionistas penal, periféricas, usuárias de drogas, negras, redutoras de danos, educadoras sociais e ativistas. Então, o discurso antiproibicionista não só leva em consideração essas identidades como é construído a partir dessas identificações, como leituras da realidade observada. Neste sentido, é importante ressaltar que essas identidades antiproibicionistas também são colocadas como fruto de uma intensa e longa construção coletiva, cujo discurso valoriza esse processo histórico, não só em nível regional, como nacional e internacional também, tanto do diálogo com os grupos mistos que pautam a descriminalização das drogas e com movimentos feministas, quanto pelas resistências interna e externamente sofridas. Além disso, o que elas querem dizer é que esse movimento só será possível com a superação do discurso cristão da binariedade do gênero e do sexo, com a aproximação dos princípios da horizontalidade e igualdade para que as pessoas que sofrem de forma mais direta os reflexos dessa guerra (mulheres, pessoas que moram em periferias, pessoas negras, pessoas presas, pessoas empobrecidas, pessoas que trabalham no varejo do tráfico e pessoas usuárias de drogas), atrelada à perspectiva da redução de danos, da educação popular e do ativismo, para promover um discurso genuinamente de direitos humanos.

É importante esclarecer que a perspectiva de direitos humanos vislumbrada neste trabalho, apesar de não ter sido feita uma discussão nesse sentido, haja vista que não tive a pretensão de alcançar tudo ao que os dados podiam me levar, é trazida sempre em diálogo direto ou indireto com a perspectiva decolonial. Neste sentido, essa relação é alvo de grandes debates, sobre os quais não cabe nos debruçarmos por ora, sendo suficiente esclarecer que a proposta decolonial não implica em uma negação absoluta dos direitos humanos, mas, sobretudo, de valorizá-los a partir do contexto local, da realidade social brasileira. Ou seja, direitos humanos como condições que nenhuma pessoa, em qualquer hipótese e sem nenhuma exceção, possa ser submetida, bem como para propor patamares mínimos de cidadania e dignidade para todos e todas, indistintamente. A epistemologia decolonial é o que nos permite usar uma lente própria para pautar esses direitos internacionalmente defendidos, bem como para debater sua transformação.

Perceber que o movimento antiproibicionista nasce sob a égide do proibicionismo, com uma postura de negação e de conflito ao que está posto, permite visualizar que as

discussões são pautadas a partir de diretrizes proibicionistas lançadas, fazendo com que a lógica da proibição dê a linha do debate. No entanto, com o desenvolvimento da perspectiva antiproibicionista, essa ideologia foi evidenciada e as feministas antiproibicionistas perceberam que suas prioridades e lutas iam muito além da mera oposição ao paradigma proibicionista, que representa as separações, as segregações e as polarizações que são socialmente impostas a nós.

Neste sentido, a pesquisa verificou que os próprios movimentos feministas, apesar de recentemente terem avançado na pauta, de forma geral não têm abraçado o problema da política de drogas ou da redução de danos como questão de gênero, tampouco questionado essa superestrutura da proibição que desaba sobre o feminino, isolando o problema do proibicionismo nos grupos que nascem especificamente para isso. O que os dados permitem visualizar, é que a compreensão do evento do proibicionismo como uma questão de todas as mulheres, é percebido primeiramente pelas mulheres usuárias de drogas e que carregam as ideologias do feminismo negro e decolonial. A formação política das interlocutoras, nos movimentos sociais feministas, de redução de danos e, a princípio, contra a proibição da maconha, é uma variável crucial para desenhar esse olhar feminista antiproibicionista. Desta forma, não é demais demarcar que, apesar dos movimentos feministas serem parte do seio fundador do antiproibicionismo, muitas vezes podem simbolizar a perpetuação de uma ideologia proibicionista ao definir e limitar as existências das pessoas e, sobretudo, das mulheres.

Assim, apesar de perceber que o discurso contra o qual se levanta é, precisamente, um discurso oficial, institucional e governamental, é possível perceber, também, que quem está ganhando com isso não é o próprio Estado, mas os grupos que o ocupam e o aparelham ao longo dos governos (uns mais outros menos). Esses grupos de opositores, portanto, não conseguem alcançar o discurso antiproibicionista porque, para eles, a política proibicionista é efetiva, mantendo a diferenciação entre drogas lícitas e ilícitas e aumentando massivamente o contingente da população prisional (que, diga-se de passagem, é composto principalmente por um perfil “oposto” aos detentores do poder formal, ou, como a literatura diz, por *outsiders*). Apesar de não termos feito anteriormente um debate sobre Estado e hegemonia, explico que o que poderíamos denominar de discurso conservador, de ideologia proibicionista, seria “externo” ao Estado, ao passo que este representaria um espaço de disputa dos processos de institucionalização de lutas no campo hegemônico e contra-hegemônico.

Neste sentido, o Estado vem sendo usado e aperfeiçoado ao longo dos anos para a manutenção ou para transformação do *satus quo*, às vezes perpetuando a imobilidade social, poucas vezes valorizando a educação e a autonomia da população. Compreender essa lógica e

seu argumento, a partir de todos os metadiscursos empregados pelos diferentes grupos de opositores proibicionistas, é o que tem permitido às feministas antiproibicionistas desenvolverem seu contra-discurso, fazendo oposição, portanto, ao modelo ideológico proibicionista, repressivo, punitivista, racista e machista de sociedade. Conseqüentemente, essa relação está longe de ser estática e homogênea, pois se dá, justamente, na constante reorganização e reformulação dos espaços de poder a partir das disputas políticas e ideológicas que se confrontam no campo em questão.

É com alegria que os resultados do trabalho aqui desenvolvido indicam um projeto feminista antiproibicionista de sociedade que já ultrapassa barreiras dos feminismos e dos antiproibicionismos até então conhecidos, empenhando discursos de ordem antirracista, anticapitalista, antipunitivista, abolicionista, dos direitos humanos, feminista negro, decolonial, dialógica, descentralizada e horizontal. Todo esse metadiscorso antiproibicionista tem como principal objetivo realizar uma reparação à população historicamente alvejada pela ideologia proibicionista, majoritariamente composta por mulheres, pessoas transgêneros, pessoas negras, pessoas pobres e pessoas desviantes, e erradicar a postura proibicionista do dicionário de políticas sobre drogas. Assim, o projeto feminista antiproibicionista de sociedade reivindica uma ideologia que tem nas suas militantes e suas redes o ponto fulcral para o futuro das políticas de drogas.

Finalmente, é evidente que a história dos movimentos sociais é a história da resistência dos grupos oprimidos nas sociedades modernas e contemporâneas, assim como também é acompanhada por históricos ataques por parte de instituições formais e midiáticas. No entanto, a questão que fica ao final desta pesquisa é como será que esses grupos, que sempre resistiram ao longo dos governos, vão se rearticular e desenvolver seus projetos frente aos desafios da conjuntura atual de retrocessos políticos e sociais. Essa reflexão visa provocar futuras possibilidades de pesquisa sobre o tema, acreditando na importância de acompanhar os complexos caminhos desses movimentos sociais emancipatórios.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Rubens de Camargo F. *et al.* **Dinâmicas periféricas na cidade de São Paulo: mortes, consumos, moralidades e mercados.** Revista Platô – Drogas e Políticas, v.2, n.2, p. 55-78, novembro, 2018.

ALONSO, Angela. **As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate.** São Paulo: Lua Nova, p. 49-86, 2009.

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro.** Mauro W. Barbosa (trad.). 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BARATTA, Alessandro. **Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado.** Alemanha, 2004? Disponível em: <http://www.ceuma.br/portal/wp-content/uploads/2014/06/BIBLIOGRAFIA.pdf>. Acessado em abril/2020.

BECKER, Howard Soul. **Outsiders: estudos de uma sociologia do desvio.** Maria Luisa X. de Borges (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo – Fatos e Mitos.** 4ª ed. Sérgio Milliet (trad.). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BRASIL. **Decreto nº 20.930, de 11 de Janeiro de 1932.** Rio de Janeiro, 1932. Diário Oficial da União, 16/1/1932, p. 978. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20930-11-janeiro-1932-498374-norma-pe.html>. Acessado em março/2020.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 891, de 25 de Novembro de 1938.** Rio de Janeiro, 1938. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del0891.htm. Acessado em março/2020.

BRASIL. **Lei Nº 11.343 de 23 de Agosto de 2006.** Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acessado em março/2020.

BRASIL. **Lei Nº 13.840, de 5 de Junho de 2019.** Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13840.htm. Acessado em março/2020.

BRASIL. **Mapa do Encarceramento: Os jovens do Brasil.** Série Juventude Viva. Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. Brasília: Presidência da República, 2015.

BRANDÃO, Marcílio Dantas. **Dito, feito e percebido: controvérsias, performances e mudanças na arena da maconha.** 2017. Tese (Doutrado em Sociologia e em Ciências Sociais). PPGS-UFPE e EHESS, em regime de co-tutela internacional, Recife/Paris, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAMPOS, Natália de. **Militância, Organização e Mobilização Antiproibicionista da Maconha: Coletivos, eventos e Marchas em Natal (RN)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal, 2013.

CAMURÇA, Sílvia. **‘Nós Mulheres’ e Nossa Experiência Comum**. Cadernos de Crítica Feminista, n.0, ano I. Recife: SOS CORPO, 2007.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Estudo Avançados, 17 (49), 2003.

CARNEIRO, Henrique. **Autonomia ou Heteronomia nos Estados Alterados de Consciência**. In LABATE, Beatriz Caiuby *et al* (orgs.). *Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Salvador: Edufba, 2008.

CARVALHO, Virgínia Martins; BRITO, Margarete Santos; GANDRA, Mário. **Mães pela cannabis medicinal em um Brasil aterrorizado entre luzes e fantasmas**. Fórum Sociológico, 30 | 2017, posto online no dia 30 dezembro 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/sociologico/1747>. Acessado em março/2020.

Comissão Latino-americana sobre Drogas e Democracia. **Drogas e Democracia: rumo a uma mudança de paradigma**. (fls. 25-27). Disponível em: <http://www.bancodeinjusticas.org.br/wp-content/uploads/2011/11/CLDD-Relat%C3%B3rio-POR.pdf>. Acessado em novembro/2014.

COLLINS, Patrícia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Revista Sociedade e Estado. v.31, n.1, janeiro/abril, 2016.

COLLINS, Patrícia Hill. **Comment on Hekman's "Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited": Where's the Power?** Signs, v.1.22, n.2, Winter, 1997. (pp. 375-381). Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3175278>. Acessado em março/2020.

CRUZ, Olga Souza; MACHADO, Carla. **Intervenção no fenómeno das drogas: algumas reflexões e contributos para a definição de boas práticas**. Psicologia v.1.27 n.1. Lisboa, 2013. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492013000100002. Acessado em março/2020.

DELMANTO, Júlio. **Camaradas Caretas – drogas e esquerda no Brasil após 1961**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – Dezembro de 2015**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017.

DÓRIA, Rodrigues. **Os Fumadores de Maconha: efeitos e males do vício**. In HENMAN, Anthony; PESSOA JR., Osvaldo (orgs.). *Diamba Sarabamba (Coletânea de textos brasileiros sobre a maconha)*. São Paulo: Ground, 1986.

ESCOHOTADO, Antonio. **Las Drogas: De Los Orígenes a La Prohibición**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. London: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Izabel Magalhães (trad.). Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman; WODAK, Ruth. **Critical discourse analysis**. In Teun A. van Dijk (ed.), *Discourse as Social Interaction*. London: Sage, 1997.

FIORE, Mauricio. **Uso de “Drogas” – controvérsias médicas e debate público**. São Paulo: Mercado de Letras, 2006.

FIORE, Mauricio. **O lugar do Estado na questão das Drogas: O paradigma proibicionista e as alternativas**. *Novos Estudos*. Cebrap, n.92, março, 2012.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. *Cadernos de Pesquisa*. 2001, n.114, pp.197-223. ISSN 0100-1574. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>. Acessado em abril/2020.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Luiz Felipe Baeta Neves (trad.). 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes. **Plantios ilícitos no Brasil: notas sobre a violência e o cultivo de cannabis no polígono da maconha**. *Cadernos de Ciências Humanas- Especiaria*, v.9, n.15, p. 95-118, 2006.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes; SILVA, Joyce Keli do N. **A Participação Feminina em Mercados Ilícitos de Drogas no Vale do São Francisco, no Nordeste Brasileiro**. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.29, n. 2, agosto, 2017.

FRASER, Nancy. **Políticas feministas na era do conhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero**. BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Cristina (orgs.). São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002.

GABRIELLI, Cassiana Panissa. **Análise Crítica Do Discurso E Teoria Feminista - Diálogos Frutíferos**. *Anais do Seminário Mulher e Literatura – Gênero, Identidade e Hibridismo Cultural*, do GT Mulher e Literatura da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística), realizado nos dias 9, 10 e 11 de outubro de 2007, na Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus-Bahia. Disponível em: <http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/CASSIANA%20PANISSA%20GABRIELLI.pdf>. Acessado em março/2020.

GARZÓN, Juan Carlo; POL, Luciana. **O Elefante na Sala: Drogas e Direitos Humanos na América Latina**. *Revista Sur*. v.12, n.21. Conectas Direitos Humanos, agosto, 2015.

GOHN, Maria Glória. 1997. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola.

GOLDMAN, Emma. **O Indivíduo, a Sociedade e o Estado, e outros ensaios**. Plínio Augusto Coelho (org.). São Paulo: Hedra, 2007.

GROVER, Anand. **ONU em 2016: Um divisor de águas**. Revista Sur. v.12, n.21. Conectas Direitos Humanos: Agosto, 2015.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu (5), pp. 07-41, 1995.

HARDING, Sandra. **The Science Question in Feminism**. Cornell University Press: Ithaca and London, 1986.

HENMAN, Anthony Richard. **A Guerra às Drogas é uma Guerra Etnocida**. In HENMAN, Anthony; PESSOA JR., Osvaldo. Diamba Sarabamba – coletânea de textos brasileiros sobre a maconha. São Paulo: Ground, 1986.

HUNT, Scott; BENFORD, Robert; SNOW, David. **Marcos de Acción colectiva y campos de identidad en la construcción social de los movimientos**. In LARAÑA, Enrique; GUSFIELD, Joseph. Los Nuevos Movimientos Sociales – de la ideología a la identidad. Madrid: CIS, 1994.

IBGE. Agência IBGE. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos**. Estatísticas sociais: 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>. Acessado em março/2020.

KARAM, Maria Lúcia. **Direitos Humanos, Laço Social e Drogas**. In Conselho Federal de Psicologia. Drogas, Direitos Humanos e Laço Social. Brasília: CFP, 2013.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Munster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/w3ZbQh>. Acessado em março/2020.

LAZAR, Michelle. **Politicizing Gender in Discourse: Feminist Critical Discourse Analysis as Political Perspective and Praxis**. In LAZAR, Michelle (org.). Feminist Gender Discourse Analysis: Gender, Power and Ideology in Discourse. Nova York: Palgrave MacMillan, 2004.

LEAL, Fabíola C. **Movimento Antiproibicionista no Brasil: discursos de resistência**. 2017. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Espírito Santo, 2017.

LEITE, Silvana Nair; VIEIRA, Mônica; VEBER, Ana Paula. **Estudos de utilização de medicamentos: uma síntese de artigos publicados no Brasil e América Latina**. Ciênc. saúde coletiva. v.13. Rio de Janeiro, Abril, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000700029. Acessado em março/2020.

LIMA, Paula Sophia Branco de. **Os feminismos e a crise do campo discursivo da esquerda: reflexões sobre as práticas articulatórias do Campo Democrático Popular**. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2018.

LIMA, Igor Frederico Fontes de; OLIVEIRA, Ilzver de Matos. **Necropoder e Vida Nua: A Crise Estrutural Da Democracia Capitalista**. In Direitos humanos na democracia contemporânea velhos e novos embates. Verônica Teixeira Marques; Karyna Batista Sposato; Luiz Cláudio Lourenço (orgs.). Rio de Janeiro: Bonecker, 2018.

MALHEIRO, Luana Silva Bastos. **Tornar-Se Mulher Usuária De Crack: Trajetórias de Vida, Cultura de Uso e Política Sobre Drogas no centro de Salvador, Bahia**. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2018.

MELO, Iran Ferreira. **Análise Crítica do Discurso: modelo de análise linguística e intervenção social**. Estudos Linguísticos, São Paulo, 40 (3): p. 1335-1346, setembro/dezembro, 2011.

MELUCCI, Alberto. **Getting involved: identity and mobilization in social movements**. International Social Movements Research, v.1., 1988

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MORAIS, Paulo César C. **Drogas e Políticas Públicas**. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH, Minas Gerais, 2005.

MUTZENBERG, Remo. **Ações Coletivas, Movimentos Sociais: Aderências, Conflitos e Antagonismo Social**. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia). PPGS – UFPE, Recife, 2002.

NJAINE, Kathie; VIVARTA, Veet. **Violência na Mídia – Excessos e Avanços**. Brasília: Unicef, 2006.

NOTO, Ana Regina *et al.* **Drogas e Saúde na Imprensa Brasileira: uma análise de artigos publicados em jornais e revistas**. Caderno Saúde Pública. Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.69-79, janeiro/fevereiro, 2003.

NUTT, David J.; KING, Leslie A.; PHILLIPS, Lawrence D. **Drug harms in the UK: a multicriteria decision analysis**. The Lancet, 376: 1558-1565, 2010.

O GLOBO. **Censo de 1872, único a registrar população escrava, está disponível**. Reportagem de 12/01/2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/censo-de-1872-unico-registrar-populacao-escrava-esta-disponivel-7275328>. Acessado em março/2020.

OLIVEIRA, Diogo Mariano Carvalho de; OLIVEIRA Samyle Regina Matos. **Políticas Punitivas de Exceção: zonas de espera no Brasil e a justiça restaurativa como abertura à ruptura paradigmática**. In Direitos humanos na democracia contemporânea velhos e novos embates [recurso eletrônico]. Verônica Teixeira Marques; Karyna Batista Sposato; Luiz Cláudio Lourenço (orgs.). Rio de Janeiro: Bonecker, 2018.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Gramsci**. in Estudos do Discurso – perspectivas teóricas. Luciano Oliveira (org.). São Paulo: Parábola Editorial, 2013

POGREBINSCHI, Thamy. **O direito de resistência na teoria política contemporânea.** Lugar Comum. n.19-20, pp. 61-86. Janeiro/junho, 2004.

PUÃ, Bell. **A Perda.** Apresentação na Festa Literária Internacional de Paraty – Flip, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zKsaQyVHHaw>. Acessado em junho/2020.

RIBEIRO, Djamila. **O Que é Lugar de Fala?** Belo Horizonte: Letramento/ Justificando, 2017.

RIBEIRO, Maurides; RIBEIRO, Marcelo. **Política Mundial de Drogas Ilícitas: uma reflexão histórica.** Site da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e Outras Drogas, 2005. Disponível em: www.abead.com.br/boletim/arquivos/boletim41/ribeiro_e_ribeiro_politica_mundial_de_drogas.pdf. Acessado em janeiro/2014.

RIBEIRO JR., Antônio Carlos. **O Antiproibicionismo de Salvador/BA: Uma análise de suas características, organização, trajetórias e projetos entre 2013 e 2016.** 2017. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania). Universidade Católica do Salvador – Superintendência e de Pesquisa e Pós-Graduação, Salvador, 2017.

RODRIGUES, Thiago. **Apresentação - Drogas e Guerras.** In LABROUSSE, Alain. Geopolítica das Drogas. São Paulo: Desatino, 2010.

SAAD, Luisa. **“Fumo de Negro”: A Criminalização da Maconha no Pós-Abolição.** Coleção Drogas: Clínica e Cultura. Salvador: Edufba, 2019.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral.** 26ª ed. Antônio Chelini; José Paulo Paes; Izidoro Blikstein (trad.). São Paulo: Cultrix: 1995.

SEGATO, Rita Laura. **Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres.** Revista Sociedade e Estado, v. 29 – n. 2. Maio/agosto 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287830519_Las_nuevas_formas_de_la_guerra_y_el_cuerpo_de_las_mujeres/download. Acessado em abril/2020.

SÉSTOKAS, Lucia; OLIVEIRA, Nathália. **A Política de Drogas é uma Questão de Mulheres.** Revista SUR 27, v.15, n.27. p. 153 – 166, 2018.

SILVA, Carmen S. M. **Os Sentidos da Educação.** In Carmen Silva [org.]. Experiências em Pedagogia Feminista. SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia: Recife, 2010.

SILVA, Carmen S. M. **Feminismo Popular e Lutas Antissistêmicas.** Recife: Edições SOS Corpo, 2016.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna.** Petrópolis: Vozes, 1995

UNODC. **Convenção Única sobre Entorpecentes (1961), emendada pelo protocolo de 1972.** Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/>. Acessado em março/2020.

UNODC. **Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas (1971).** Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/>. Acessado em março/2020.

UNODC. **Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (1988)**. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/>. Acessado em março/2020.

UNODC. **Special Session of the United Nations General Assembly on the World Drug Problem, 2016**. Disponível em: <https://www.unodc.org/ungass2016/>. Acessado em março/2020.

VAN DIJK, Teun A. **Editorial: discourse analysis with a cause**. *The Semiotic Review of Books*, n.2, v.1, 1991.

VAN DIJK, Teun A. **Principles of critical discourse analysis**. *Discourse & Society*, n.4, v.2, p. 249–83, 1993.

VAN DIJK, Teun A. **Editorial: discourse analysis as social analysis**. *Discourse & Society*, n.5, v.2, p. 163–164, 1994.

VAN DIJK, Teun A. **Discourse, power and Access**. In Carmen Rosa Caldas-Coulthard; Malcolm Coulthard (eds.). *Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis*. London: Routledge, 1996.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso de las élites y racismo institucional**. In Manuel Lario Batisda (coord.) *Medios de Comunicación e inmigración. Convivir sin racismo - Programa CAM Encuentro CAM. Obra Social*, 2006.

Audiovisual

Antiproibicionismo Jah. Direção: Juliana Trevas e Pedro Severien. 16'. Recife, 2018.

Ilegal – A Vida Não Espera. Direção: Tarso Araújo, Raphael Erichsen. 82'. Brasil, 2014.